

Relatório de Cidadania III



Os Jovens e os Direitos Humanos

Rede de
Observatórios
de Direitos
Humanos

RELATÓRIO DE CIDADANIA III

Os Jovens e os Direitos Humanos

2002



REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS



Comitê Diretivo: Dr. Walter Franco, Coordenador do Sistema das Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD; Prof. Dr. Ignacy Sachs, Diretor Honorário do Centro de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo, CRBC, Paris; Malak Poppovic, Fundação das Nações Unidas e Prof. Dr. Paulo Sérgio Pinheiro, Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/CEPID/FAPESP/USP) (licenciado).

COORDENAÇÃO NACIONAL

Organizações responsáveis: Instituto São Paulo Contra a Violência e parceria (Pro-bono) Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/CEPID/FAPESP/USP)

Grupo Executivo: Marcelo Daher (Coordenador), Renato Alves e Cristina Hilsdorf

Consultor de Pesquisa: Fernando Salla

Equipe de apoio: Helena Massi e Tatiana Didion

Edição de Arte: Rogério Fernando Ferreira

Revisão de texto: Solange Guerra Martins, Vania Regina Fontanesi da Silva e Wilson Flores Junior

Colaboradores: Andrei Koerner e Maria Goreti de Jesus

GRUPOS DE TRABALHO LOCAIS

BELÉM DO PARÁ

Organização responsável: Movimento República de EMAÚS.

Associações Comunitárias: Associação dos Moradores da Vila da Barca (AMVB), Centro Sócio Cultural São Domingos de Gusmão e Cidade de Emaús.

Coordenação: Marcel Hazeu (coordenador) e Mileny Matos.

Equipe de Monitoria: Josiane Ferreira Sousa, Maria Clara Silva de Lima e Kátia Regina Chagas dos Passos.

Observadores (as): Ábia Meurilim Oliveira Nogueira, Alan Jofre Tenório Gonçalves, Alex Sandro Gomes Franco, Alexandre Tejado Barbosa, Cláudia Renata Guiomar dos Santos, Cleber Tavares Santa Brígida, Cyntia Alexsandra Gomes do Nascimento, Dalton Luiz da Costa Marques, Elizabeth Brito Texeira, Eranilde Nogueira de Farias, Mariza da Silva Lima, Neriane de Cássia Sousa Carvalho, Paulo Roberto Costa dos Santos, Raimunda Creuza da Costa Ferreira e Samuel Davi Rebouças da Silva.

RECIFE

Organização responsável: Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC)

Associações Comunitárias: Creche Comunitária Nossa Senhora da Boa Viagem, Creche Vovó Arthur e Espaço Educacional e Cultural Luiza Matias.

Coordenação: Mércia Maria Alves da Silva (coordenadora) e Flávia Luciana Gomes.

Equipe de Monitores(as): Fabricia Moura de Lima, Fernanda Paes e Nicodemos Felipe de Souza.

Observadores (as): Flávia Cristiane Ferreira da Silva, Girlene Batista de Lima, Juliana Ferreira da Silva, Jusiane Jerônimo da Silva, Laudiceia Fernandes Bezerra, Ledinilza Santana do Nascimento, Luciana Ramos do Amaral, Marcio Roberto Pinto Soares, Maria Edvania Nogueira de Oliveira, Micelane dos Santos Ribeiro, Priscila Correia Ribeiro, Ricardo Henrique de Aguiar, Rosângela Rodrigues da Silva, Tatiana Barbosa e Washington Barros do Nascimento.

INTERIOR DE PERNAMBUCO

Organização responsável: Movimento Fraternal de Ação Comunitária (MOFAC).

Associações Comunitárias: Centro de Formação da Criança e do Adolescente Nossa Senhora do Livramento, Centro de Formação da Criança e do Adolescente de Santo Antônio e Centro de Formação Frei Jerônimo Clemen.

Coordenação: Genecy Raimundo Leal (coordenador) e Elias Sidclei Oliveira Soares.

Equipe de Monitores(as): Valéria Maria Freitas de Barros e Gilberto de Brito Júnior.

Observadores (as): Ana Patrícia Feitoza da Silva, Ana Paula de Oliveira Silva, Andreza Rodrigues de Souza, Emanuela Ferreira Leal, Emilânia de Melo Guimarães, Eralda Tereza Galindo, Joselma Barbosa da Silva, Jussara Cláudia Tenório de Oliveira, Magda Maria Cavalcante Vasconcelos, Maria Auxiliadora dos Santos, Maria Nazaré da Silva, Marta Ferreira de Lima, Rosenilda Oliveira, Tatiana Carneiro de Albuquerque Soares de Santana e William Firmino Magri Iannantuone.

RIO DE JANEIRO

Organização responsável: Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS)

Associações Comunitárias: AMAMU – Associação de Mulheres e Amigos do Morro dos Urubus, CENASC – Centro de Apoio Social e Cultural, Associação de Moradores da Babilônia, Grupo Sócio Cultural Raízes em Movimento, Núcleo Cultural Estação 22, União Esportiva Vila Olímpica da Maré e Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo.

Coordenação: Jussara Lúcia de Melo Nogueira (coordenadora), Sandra Maria da Silva e Lobélia Faceira.

Equipe de Monitores(as): Marianna Aguiar Estevam do Carmo, Rodrigo Salgueiro Barbosa, Nelson Moreira Castro Filho, Camila Clementino Lamarão, Eduardo Nogueira Bello Simas, José Roberto Rodrigues dos Santos e Alex Sandro Ribeiro Borges.

Observadores (as): Alessandra Rodrigues Barbosa, Alexandre da Silva Paulo, Aline Costa da Cunha, Ana Cristina de Souza Gonçalves, Antonio Carlos Santos Bizarro Jr., Bruno Armelau Santos, Bruno Tarta do Nascimento, Bruno Teodoro de Oliveira, Carlos Renato Silveira Ávila, Daniel dos Santos Leite, David da Silva das Graças, Denise Santos, Diogo Mauro da Silva Fernandes, Ediléia Nascimento Aguiar, Joice da Silva Eugênio, Leandro da Conceição Caldeira, Leandro Moreira Cardoso, Lillian Martins, Lino Leopoldino do Nascimento, Lourdes Cristina Ferreira Santos, Luciane Sabino, Marcela da Rocha Nunes, Marco Antonio Fidélis de Souza, Marcos Vinicius Lima Avelino, Margarete Pereira Fraga, Michelle Antero Lopes, Roberta Silva de Souza, Rosane Keller, Tatiana Lima da Silva e Vanessa Gomes Oliveira.

SALVADOR

Organização responsável: Organização de Auxílio Fraternal (OAF)

Associações Comunitárias: Associação Clube de Mães, Comungos – Conexões Comunitárias e Paróquia Santa Terezinha Doutora da Igreja.

Coordenação: Margarida Almeida (coordenadora) e Renata Camarotti.

Equipe de Monitores(as): Alexandre Santa Ritta, Wallace Nogueira e Yane Barreto.

Observadores (as): Ângela Jesus de Souza, Edivane dos Santos Beirão, Jaqueline Machado dos Santos, Jonas Graciliano da Silva, Jorge da Silva Santos, Josilene Santos Oliveira, Márcio de Almeida Araújo, Maurício José S. Machado, Priscila Reis de Oliveira, Railda Silva Pereira, Renata Gonzaga, Rosimeire Silva da Anunciação, Tatiane das Virgens de Jesus, Alana de Carvalho e Ulisses Ferreira.

SÃO PAULO

Organização responsável: Instituto Sou da Paz

Associações Comunitárias: Artecom, Associação de Moradores do Jardim Rosana, Associação Sarambeque, CEDECA/Sapopemba (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), Centro Cultural Canhema – Casa do Hip Hop e RAC – Redescobrimo o Adolescente na Comunidade.

Coordenação: Ângela Meirelles de Oliveira e Moisés Baptista.

Equipe de Monitores(as): Adriana Campos Silva, Ana Carolina Mennela, Eduardo Ribas D’Avila, João Rodrigues da Costa, Luís Ricardo Cicaroni e Julia Nepomuceno.

Observadores (as): Adriano Félix Souza, Ana Leticia Evangelista Paixão, Anderson Dantas da Cruz, André Oliveira Santos, Ângela de Assis da Silva, Anne Denise da Costa, Carlos Alberto Ribeiro, Caroline Priscila Rogel, Claudio Luis Ferreira Pereira, Cristina Pereira de Souza, Daniela dos Santos de Souza, Daniela Mariano, Danilo Fernandes Lima, Douglas Emídio de Almeida, Edilson Andreoli Mesquita, Edmilson Dias Rocha, Emerson Teixeira de Souza, Everton Danilo Ramos, Igor Fonseca Becyk, Isabel Medeiros Barbosa, Janaina do Nascimento, Jefferson H. Leal, Kênia Paloma de Oliveira, Luiz Ricardo Pereira, Margareth de Souza Barros, Marinez Zito Rosa, Micheli Cristina Flauzina dos Santos, Regiane Alves Pereira, Sérgio Martins da Cruz e Wellington Angelo Mariano.

VITÓRIA

Organização responsável: Cáritas Arquidiocesana de Vitória

Associações Comunitárias: Associação de Moradores do Bairro de Itararé – AMBI, Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH, Espaço Gente Feliz e escola Municipal Otto Ewald Júnior.

Coordenação: Edinéia Figueira dos Anjos Oliveira (coordenadora) e Madalena Luiza Scaramussa.

Equipe de Monitores(as): Cleonice Inverso Martins, Neidiany Vieira Jovarini e Sônia Amâncio

Observadores (as): Aurílio Mendes de Araújo, Carlos Costa dos Reis, Darlene Rodrigues Ferreira, Edimar Moraes Silva, Fauser de Assis Santos, Gilsilene Gomes, Gisele Simões dos Santos, Janderson Pereira Gonçalves, Jaqueline Conceição Gomes, Juliana Sena Rocha, Naldemir Simões Ceciliote, Sandra Aparecida Alves Ferreira, Thalyta Botelho Monteiro, Vagner Conceição Bertole e Vanderlúcio Sant’ana.

A todos os participantes da Rede de Observatórios, pelo seu esforço e dedicação na realização desse projeto.

Aos moradores das comunidades observadas que tanto colaboraram com esse trabalho.

Às associações e espaços comunitários que acolheram os grupos e contribuíram nas suas reflexões.

Ao Dep. Aloysio Nunes Ferreira, ex-Ministro da Justiça.

À Dra. Wanda Engel, Secretária de Estado de Assistência Social.

À Dra. Carmelina dos Santos Rosa, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Ao Dr. Marcelo Garcia, Secretário Municipal do Trabalho e Renda do Rio de Janeiro.

À Dra. Sônia Silva, Secretária de Planejamento de Assistência Social da Secretaria de Estado de Assistência Social.

A Eduardo Ribeiro Capobianco e a Wilson Antonio Salmeron Gutierrez, presidente e vice-presidente do conselho do Instituto São Paulo Contra a Violência e a Paulo de Mesquita Neto, secretário executivo.

Ao Prof. Dr.Sérgio Adorno, Coordenador, à Dra. Nancy Cardia, Coordenadora de Pesquisa, e aos pesquisadores Andrei Koerner e Guilherme de Almeida (licenciado), do NEV-CEPID/FAPESP/USP.

Ao Dr. Hugo Luis Castro de Mello (diretor) e à Cynthia Losso Prudente, Edvaldo dos Santos Jr e Ana Rodella do Departamento de Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos.

A toda equipe do Centro Nacional de Formação Comunitária, em especial à Marília Rocha, Luis Carlos Rosado, Regene Brito Westphal, André Burlamaqui e Paulo Bastos.

A José Carlos Libânio, Maria Celina Berardinelli Arraes e Jurema Varejão, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A Humberto Lopes e Danielle Renée Machado, da Cooperação com Organismos Internacionais da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

À Cáritas Arquidiocesana de Vitória e a sua coordenadora, Noélia de Oliveira Scandian.

Ao Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds) e seu coordenador, Vandrê Brilhante.

Ao Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social e sua coordenadora, Valéria Nepomuceno.

Ao Instituto Sou da Paz e aos seus coordenadores, Denis Mizne, Luciana Guimarães e José Marcelo Zacchi.

Ao Movimento Fraternal de Ação Comunitária (Mofac) e seu coordenador, João Estevão.

Ao Movimento República de Emaús e sua coordenadora, Maria das Graças Trapasso.

À Organização de Auxílio Fraternal e ao seu coordenador, Padre Clodoveo Piazza.

Ao Fernando Faria, Sérgia Santos e Jucilia Pereira da equipe do Núcleo de Estudos da Violência.

A Tânia Diegues Alípio, Carolina Ricardo de Matos e Leandro Velluto da equipe do Instituto São Paulo Contra a Violência.

Ao Walter Alves do Rosário da Eptur.

A Antenor Vaz e Gabriela Goulart, que coordenaram a produção do LUPA.

A todos os integrantes e colaboradores dos Observatórios nas suas fases anteriores.

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO GERAL	13
COMO TRABALHAMOS	19
BELÉM DO PARÁ	25
- <i>Bengui</i>	31
- <i>Terra Firme</i>	45
- <i>Vila da Barca</i>	61
RECIFE	77
- <i>Coelhos</i>	83
- <i>Entra Apulso</i>	95
- <i>Sítio Grande e Dancing Days</i>	105
INTERIOR DE PERNAMBUCO	119
- <i>Alagoinha</i>	125
- <i>Arcoverde</i>	137
- <i>Pesqueira</i>	155
RIO DE JANEIRO	171
- <i>Chapéu Mangueira e Babilônia</i>	177
- <i>Complexo do Alemão</i>	191
- <i>Complexo da Maré</i>	205
- <i>Jardim Nova Era</i>	219
- <i>Morro dos Urubus</i>	233
- <i>Realengo</i>	245
SALVADOR	257
- <i>Calabar</i>	263
- <i>Ilha de Itaparica</i>	275
- <i>Subúrbio Ferroviário</i>	289
SÃO PAULO	301
- <i>Brasilândia</i>	307
- <i>Diadema</i>	319
- <i>Jadim Ângela</i>	329
- <i>Jardim Monte Azul</i>	339
- <i>Jardim Rosana</i>	351
- <i>Sapopemba</i>	363
VITÓRIA	379
- <i>Itararé</i>	385
- <i>Jardim Botânico (Município de Cariacica)</i>	399
- <i>Jardim Carapina</i>	413
O QUE SÃO OS OBSERVATÓRIOS	427
INSTITUTO SÃO PAULO CONTRA A VIOLÊNCIA	429
NÚCLEO DE ESTUDO DA VIOLÊNCIA	430
REDE DE OBSERVATÓRIOS HUMANOS	431

“Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”.

José Saramago, Ensaio Sobre a Cegueira



“Somos todos observadores dos Direitos Humanos”. Com essa frase, começamos a construção da Rede de Observatórios de Direitos Humanos no Brasil. Entender e dar novos sentidos à existência desse “observador” dos Direitos Humanos, que potencialmente somos, mas raramente exercemos, foram os desafios colocados por esse trabalho. Partimos do pressuposto de que se, de fato, os Direitos Humanos compõem os parâmetros fundamentais para a garantia da dignidade humana, mesmo sem conhecê-los ou comentá-los explicitamente, todos já buscariam sua promoção dentro da sua própria experiência de vida cotidiana.

Porém, para concretizar a adoção desse papel de observadores, é preciso compreender que observar os Direitos Humanos exige pensar a conquista da dignidade como uma tarefa coletiva que, necessariamente, se constrói a partir da capacidade de respeitar e de se fazer respeitar; compreender e se fazer entender com os outros. Nesse sentido, o conteúdo desse Relatório nada mais é do que o resultado de uma tentativa de diálogos, envolvendo os mais diversos sujeitos que buscam remontar coletivamente o quebra-cabeça do seu cotidiano.

Durante aproximadamente sete meses, cerca de 180 pessoas, divididos em sete Grupos de Trabalho Locais, sediados em Belém do Pará (PA), Pesqueira e Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP) e Vitória (ES), fizeram um grande esforço para observar e trocar informações qualitativas sobre a situação dos Direitos Humanos em 27 comunidades. Para esse desafio, se reuniram ainda cerca de 35 organizações, entre um centro de pesquisa, organizações não-governamentais e associações comunitárias.

Essa busca pela comunicação entre tantos sujeitos também é fundada na premissa de que o trabalho com o conhecimento não pode, nem deve, ser restrito e compartimentado entre aqueles grupos ditos “especializados”. Os chamados “objetos” das análises de muitos relatórios sobre os temas da cidadania são aqui sujeitos e construíram várias das faces desse Relatório: todo o levantamento apresentado foi elaborado com a participação direta de grupos de jovens moradores das comunidades estudadas.

Em cada uma das 27 localidades descritas, formaram-se grupos de jovens observadores dos Direitos Humanos, que registraram e trocaram informações com outros jovens, tanto de dentro da própria cidade como de localidades distantes. Envolvê-los nesse processo significa reconhecer como relevante não apenas seu ponto de vista, mas também sua capacidade de compreender as visões de outras pessoas na comunidade e de propor e reconhecer iniciativas importantes para a resolução dos problemas vivenciados.

Entretanto, por mais que reconheçamos a importância de se lançarem novos olhares partindo da experiência diária daqueles que vivem na comunidade, este Relatório não substitui – e nunca pretendeu substituir – qualquer análise especializada, discussão acadêmica ou institucional existente. Se, por um lado, percebemos a importância da ampliação dos envolvidos no debate, por outro, sabemos que aqueles que vivenciam as experiências de violação dos seus direitos e aprendem a debatê-los com propriedade podem ter seu conhecimento complementado por pesquisas e análises de acadêmicos e pesquisadores profissionais.

Outro pressuposto assumido na Rede de Observatórios indica que formar e pesquisar são propostas que ganham muito mais força quando combinadas. A formação para o exercício da cidadania nos parece indissociável da observação detalhada sobre o contexto em que se vive. Assim, em cada etapa do processo de trabalho aqui descrito, sempre se buscou levar em conta esses dois aspectos. A consolidação do conhecimento sobre as comunidades, ou até sobre os direitos, inicia-se a partir do registro e da depuração das informações sobre o cotidiano de cada observador: em vez de fundamentos teóricos, nosso ponto de partida foi a redação e a troca, por meio de cartas, de suas principais experiências pessoais.

As cartas constituíram as principais amarras na costura da Rede de Observatórios e formaram a maior parte dos textos desse Relatório. Afinal, todas essas informações registradas pouco significariam se não fossem comunicadas. Nesse sentido, a busca por relatar os vários olhares que temos sobre o cotidiano foi uma das atividades mais marcantes nesse trabalho. No nosso entendimento, ao narrarmos não apenas oferecemos informações ao outro, como também nós mesmos passamos a ter um olhar mais crítico e aprofundado sobre a nossa própria realidade.

O Relatório de Cidadania III reúne uma parcela de todo esse esforço e cada um de seus capítulos é composto de textos que foram trocados, lidos e relidos. Pessoas e organizações – a maioria sem jamais se encontrar diretamente – receberam, enviaram e comentaram as histórias de suas vidas, de seus bairros e de suas instituições, sempre com a perspectiva de compreender e observar os Direitos Humanos nas suas realidades. Dentro de uma mesma cidade, além da escrita e da leitura, a música, o teatro e a fotografia foram ainda formas de comunicação entre os grupos.

Toda essa experiência evidentemente não foi linear e, muitas vezes, não foi agradável. Voltar nossos olhares para fatos que, normalmente, ignoramos ou evitamos nem sempre é uma tarefa fácil. Também é difícil reconhecer as experiências positivas em meio a tantas demandas. Buscamos aqui dar espaço e organizar essa diversidade de observações que julgamos relevantes, mesmo que muito parciais ou até restritas ao universo de quem olha.

Os textos reunidos trazem também insistentes repetições de expressões, medos e idéias. O conjunto do trabalho não foi totalmente lapidado na expectativa de que, mesmo com aparentes equívocos formais e temas que se sobreponham, estamos trazendo os traços mais marcantes no conjunto de reflexões surgidas no processo de observação. Por mais que tenhamos buscado questionar o senso comum, reconhecemos que se trata também de uma forma de conhecimento sobre a realidade (ainda que, eventualmente, incompleta ou, às vezes, equivocada).

O Relatório de Cidadania é um mosaico com os vários resultados de todos os diálogos entre as instituições e os atores participantes dessa trajetória. Em momento algum pretendemos que os textos esgotem as reflexões surgidas e apontadas. Ao contrário, esperamos que sua maior utilidade seja, partindo dessa multiplicidade dos olhares encontrada no diálogo em rede, estimular a continuidade dos debates vivenciados e expostos aqui.

Observar os Direitos Humanos no cotidiano significa redimensionar o nosso olhar. Exige que busquemos acrescentar aos nossos olhares os olhares dos outros e vice versa. E, olhando com mais olhares, ver mais e com mais detalhes. É fundamentalmente, como enuncia a epígrafe de Saramago, ao olharmos e vermos: repararmos.

Para nós, reparar significa interagir com aquilo que, por vezes, se olhamos, não vemos. Se apontamos para uma violação dos Direitos Humanos ou para propostas interessantes de melhoria da situação das comunidades que foram observadas, é porque consideramos que repará-las é tarefa não apenas desse ou daquele sujeito social, para esse ou para aquele momento. Reparar vale igualmente no sentido de transformar, modificar a realidade, através da promoção dos Direitos Humanos, uma tarefa contínua e coletiva.

Que esse Relatório de Cidadania contribua com essas funções tão importantes que não comecem e nem terminam aqui.

Paulo Sérgio Pinheiro
Marcelo Daher

O Relatório de Cidadania III é o resultado do trabalho desenvolvido pela Rede de Observatórios de Direitos Humanos entre os meses de março e novembro de 2002. A rede, a partir da atuação integrada de sete Grupos de Trabalho Locais (GTLs), levantou informações qualitativas sobre a situação dos Direitos Humanos em 27 comunidades localizadas nas cidades de Belém, no Pará; Alagoinha, Arcoverde, Pesqueira e Recife, em Pernambuco; Itaparica, Salvador e Vera Cruz, na Bahia; Cariacica, Serra e Vitória, no Espírito Santo; Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro; e Diadema e São Paulo, no Estado de São Paulo.

Cada uma dessas localidades foi o campo de trabalho para um grupo de cinco jovens moradores que, acompanhados por um monitor, descreveram suas experiências pessoais, realizaram entrevistas e descreveram espaços e instituições a partir de discussões sobre os Direitos Humanos. Em cinco GTLs (Belém, interior de Pernambuco, Recife, Salvador e Vitória), foram três as comunidades observadas, já no Rio de Janeiro e em São Paulo esse número dobrou.

A escolha das regiões metropolitanas deve-se à constatação da crescente preocupação com as sobreposições de violações aos Direitos Humanos vividas em certas áreas dessas metrópoles, sobretudo, a violência. Quatro capitais (Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória) são consideradas áreas prioritárias pelo Plano Nacional de Segurança Pública. A opção de desenvolver uma experiência piloto no interior de Pernambuco está ligada à expectativa da ampliação do raio de ação do projeto, considerando ainda a necessidade de dar prioridade a locais com baixo índice de desenvolvimento humano.

Além disso, cada GTL selecionou as comunidades que apresentam situações marcantes de violação aos Direitos Humanos, procurando locais diferenciados em áreas com perfis socioeconômicos semelhantes, que já mantivessem uma relação aproximada com associações ou instituições lá sediadas.

Finalmente, ter os jovens como observadores significa mostrar a perspectiva de grupos que hoje têm presença muito marcante nesses bairros, além de serem, por vezes, as principais vítimas da violência urbana. Assim, a compreensão dos jovens e sua articulação com a comunidade são fundamentais para a promoção dos Direitos Humanos.

Desde o projeto piloto, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos tem viabilizado a proposta dos observatórios, contando também com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa experiência de expansão só foi possível graças à cooperação entre a Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado da Assistência Social do Ministério da Previdência Social.

A colaboração direta do Centro Nacional de Formação Comunitária (Cenafoco), em especial do grupo de coordenação das unidades operacionais das capitais brasileiras, permitiu a rápida integração entre as organizações que desenvolveram o projeto.

A constituição da Rede de Observatórios e a metodologia empregada foram desenvolvidas pelo grupo de coordenação nacional, sediado no Instituto São Paulo contra a Violência, contando com a colaboração do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. A coordenação dos GTLs foi assumida pelas seguintes organizações: Movimento de Emaús (Belém), Centro Dom Helder Câmara de Ação Social (Recife), Movimento Fraternal de Ação Comunitária (interior de Pernambuco), Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Rio de Janeiro), Organização de Auxílio Fraternal (Salvador), Instituto Sou da Paz (São Paulo) e Cáritas Arquidiocesana (Vitória).

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O Relatório de Cidadania III foi dividido em oito capítulos, sendo o primeiro introdutório e os restantes correspondentes a cada um dos GTLs que compõem a Rede de Observatórios. Sua construção corresponde ao processo de trabalho vivido em cada uma das comunidades, trazendo grande parte do material produzido pelos participantes do projeto.

Nos textos desta introdução a coordenação da rede resumiu algumas informações sobre a proposta dos observatórios e detalha as principais etapas do processo de trabalho. Infelizmente, não há uma descrição sobre as experiências vividas em cada localidade mas de todo o processo, procurando apontar os momentos mais importantes da trajetória.

Na abertura de cada capítulo de GTL são apresentados indicadores gerais das cidades envolvidas no grupo, além de um breve texto sobre a organização que coordenou o trabalho do capítulo. A intenção original era publicar uma série de indicadores específicos de cada comunidade observada, bem como mapas dessas regiões. Infelizmente, a disparidade na qualidade das informações disponíveis e, em inúmeros casos, a ausência de dados específicos, levou-nos a optar por apresentar apenas os números gerais dos municípios.

É fundamental destacar que os indicadores municipais refletem a combinação dos números em toda a cidade, portanto, a marcante desigualdade entre as áreas observadas e regiões mais ricas acaba gerando uma média que não corresponde ao contexto vivido nas localidades descritas neste relatório. Mesmo assim, optou-se por manter esses dados como forma de oferecer noções mais gerais sobre o contexto e comuns entre todos os locais.

Os textos de cada comunidade seguem, de certa forma, a cronologia do processo de trabalho, com a rede dividida em três itens fundamentais: “ Quem somos? ”, “ Onde estamos? ” e o terceiro com o nome da comunidade e o direito estudado.

No primeiro item estão as histórias de vida, relatadas por cada um dos jovens observadores. No item “ Onde estamos? ”, está a descrição da comunidade onde esses jovens moram, acompanhada de textos que descrevem as associações e os grupos parceiros que abrigaram os jovens observadores, e, em alguns casos, iniciativas interessantes reconhecidas nessas localidades. Finalmente, no último item, estão descritas as principais informações levantadas na discussão de temas específicos, na maioria dos casos comentadas na seqüência por autores convidados pelo grupo.

NOSSAS OPÇÕES

Considerou-se que as histórias de vida são parte fundamental do relatório e, por isso, são expostas no item “ Quem somos? ” todas as 135 cartas pessoais enviadas pelo correio, não apenas pelas informações concretas que eventualmente apresentam, mas pelo próprio recorte de realidade que oferecem. Partindo de leituras parciais e particulares, as histórias de vida são talvez os textos que melhor traduzem a idéia de um mosaico sobre o cotidiano visto a partir do olhar dos jovens, principalmente no que, muitas vezes, elas se repetem.

Nesses textos, sobressaem, por exemplo, as transformações vividas pela família ao longo do tempo, os sonhos e aspirações dos jovens quanto ao futuro, seus sentimentos diante do problema do desemprego, da insegurança e o gosto pelas atividades culturais. Alguns detalhes traduzem ainda as atitudes, crenças e valores mais marcantes.

Já no item “ Onde estamos? ”, descreve-se tudo aquilo que cada grupo entendeu como mais importante na sua comunidade. Novamente, é possível perceber algumas repetições de estrutura e foco, possivelmente influenciadas pelas orientações da rede. Ao mesmo tempo, as variações nas ênfases e na profundidade de detalhes indicam a trajetória da discussão presente em cada grupo.

Nas descrições das localidades, houve esforços em indicar os maiores problemas do local apontando quadros críticos que, muitas vezes, são acompanhados de elogios às qualidades e aos atrativos principais dessas comunidades. Todos descrevem os principais serviços e espaços públicos existentes, alguns fazendo até reconstituições históricas. Em certos casos, a discussão do grupo é complementada por informações bibliográficas, relatos de entrevistas feitas em fases posteriores e indicadores pesquisados pelos observadores com apoio do monitor.

A delimitação dos locais, como veremos adiante, foi definida pelos próprios jovens. Na maioria dos casos as discussões se concentram muito mais na comunidade onde moram, detalhando os espaços que mais freqüentaram, mas há também casos em que se optou por trabalhar com áreas mais extensas, até cidades inteiras.

A opção por preservar a integridade dos textos sobre a vida e a comunidade dos jovens, por mais que tenha estendido muito o relatório e traga recortes muito particulares, resgata os traços mais marcantes desse olhar que se pretendeu desenvolver e traz informações importantes sobre a situação vivida e sobre as formas de como ela é vista e sentida. Consideramos que são necessárias, ainda, reflexões mais aprofundadas sobre o painel composto por todos esses textos.

Para as brevíssimas descrições de iniciativas locais, como o trabalho das associações parceiras e algumas práticas consideradas positivas, em muitas delas foi pedida a colaboração de seus integrantes e coordenadores na redação. A idéia de expor as atividades de todos esses grupos está ligada à proposta de indicar possíveis interlocutores ou mecanismos interessantes para a promoção dos Direitos Humanos no plano local. Mesmo que as atuações estejam pouco detalhadas, a função desses trechos é listar possibilidades.

A variedade das formações institucionais e dos objetivos dessas iniciativas é grande: são escolas, creches, centros culturais, projetos de profissionalização, centros de saúde, associações de bairro, entre outros. Julgamos que essa diversidade nos remete aos diferentes aspectos da promoção dos Direitos Humanos, inclusive como um mecanismo de integração dos trabalhos. Mas, no todo, a marca mais

presente nessas práticas são os esforços para atender a anseios coletivos e as inovações no contato mantido com os moradores que, na maioria dos exemplos, foram seus maiores articuladores.

Os textos sobre os temas específicos são os que mais detalhes trazem e os que mais envolvidos tiveram na elaboração final. Quase todos estão preenchidos com trechos de entrevistas ou de depoimentos pessoais dos próprios observadores. Há também variedade na abrangência das discussões e dos detalhes. No seu conjunto, são descritivos e repetem certos debates, mesmo entre cidades diferentes (mais adiante estão resumidas as principais discussões por local e por temática).

Optamos por manter o anonimato na grande maioria dos casos (principalmente os mais graves), por considerarmos que esse levantamento não viabiliza - e jamais propôs - a fundamentação de denúncias específicas.

O texto dos autores convidados pelos GTLs fecha a seqüência buscando oferecer uma perspectiva complementar das eventuais deficiências na discussão levantada, ou suas qualidades, não tendo caráter conclusivo. São discussões independentes do restante do trabalho, mas que julgamos importantes para a contextualização das discussões trazidas no debate corrente.

De modo geral, como alertamos na apresentação, esse relatório se desdobra a partir da tensão fundamental entre o resgate do ponto de vista específico do jovem observador e a construção de textos abrangentes e afinados com as discussões sobre os temas que tratamos. Por um lado, as orientações gerais buscaram conferir maior homogeneidade nos métodos e nas descrições, a fim de trazer maior profundidade aos textos, além de estabelecer um padrão que facilite a leitura e organização das idéias de toda a rede. Por outro, a manutenção dos olhares individuais ou específicos, na sua forma e conteúdo, busca repor a riqueza do trabalho dos jovens observadores. Esperamos que esse híbrido de mostras do diálogo ocorrido entre os participantes do projeto amplie os debates, dentro e fora das comunidades.

PRINCIPAIS DISCUSSÕES POR COMUNIDADES

Abaixo, listamos alguns dos subtemas tratados por cada um dos grupos de observadores em suas discussões sobre os temas violência, discriminação, saúde, cultura e lazer, trabalho e renda, e educação.

Belém

Observando o crescimento do mercado informal e do desemprego, o grupo do Bengui se discutiu o Direito ao Trabalho e à Renda. Além disso, destacou algumas iniciativas locais para promover o acesso à renda e à qualificação para o trabalho.

Cultura e Lazer foi o tema escolhido pelos jovens da Terra Firme que, em vez de definir o bairro a partir das carências, optou por explorar as potencialidades da comunidade, descrevendo as iniciativas de cultura e lazer existentes. Esse trabalho trouxe uma constatação marcante, pois um bairro que era estigmatizado como violento e pobre apresentou-se como um berço cultural e de vida comunitária, estimulando a visita de outras pessoas ao bairro e o orgulho dos próprios moradores sobre seus recursos culturais.

Para abordar o Direito à Segurança, os observadores da Vila da Barca focalizaram a violência policial. O texto aponta para recorrentes invasões de domicílio, torturas e até homicídios ocorridos na comunidade, que, quase sempre, continuam impunes.

Recife

Para trabalhar com o Direito à Segurança, o grupo de jovens de Coelhos também discutiu a violência policial relatando, com especial ênfase, casos relacionados com revista policial, agressões físicas e dificuldades para denunciar casos que envolviam policiais.

Os observadores de Entra Apulso exploraram o Direito à Moradia, a partir da discussão sobre o Direito ao Trabalho e à Renda, trazendo alguns apontamentos sobre como o crescimento urbano e a migração estavam relacionados à história de uma comunidade que até hoje luta pela legalização da posse de suas terras.

Partindo do tema Gravidez na Adolescência, as observadoras das comunidades Sítio Grande e Dancing Days trabalharam o Direito à Saúde, apontando questões como a falta de um bom atendimento, o desconhecimento do próprio corpo e as discriminações que algumas adolescentes das duas comunidades sofreram quando engravidaram.

Interior de Pernambuco

Dentre os vários direitos observados no trabalho realizado pelas observadoras de Alagoínia, destacou-se a discussão do Direito à Segurança, em que questões sobre a dificuldade na denúncia da violência contra mulheres, crianças e adolescentes agravam a situação das vítimas. Além disso, o grupo descreve a situação do Quilombo de Castainho e seu esforço na defesa de seus direitos.

No texto dos jovens de Arcoverde entre as diferentes discussões sobre os seis temas, destacaram-se a questão da capacidade e qualidade dos atendimentos médicos, como também a discriminação racial por condição social e de portadores de necessidades especiais. O grupo ainda retratou a situação do Assentamento de Pedra Vermelha do Movimento Sem Terra, seu esforço pela auto-sustentação e os preconceitos existentes contra esse movimento.

A discussão sobre Trabalho e Renda foi particularmente destacada pelos relatos de Pesqueira, onde o recente fechamento das fábricas diminuiu drasticamente o número de postos de trabalho e ocasionou grande desemprego. Como tema específico, os observadores descrevem a Aldeia de Cimbres da tribo Xucuru do Orodubá, os problemas provocados pelos conflitos internos e externos na luta pela demarcação de suas terras e resgate de sua identidade.

Rio de Janeiro

Os jovens das comunidades de Chapéu Mangueira e Babilônia trabalharam com Direito à Educação e abordaram, entre outros assuntos, como a escola tem tratado o tema da gravidez na adolescência e as dificuldades na manutenção das creches locais.

A discriminação racial, por condição social e gênero foram os temas escolhidos pelo grupo do Complexo do Alemão para discutir o Direito à Igualdade. O grupo descreveu preconceitos existentes dentro e fora da sua comunidade.

O Direito à Segurança foi observado pelos observadores do Complexo da Maré, que discutiram a interferência no dia-dia dos moradores da marcante presença de duas facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas que dividem o território do Complexo, além do despreparo e da violência policial.

Jardim Nova Era destacou, a partir do Direito à Cultura e ao Lazer, como a falta de incentivo público contribui para a deterioração dos poucos espaços de lazer na comunidade. Além disso, discutiram as dificuldades para se frequentar espaços que, fora da comunidade, acolhem atividades culturais mais interessantes.

O número de vagas, o acesso aos medicamentos e a qualidade dos atendimentos médicos foram os principais assuntos destacados pelo grupo do Morro dos Urubus na discussão do Direito à Saúde.

O Direito ao Trabalho foi abordado pelo texto de Realengo, que enfatizou principalmente os temas do desemprego, do abuso dos direitos trabalhistas e do crescimento do setor informal.

Salvador

Os principais pontos destacados na discussão do Direito à Segurança no Calabar foram violência policial, violência contra a mulher e contra homossexuais. Os relatos enfatizam os preconceitos entre polícia e comunidade e a questão da naturalização dos problemas.

Questionamentos sobre qualidade da formação oferecida pelas escolas levaram os jovens da Ilha de Itaparica a se concentrarem no Direito à Educação. Nesse texto, são levantadas informações sobre a capacitação e a presença dos professores em sala de aula, as metodologias usadas nos cursos e os motivos do desinteresse dos alunos. O grupo ainda aponta iniciativas interessantes que têm recuperado o interesse desses alunos.

O texto do Subúrbio Ferroviário aborda o tema Trabalho e Renda, relacionado às dificuldades dos jovens em conseguir o primeiro emprego, ao desemprego e à presença marcante do mercado informal dentro do próprio subúrbio.

São Paulo

O Direito à Igualdade foi focalizado pelo grupo da Brasilândia, que explorou os casos de discriminação por condição social vividos em locais mais ricos da cidade de São Paulo e discutiu o preconceito contra portadores de necessidades especiais.

Os direitos trabalhistas, discriminação e declínio de postos de trabalho no setor de metalurgia no ABCD paulista, foram as temáticas trazidas pelos jovens de Diadema na discussão do Direito ao Trabalho e à Renda.

Retratar como a violência interfere no cotidiano dos moradores foi um dos caminhos escolhidos pelos observadores do Jardim Ângela para discutir o Direito à Segurança, que destaca o fácil acesso às armas de fogo como um dos agravantes da violência na região. Além de apontar as violações, o relato do grupo enfatiza a iniciativa do Fórum em Defesa da Vida na promoção de melhorias na região.

A polêmica sobre a implantação do regime de progressão continuada nas escolas e a importância crescente das iniciativas locais na promoção da educação no bairro foram escolhidas pelo grupo do Jardim Monte Azul para a observação do Direito à Educação.

Com base nos relatos de moradores sobre os serviços da rede pública de saúde, o grupo de observadores do Jardim Rosana desenvolveu algumas reflexões sobre o Direito à Saúde, em que foram comentadas questões relacionadas às vagas e à qualidade nos atendimentos.

Os jovens de Sapopemba observaram os Direitos à Cultura e ao Lazer, descrevendo os projetos que têm sido desenvolvidos com a participação dos jovens moradores, as situações de interferência da violência em algumas iniciativas culturais e os preconceitos existentes contra o Movimento Hip-Hop.

Vitória

A discussão sobre o Direito à Segurança no texto de Itararé focaliza aspectos do crime organizado, da violência policial e da violência doméstica. Destacam também, em muitos casos, as denúncias que não são feitas pelos moradores devido à ausência de delegacias especializadas e à desconfiança na polícia.

As condições de trabalho, a capacitação dos professores e os recursos didático-pedagógicos foram explorados pelos jovens observadores do Jardim Botânico (município de Cariacica) para discutir a qualidade de ensino. Além disso, o grupo abordou alguns conflitos na relação entre professor e aluno e destacaram algumas iniciativas que tentam promover o Direito à Educação.

Em Jardim Carapina (município de Serra), o Direito à Saúde foi abordado a partir dos problemas de saneamento básico do bairro e das dificuldades que os moradores do bairro enfrentam para conseguir atendimentos médicos e medicamentos nos postos e hospitais da região.

ENCAMINHAMENTOS

Como já mencionado, esse material se propõe a dar voz às inúmeras discussões sobre os Direitos Humanos vistos a partir do cotidiano dos jovens das 27 comunidades que se envolveram nesta trajetória. Para dar mais força ao trabalho, é preciso que se busquem maiores contextualizações, tanto sobre as condições específicas como sobre a situação mais ampla que envolve todos os locais. Um passo para tecer cruzamentos entre as discussões, identificando similaridades e divergências, será dado a partir do encontro entre os seus diversos autores para o lançamento desse Relatório.

Descrever e sugerir alguns pontos para o debate foram atividades que tiveram o objetivo de unir as reflexões e práticas que já existem às experiências narradas pelos observadores. Esperamos que os questionamentos trazidos, tanto pelo que foi considerado prejudicial quanto benéfico ao exercício deste ou daquele direito, possam contribuir para um melhor encaminhamento de políticas públicas e debates, resgatando os aspectos positivos ressaltados e despertando as potencialidades tão marcantes existentes em cada um desses locais, somando-se a tudo isto a responsabilidade e os interesses dos jovens nessas transformações tão desejadas.

A articulação comunitária e a ampliação dos espaços de debate a partir do prisma dos Direitos Humanos são passos determinantes para a garantia de que essa empreitada seja mais duradoura, enraizando as noções democráticas no funcionamento do Estado e na vida em sociedade.

Como Trabalhamos?



Esta etapa da Rede de Observatórios de Direitos Humanos começou a ser desenvolvida em meados de dezembro do ano 2001, a proposta era replicarmos a metodologia estabelecida nas experiências dos projetos piloto e sua continuidade para outras regiões do Brasil, tentando manter uma estrutura de rede na sua execução. Para isso, uma equipe de Coordenação de Rede foi constituída para sistematizar os passos metodológicos e estabelecer as parcerias para o estabelecimento dos grupos do projeto nas diferentes cidades que se pretendia abranger.

A maior preocupação foi definir os parâmetros e o andamento do trabalho, respeitando as especificidades de cada contexto e permitindo que estivessem permeáveis às contribuições dos grupos (tanto dos jovens como das equipes), e, ao mesmo tempo, que isso tudo ocorresse de forma sincronizada nos diferentes locais (para permitir o correio pela rede), resultando em um material escrito que subsidiasse diretamente a montagem deste Relatório de Cidadania. Portanto, ao mesmo tempo em que se buscou abrir espaço para a heterogeneidade de leituras e encaminhamentos das atividades, tinha-se a necessidade de manter o conjunto ajustado no tempo e nas abordagens de conteúdo.

A FORMAÇÃO DA REDE

Cadernos de apoio

Com a consolidação da proposta, já em dezembro, começou-se a organizar os Cadernos de Apoio. Como dissemos, os Cadernos foram elaborados pela equipe de Coordenação de Rede para orientar todas as etapas na organização dos Grupos de Trabalho Local (GTL). Seus textos foram divididos em quatro partes: a primeira delas resumindo o projeto, a segunda oferecendo orientações gerais para as equipes de coordenação e monitoria, a terceira com textos de referência para serem lidos por todos (inclusive os jovens observadores), e a última detalhando cada atividade e etapa de trabalho.

A elaboração dos Cadernos foi quase simultânea ao processo de seleção das ONGs parceiras e se baseou em experiências dos dois anos anteriores de trabalho. Optamos pelo formato de cadernos, pois se trata de uma metodologia em construção que esperava-se fosse facilmente manuseável e, ao longo do trabalho, seria preenchida de “anotações” com as percepções variadas de cada leitor.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a metodologia procurava conciliar e sincronizar as etapas da pesquisa com o processo de formação dos grupos de jovens. Além disso, acrescentamos na proposta original a experiência da troca de informações e textos entre os observadores na forma de cartas, como uma atividade periódica e fundamental.

Outra preocupação no encadeamento do trabalho foi o esclarecimento sobre a abordagem dos Direitos Humanos, tendo como ponto de partida a experiência cotidiana dos jovens em suas comunidades. Procuramos indicar estratégias que privilegiassem o olhar do jovem a partir da sua própria experiência local, a fim de acessar temas gerais e não o contrário.

Formando os Grupos de Trabalho Locais

A maioria das organizações responsáveis pelos Grupos de Trabalho Locais (GTLs) que se uniram ao processo de construção da Rede de Observatórios já tinha vínculo estabelecido entre si, por serem também unidades operacionais do Centro Nacional de Formação Comunitária (Cenafoco).

As organizações Cendhec (Recife), Cieds (Rio de Janeiro), OAF (Salvador), Cáritas Arquidiocesana (Vitória), Mofac (interior de Pernambuco) já haviam desenvolvido os cursos do Cenafoco nos anos anteriores. O Instituto Sou da Paz, além de ter instituído o Cenafoco, foi também co-responsável nas fases do projeto piloto dos Observatórios e de sua continuidade na cidade de São Paulo. Apenas o Movimento de Emaus, em Belém, não tinha relação com o curso do Cenafoco, que não foi desenvolvido naquela cidade.

Consideradas as grandes semelhanças de abordagem entre Observatórios e Cenafoco (ambas voltadas para a formação da cidadania e atuação comunitária), como dos locais escolhidos para atuação (zonas metropolitanas marcadas pelo problema da violência), a proposta foi aproveitar a experiência institucional acumulada e oferecer uma outra oportunidade de envolvimento com os temas comunitários para alguns dos jovens formados pelo Cenafoco.

As experiências com atividades em comunidades e a articulação com grupos e associações que atuassem diretamente em bairros ou distritos afetados pelos problemas da violência ou da pobreza foram outro critério relevante para a escolha das organizações. Finalmente, era importante que as instituições tivessem afinidade com as temáticas dos Direitos Humanos.

Composição e funcionamento das equipes

A partir do mês de abril, iniciou-se a formação e seleção das equipes de coordenação e monitoria. A base desse trabalho foram os Cadernos de Apoio e algumas reuniões entre representantes da Coordenação de Rede e das organizações responsáveis pelos GTLs. Cada equipe de GTL foi composta inicialmente por dois coordenadores e um monitor para cada comunidade. Sua atuação (seguindo a proposta geral do projeto) unia os papéis de “orientadores da pesquisa” e de “formadores” do grupo de observadores.

Como orientadores da pesquisa, a equipe tinha o papel de garantir o levantamento abrangente de informações e seus registros completos, tendo em vista a produção do Relatório de Cidadania. Em alguns momentos foram levantadas pela equipe informações complementares como, por exemplo, indicadores, textos, e mapas que enriqueceram a pesquisa dos jovens.

Como formadores dos observadores, a preocupação era o desenvolvimento das capacidades de observação, registro e comunicação do grupo de jovens, além da intensificação das relações entre os jovens nos grupos e fora deles, seja com a comunidade, seja com outros atores de fora dela.

Os grupos de jovens observadores foram selecionados pelas equipes de coordenação e monitoria com o apoio das associações comunitárias parceiras. Os observadores têm papel central no registro e no trabalho, levantando as informações ou divulgando-as para outros grupos na comunidade. Buscou-se formar grupos com um perfil mais variado possível. Mas a afinidade com a escrita e a disponibilidade de tempo para as atividades restringiram as escolhas. Os observadores, assim como os outros participantes do projeto, integram a equipe e assumem as responsabilidades diárias de trabalho.

Durante os sete meses todos os integrantes dos GTLs (coordenadores, monitores e jovens observadores) se reuniam pelo menos semanalmente. Nos grupos de observadores, normalmente, eram realizadas duas reuniões com os monitores por semana e reuniões diárias entre os jovens. A variação nos encontros foi determinada a partir das exigências do trabalho de campo. Essa frequência era muito importante tanto para a integração dos grupos dispersos em várias comunidades como para a troca de informações entre eles.

De modo geral, as equipes de monitoria e coordenação faziam ainda reuniões semanais de avaliação e enviavam relatórios individuais sobre o processo de trabalho em cada comunidade. A Coordenação de Rede esteve presente periodicamente nos GTLs realizando reuniões com todos os seus integrantes tanto para se acompanhar o processo local (a luz dos textos e relatórios produzidos), como para informar as atividades e propostas surgidas em outras partes da Rede.

ETAPAS DO TRABALHO

As principais atividades apontadas nas etapas de trabalho foram instituídas por toda a Rede. Suas bases foram os Cadernos de Apoio e as orientações da Coordenação de Rede, mas cada GTL, evidentemente, desenvolveu-as seguindo suas especificidades de leitura. Portanto, é difícil traduzir aqui as diferentes apropriações do trabalho em cada localidade, como os vários resultados obtidos. Nesse sentido, carecemos ainda de uma avaliação mais detalhada dos relatos de atividades de cada GTL.

Construindo um referencial comum

As duas primeiras etapas de atividades serviram para a criação dos compromissos e parâmetros de toda equipe nos GTLs. Para iniciarmos as atividades, cada grupo definiu suas regras mínimas de funcionamento como os papéis de cada integrante, a divisão das responsabilidades, os horários, etc. Nas associações locais foram acordadas e debatidas também as normas do cotidiano do trabalho nas comunidades.

Todos apresentaram, segundo a sua visão, qual seria o papel dos observadores e, na sequência, discutiram as principais etapas propostas para o trabalho dali em diante. Nesse primeiro momento, buscávamos estabelecer, em conjunto e partindo das expectativas de cada um, as referências que norteariam as relações internas no grupo e os papéis de cada um ao longo do projeto.

Histórias de vida

As redações das histórias pessoais foram a primeira e, possivelmente, mais marcante atividade do processo de observação. Nessa etapa, cada observador contou a sua história no formato de uma carta que foi enviada a um outro jovem de outra cidade. O destinatário, depois de ler, comentou a história recebida, fazendo perguntas ou associando passagens com a sua própria experiência de vida. Após receber sua carta comentada, cada um pôde reescrever sua história a partir das leituras do outro ou, pelo menos, responder aos comentários recebidos. Dentro de cada GTL as cartas também foram trocadas. Além da redação, alguns grupos ainda fizeram dramatizações, músicas, poemas sobre as histórias de vida. Com todo esse correio (virtual e direto), cada jovem manteve contatos com pelo menos duas pessoas de diferentes locais, que não conhecia, se apresentando para os colegas tanto de seu próprio grupo como também dos grupos com que se corresponderam.

A partir das cartas pessoais, não apenas foram levantados conteúdos que formam este relatório, como também cada observador pôde, de certa forma, viver uma espécie de ensaio, tanto como observador (de si e do outro) quanto observado (novamente, de si e do outro). Assim, esse foi talvez o principal passo para o reconhecimento dos sentidos objetivos e subjetivos para a observação.

Essa atividade foi em alguns casos dolorosa, causou polêmicas e também aproximou muito a todos, ajudando a tecer a rede de relações entre os vários autores deste Relatório. A percepção de que certos problemas, aparentemente individuais, eram compartilhados foi bastante enriquecedora. Alguns inicialmente evitaram citar passagens de suas vidas que consideravam vergonhosas, ou sem importância, mas ao perceberem no outro uma manifestação semelhante, voltavam-se para esses assuntos. Aproveitou-se o momento para tratar das dificuldades que os entrevistados teriam em discutir certas questões e a necessidade do respeito na sua abordagem.

Também chamou muito a atenção a variação dos formatos e perspectivas dos textos, que correspondiam tanto às aspirações pessoais de cada jovem como ao tipo de entendimento do trabalho em cada grupo. Procurou-se ressaltar a riqueza dessa diversidade e, ao mesmo tempo, adotar a referência das dificuldades de entendimento encontradas para trabalhar questões relacionadas à observação e o registrá-las por escrito (o mesmo ocorreu na atividade que descrevemos a seguir).

Descrição das comunidades

Na seqüência, após redação das histórias de vida, a descrição das comunidades foi uma oportunidade para a delimitação mais objetiva do campo de observação e das questões que, mais tarde, abalariam as discussões específicas dos Direitos Humanos. Como na redação das histórias de vida, mas agora coletivamente, foram descritas em uma carta as características principais do local que cada grupo pretendia observar. Os pontos principais e a seqüência da apresentação da localidade foram construídos pelo grupo, mas com o complemento de orientações de destaques para a existência e caracterização de determinados espaços e serviços públicos, de associações comunitárias, etc.

As delimitações espaciais da comunidade observada partiram de cada grupo. Essa postura era importante, pois, muitas vezes, as divisões técnicas ou jurídicas do espaço da cidade não correspondem à experiência cotidiana de seus habitantes. Além disso, a própria nomeação da comunidade foi motivo de debate, pelo fato de existirem vários apelidos para certos locais e pela própria discussão em se nomear essa área como uma comunidade, um bairro ou uma favela, por exemplo. Tudo isso também foi um conteúdo importante para a discussão sobre os Direitos Humanos que, aos poucos, se forjava.

Além de descrever suas comunidades por carta, os grupos elaboraram mapas localizando os pontos referidos na descrição. A construção desses mapas esbarrou, em inúmeros casos, na falta de precisão e padronização com muitos mapas já existentes. As ocupações recentes e a falta de acompanhamento da situação desses locais resultam na pouca precisão ou inexistência de informações oficiais. Em vários grupos isso também foi motivo de reflexão e resultou na elaboração de mapas e maquetes alternativos.

No encerramento dessa etapa, foram feitas as primeiras entrevistas com pelo menos cinco moradores, de idades diferentes, para se captarem outros olhares sobre o bairro. Apesar de ser uma primeira experiência na construção e execução de entrevistas, foi importante para ampliar a perspectiva do grupo, principalmente no que diz respeito às transformações vividas nos locais ao longo do tempo.

Alguns grupos ainda aproveitaram esse momento para realizar uma espécie de apresentação para a comunidade do projeto e do que haviam observado até então. Outras cidades realizaram também apresentações itinerantes como forma de integração entre as diferentes comunidades.

Referencial dos Direitos Humanos

Apenas dois meses após o início das etapas, mais ou menos, foram tratados especificamente os temas ligados aos Direitos Humanos. Essa espera, como dissemos, foi proposital para construir uma leitura do tema que partisse do cotidiano dos jovens: as bases para essa discussão foram histórias pessoais e das comunidades. Antes de fazer a leitura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cada um foi incentivado a apontar o que associava com essa expressão. Feita a leitura, foram construídas coletiva e individualmente representações sobre esses direitos.

Optou-se pela leitura direta da Declaração, apesar de seu texto formal e em certos momentos difícil, como mais uma forma de incentivar que os próprios jovens buscassem traduzi-la. Por fim, para a preparação das fases subseqüentes, foram separados em eixos grupos de direitos que tinham mais relação com os seis temas propostos para pesquisa específica: Segurança; Igualdade; Educação; Cultura e Lazer; Saúde; e Trabalho e Renda. Seguindo o trabalho que vinha sendo feito anteriormente, esses temas buscavam orientar as discussões que poderiam se ampliar demais impedindo o aprofundamento do debate.

Novamente, houve aqui grande diversidade nos resultados, mesmo dentro de cada cidade. Alguns grupos produziram cartazes, colagens, desenhos, poemas e músicas baseados na sua "tradução" da Declaração.

Levantando temas, descrevendo casos

Definidos os seis eixos de referência sobre os Direitos Humanos, retomaram-se as atividades de redação sobre as experiências pessoais. Nessa etapa, cada grupo elaborou relatos sobre situações cotidianas ou descreveu locais que consideravam importantes para reflexão sobre cada um dos temas propos-

tos. Esses relatos não eram necessariamente resultado de experiências pessoais, foram feitos a partir de informações de pessoas mais próximas dos grupos. O número de relatos variou de acordo com os temas, mas cada grupo fez pelo menos um texto de cada assunto. Tal atividade teve como um de seus objetivos aproximar os grupos de todos os temas, demonstrando as diferentes possibilidades que poderiam ser exploradas em cada um deles. Posteriormente, esses textos foram organizados em dossiês temáticos enviados para todos na Rede.

Trabalhar com casos, como se pode perceber nos vários textos do Relatório, foi uma das linhas fundamentais neste levantamento, que se concentrou sobretudo em informações qualitativas. Essa etapa foi importante para se discutir formas de descrições de situações, dificuldades de compreensão e a necessidade do aprofundamento de análise sobre os acontecimentos relatados, por mais conhecidos que pudessem ser. De modo geral, sempre se pediu que fosse mantido o anonimato para evitar ameaças ou conflitos locais, e também para não expor levemente essa ou aquela instituição ou pessoa.

Trabalhar com casos sobre violência e discriminação (que muitas vezes têm data, hora e desdobramentos muito definidos) é muito diferente da abordagem de relatos sobre cultura, lazer, ou educação, por exemplo (que exigem descrições mais detalhadas sobre o espaço ou a instituição envolvida). Nesse sentido, o levantamento foi mais um passo para a delimitação dos focos e dos métodos de trabalho para cada tema.

Escolhendo o tema específico

Cada grupo definiu temas de sua preferência para observar dentre os seis eixos propostos (Segurança, Igualdade, Cultura e Lazer, Saúde, Educação, Trabalho e Renda) e justificou suas escolhas por escrito. Os monitores e coordenadores também apontaram sugestões. A partir dessas sugestões os GTLs, em diálogo com a Coordenação da Rede, definiram um tema específico para cada comunidade.

Uma das preocupações nessa divisão foi a relevância do tema na trajetória do grupo e nas suas possibilidades de desdobramento, outra foi a diversidade na abrangência dos temas debatidos no relatório.

Para preservar essa diversidade, nenhum GTL repetiu um tema entre suas comunidades. Outra orientação foi que o tema da violência estivesse presente no trabalho de todos os GTLs. Na maioria dos casos, a opção do grupo coincidia com a sugestão da equipe.

No interior de Pernambuco (Pesqueira, Alagoinha e Arcoverde), optou-se por trabalhar com todos os temas. Como já ressaltamos, essa foi uma experiência piloto fora de regiões metropolitanas, por isso seu andamento também foi diferenciado: o grupo avançou mais rapidamente nas fases iniciais tendo atingido o momento da determinação do tema específico muito antes dos demais. Além de trabalhar com os temas de suas cidades, os observadores de Pesqueira, Alagoinha e Arcoverde trataram de três temas muito importantes no debate sobre a situação dos Direitos Humanos nas áreas rurais e que estão presentes nas imediações dessas três cidades: a questão agrária, os quilombos e comunidades indígenas.

Observando temas específicos

Com a definição do tema específico, cada grupo teve entre cinco e oito semanas para realizar esse levantamento. A proposta era que se observassem e descrevessem instituições, espaços e organizações locais relevantes; que se entrevistassem atores importantes e que novos casos relacionados ao tema fossem descritos. Alguns grupos optaram por inicialmente relatar outros casos e, a partir daí, definir os atores e as instituições que pesquisariam, enquanto outros grupos fizeram o contrário. Cada grupo fez, ainda, recortes mais pontuais sobre os assuntos mais salientados nas discussões. Os resultados dessa fase foram apresentados para todos os GTLs e depois resumidos nos textos que fundamentaram parte do Relatório de Cidadania. Os dossiês com os casos de toda a Rede foram enviados nessa etapa para cada grupo, de acordo com seu tema.

Então, como era previsto, houve a maior variação no processo de trabalho de cada local. Primeiro, porque cada tema exigia um tratamento diferenciado, não só pelas facilidades, como pelas dificuldades de aproximação com locais, atores e casos na comunidade. Em segundo lugar, porque o andamento das etapas anteriores já tinha variado, obrigando uma restrição no tempo dos grupos mais atrasados em relação aos demais.

A contingência do tempo e a dispersão das discussões foram algumas das dificuldades encontradas para a organização das últimas atividades de observação. Nesse sentido, percebeu-se que os levantamentos construídos em campo, muitas vezes, foram menos abrangentes que as expectativas originais do grupo. A Coordenação de Rede e a coordenação de GTLs delimitaram também os recortes, numa tentativa de trazer maior profundidade para alguns debates.

Oficinas de comunicação

Todos os GTLs participaram de oficinas de jornalismo para a elaboração da revista *LUPA*. As atividades duraram três dias em cada local e foram coordenadas por Antenor Vaz e Gabriela Goulart, que também atuaram nas fases anteriores do projeto. A composição do *LUPA* inspira-se no jornal *Radcal*, elaborado em Brasília pela Fundação Athos Bulcão.

As propostas de trabalho para cada grupo foram desenvolvidas a partir do material que vinha sendo produzido e enviado para a Rede, levantando novos questionamentos como, por exemplo, alguns mitos populares relacionados às discussões de cada grupo. Durante a própria oficina, o grupo redigia e organizava os textos que compunham sua participação no informativo, dividido por comunidades como este Relatório. É um trabalho muito importante, porque incentiva outras formas de comunicação e interpretação das informações observadas, tornando-as mais acessíveis.

Oficinas de fotografia

Além de produzirem o informativo, as fotos que ilustram o Relatório e o *LUPA* também foram feitas pelos observadores. Em diferentes etapas do trabalho cada GTL trabalhou com imagens e, dependendo do local, essa atividade foi acompanhada por fotógrafos mais experientes que deram noções básicas sobre fotografia e acompanharam os jovens em saídas coletivas a campo, com o intuito de registrar as imagens que, no ponto de vista de cada um, melhor caracterizariam o conjunto do trabalho. Depois de reveladas, as fotos foram usadas para promover novas reflexões sobre os temas pesquisados.

Escrevendo o Relatório

Como dissemos, ao longo do processo de trabalho todos os participantes já vinham registrando suas impressões e as principais informações discutidas, por meio de relatórios de atividades (monitores e coordenadores), ou nas cartas e relatos (observadores). Mas, para a preparação do Relatório de Cidadania, foi necessário que todo o processo transcorrido fosse revisto e, em certos casos, os textos foram reformulados. O esforço nesse sentido foi muito intenso, principalmente devido à falta de tempo.

Durante o trabalho, os textos dos jovens observadores eram lidos por outros jovens do GTL, por monitores e pelos coordenadores, e com essas discussões tanto a sua redação como o conteúdo eram aprimorados. Depois de todas as trocas pelo correio das histórias de vida e de bairro, os grupos puderam revisá-las. Em alguns casos, as cartas que ficaram muito longas foram resumidas pelos jovens. Os monitores desempenharam papel fundamental no aprofundamento e na organização das idéias de todos os textos produzidos.

Depois de serem enviados para a coordenação de Rede, os textos foram revisados. Essa etapa procurou preservar o sentido e os aspectos centrais dos discursos registrados, corrigindo trechos que prejudicassem a compreensão ou dificultassem as leituras. As cartas sobre a história de vida e de bairro já traziam uma estrutura mais organizada, e as correções feitas foram pequenas.

Já o texto sobre o tema específico de observação teve maior diversidade na forma de elaboração devido ao tempo restante para o grupo na sua última etapa: aqueles que tiveram um prazo mais longo e apresentavam conteúdos mais uniformes também puderam ter mais aprofundadas as discussões dentro do próprio grupo de observadores.

Para enriquecer ainda mais a discussão, cada GTL contou com a possibilidade de escolher pessoas que, tendo algum tipo de experiência (de pesquisa ou prática) ligada aos temas trabalhados pelos jovens, pudessem comentar livremente o conteúdo dos textos apresentados, apontando eventuais deficiências ou trazendo novos pontos de discussão.

A Coordenação de Rede leu e comentou cada um dos textos, solicitando complementações e, quando necessário, participando do processo de redação. Antes da publicação, todos os textos foram enviados novamente aos grupos para que as alterações fossem lidas e comentadas, incorporando ou eliminando trechos.



PARTE II

BELÉM DO PARÁ

PARÁ

BENGUI • TERRA FIRME • VILA DA BARCA

AGRADECIMENTOS

Às entidades que sediaram e acompanharam o projeto nas comunidades: Associação dos Moradores da Vila da Barca, representada por Sebastião Lobato, Flaviana Barroso e João Gomes; Centro Sócio Cultural São Domingos do Gusmão (Terra Firme), no grande apoio de Madalena Freire e Aldo Barroso; Cidade de Emaús (Benguá), através de Graça Meneses, Davi Vieira e Maricilda Barros.

Aos nossos parceiros: Marcelo Mazzoli e Ofélia Silva (Unicef) Alexandre Siqueira e Lindomar (Fundação Curro Velho), Célia Brasil (Casa da Linguagem), Ivete Ferreira (SDDH) e Maura Moraes (APACC).

Aos amigos: Francisco da Conceição (Bido), Luís Carlos de Carvalho Dias (Lula), Myrian Eugênia, Simone Fonseca, Odilene Andrade, Graça Trapasso, Maria Reis e Kátia Leal.

Aos comentaristas dos textos: Ivete de Fátima Carvalho Ferreira, Jan Rogge e Osmar Pancera

À Ouvidora Rosa Marga Rothe; aos delegados Roberto Moraes e Armando Mourão, à delegada Vera Loureiro; à arquiteta Adriane Diogo; ao Alex Ramos; Thiago Pantoja; Maria de Nazaré; Luzia Moreno; Cynthia Lopes; Benedita Lobato; Marilda Texeira; Adriana Nogueira; Leontina Silva, Edson Almeida, Clenilson Farias, Luis Alberto Lopes, Cristiano Lopes; Lucivan; Dona Fátima e Luzia Santos; Márcio Meira, da Fundação de Cultura do Município de Belém-FUMBEL; Neuma Milhomen, Técnica Cultural da Secretária Executiva de Cultura- SECULT; Pe. Bruno Sechi, Roberto Sena (Dieese-PA), João Cláudio Arroio e Luana (Banco do Povo), Elinete de Miranda, Charles Aviz, Paulo Santana, Dona Cesarina, Maria do Livramento de Aviz, Oneide Pojo, Ana Lucia, Mauro Moraes, Derick e Dona Carolina.



Indicadores Gerais – Belém

BELEM DO PARÁ

População:	1.280.614 habitantes
Área:	1.065 Km²
População até 18 anos:	512.652 habitantes
Taxa de alfabetização:	95
Hospitais:	26
Leitos:	2.762
Salário Médio (Salário/Pessoal Ocupado Assalariado) nas unidades locais:	623,35
Empresas com CNPJ:	16.653
Taxa de desemprego: de junho/julho/agosto de 2002:	não disponível
Taxa de homicídios por 100.000 habitantes:	56,1
Taxa de homicídios para jovens de 15 a 24 anos:	52,7
Taxa de homicídios para jovens de 15 a 24 anos/ Sexo Feminino:	4,0
Taxa de homicídios para jovens de 15 a 24 anos/ Sexo Masculino:	106,5

Fonte: IBGE

Dados sobre homicídios: Waiselfisz, Jacobo. Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH - 2002



Movimento República de Emaús

Movimento República de Emaús desenvolve suas ações através de quatro frentes de trabalho, também chamadas de expressões: “República do Pequeno Vendedor”, “Campanha de Emaús”, “Cidade de Emaús” e “Centro de Defesa da Criança e do Adolescente”.

A “República do Pequeno Vendedor” atua na linha da promoção dos direitos com crianças e adolescentes em contexto de rua, desenvolvendo diversos projetos de ressocialização, tais como: “Arte Educação”, “Arte de Viver”, “Reciclagem de Papel” e “Nova Canção”; e de profissionalização como os projetos “Trabalhador Autônomo” e “Mercado Formal”. Essas frentes de trabalho buscam: melhorar condições de vida para as crianças e adolescentes em situação de risco sociais; sensibilizar e mobilizar a sociedade para a auto-gestão de direitos e a participação política nos movimentos organizados; estimular a participação infanto-juvenil com a perspectiva de formar uma juventude cidadã; produzir estudos e pesquisas na área infanto-juvenil; interferir juridicamente em situações de violação de direitos na área do ato infracional, violência institucional, trabalho infanto-juvenil, abuso sexual; contribuir na educação formal de crianças e jovens com uma proposta pedagógica que estimule a participação e o exercício da cidadania.

A “Cidade de Emaús” atua na linha da promoção dos direitos com crianças que vivem em situação de pobreza e que ainda mantém vínculos familiares. Apresenta um espaço de 10 hectares, situado no bairro do Bengui, um dos mais carentes de Belém, onde funcionam a Escola de Ensino Fundamental e Médio; que apresenta uma proposta pedagógica diferenciada, objetivando a formação de crianças e jovens para o exercício da cidadania, e a Escola Produção; que promove a profissionalização de jovens, com formação também em direitos humanos.

A “Campanha de Emaús” trabalha com a sensibilização e mobilização pelos direitos infanto-juvenis, que atinge a todos os seguimentos e busca envolver a sociedade na promoção, no controle e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O “Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Emaús” (CEDECA Emaús) foi o primeiro centro de defesa criado no Brasil (1983). Surgiu como resposta jurídica e social às violações dos direitos da criança e do adolescente, principalmente cometidas por agentes do Estado, e por pessoas de grande poder econômico e político. Tem como áreas de atuação o enfrentamento em relação à impunidade e à violência institucional, fazendo acompanhando de casos de violações, através de instrumentos jurídicos, e realizando mobilização social em torno desses casos.

Essa entidade também atua no combate à exploração sexual e trabalho infantil, realizando campanhas, provendo cursos de capacitação para agentes de mudança e participando de elaboração de políticas públicas. Também vem atuando na garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, evitando que eles sejam discriminados e prejudicados. Assim, realiza o monitoramento da aplicação das medidas sócio-educativas e contribui na formação dos Defensores Públicos, a fim de qualificá-los na defesa técnica do adolescente, além de produzir subsídios para interferir em políticas públicas.

O Centro ainda dispõe de um banco de dados sobre a situação de violência praticada contra crianças e adolescentes no Estado, além de outras pesquisas na área da infância. Apresenta também um Núcleo de Defesa, no qual jovens de três bairros periféricos da cidade formam grupos para a auto-gestão de direitos em suas comunidades. São lideranças multiplicadores de informações em cidadania nos seus bairros.





BELEM DO PARÁ

BENGUI



Quem Somos?

ALEXANDRE TEJADO BARBOSA

Nasci em 16 de julho de 1983, numa manhã de terça-feira em um bairro chamado Bengui, em Belém do Pará. Meu parto ocorreu em casa, com a ajuda de uma parteira chamada Dona Carolina.

Tenho três irmãos, todos de parto caseiro. Sou o terceiro, contando do mais velho ao mais novo. Tinha dois anos quando meu irmão caçula nasceu, e ele de mim não teve uma boa recepção. Eu não aceitava sua chegada e, quando o vi, dei-lhe com um brinquedo na sua cabeça. Queria chamar a atenção de todos, então, um dia, “lavei os olhos” com pimenta o que me fez levar uma boa surra e tomar um banho de café frio. De nada adiantou o meu espetáculo.

Meu pai, Edvaldo Campos Barbosa, estava em Manaus, pois seu emprego o fazia viajar para diversos locais do norte do país. Ele trabalhava em construção de estradas e mandava dinheiro pra minha mãe através do correio. Mas, o dinheiro era pouco e minha mãe precisou começar a trabalhar em um Centro Comunitário em frente à minha atual casa. Seu pagamento era poder utilizar o refrigerador do estabelecimento para vender *chopp* (suco de fruta no saquinho)

Morávamos em uma casinha de um único cômodo, cujas paredes eram de tábuas e tonéis abertos, o telhado era de zinco e pisávamos na mais pura terra. Não tínhamos energia elétrica, nem cama, nem nenhum equipamento para cozer alimentos. Dormíamos em cima de panos e comíamos em vasilhas de margarina. A comida era feita em uma única panela velha que minha avó, Aninversinda Barbosa, mãe do meu pai, deu à minha mãe. Dormíamos cedo, mal começava a escurecer e já estávamos deitados. Às 4:00h da manhã, minha mãe levantava-se e cortava lenha para fazer fogo e cozer mingau de farinha para eu e meus irmãos.

Meu pai sempre foi um alcoólatra, bebia e usava maconha constantemente e nem se importava em fumar dentro de casa na presença de todos. Quando não estava viajando, saía para curtir festas e outras mulheres e quando chegava em casa embriagado, sem mais nem menos, brigava com minha mãe e nos colocava de castigo. Minha mãe desde que nasceu nunca conheceu um parente sequer, pois é adotada e filha única. Aos 18 anos, conheceu meu pai. Foram morar juntos no “barraco” já citado e, então, surgiu o primeiro filho. Depois de um bom tempo juntos, seu pai adotivo morreu de hanseníase e, pouco tempo depois, sua mãe faleceu de apendicite.

Meus pais, contando com a ajuda de outros, conseguiram construir um quartinho de madeira. Minha avó faleceu em 1991, meu pai ficou desempregado no mesmo ano e passamos a depender do dinheiro que minha mãe conseguia com a venda de *chopp*. Desde então, meu pai não quis procurar outro empre-

go, pois já era um alcoólatra “profissional”, vivia de “bicos” e, com o pouco dinheiro que ganhava, enchia a cara de cachaça e fumava maconha. Quando chegava em casa quebrava tudo.

Desde então começou meu maior sofrimento... Éramos castigados todos os dias, em todos os horários que meu pai chegava. Comíamos do pior. Mamãe nunca nos deixou passar fome, mas meu pai sim. Comíamos merenda de escola, café com farinha, chibé, camaleão, mucura, jabuti, passávamos frio e dormíamos cedo para não sentirmos mais fome.

Sempre fui o mais estudioso e interessado da família. Um dia, em dezembro de 1994, sofri um acidente que me marcou. Estava brincando de pega-pega em cima de uma ameixeira de 12m, pisei em um galho fraco e caí. Minha cabeça ficou presa na fenda de um imenso toco de quase 1m de diâmetro e minha orelha esquerda foi decepada. Inconsciente, fui levado ao Pronto Socorro e quando acordei o médico falou para minha mãe: “seu filho nasceu outra vez”.

Mas nada mudou em minha vida depois desse acidente. Era sempre a mesma coisa: muito sofrimento. Meu pai chegou a tirar sangue de minha mãe e bater com teçado em um dos meus irmãos. Nunca podíamos sair de casa, minha mãe vivia presa. Acordávamos às 7hs da manhã e nos trancávamos às 19hs, sem direito a nada. Minha mãe diz que nunca denunciou os maus tratos praticados por meu pai por medo dele e de sua família que estava sempre do seu lado. Ela temia que eles fizessem algo terrível para nós.

Meu pai era um homem baixo, troncado, ignorante e mal educado, pois não tinha estudos. Era um homem mal, que dava medo só de olhar e era tão rabugento que brigava por qualquer motivo. Minha mãe é morena, de olhos verdes, batalhadora, amável, dedicada e sonhadora. Ela estudou até a 4ª série. Trabalha como merendeira de uma escola pública, e recentemente voltou a estudar. Tenho dois irmãos, um de 23 anos que parou de estudar na 8ª série, em 1997, porque começou a trabalhar, e outro, de 21 anos, que parou em 1999, na 1ª série, por influências de más amizades. Meu irmão mais novo, de 16 anos, está cursando a 7ª série do ensino fundamental.

Sou canceriano, meço 1,72 de altura e peso 54 kg. Eu me considero magro, moreno, olhos e cabelos castanhos escuros, gosto de músicas regionais, danças, orquestras, óperas, teatro, jogos eletrônicos... Considero-me muito carinhoso e tímido, mas quando passo a ser íntimo de alguém, sou bastante extrovertido. Desde que nasci, moro no bairro do Benguí, na rua Nossa Senhora da Conceição.

Sempre quis atuar em minha comunidade, mas meu pai não deixava. Um dia, ele chegou embriagado tentando quebrar tudo dentro de casa e eu, com 16 anos na época, junta-



mente com meus irmãos, brigamos com ele e saímos de casa para uma casa alugada. Mesmo já fora de casa, ele passou a nos perseguir e tentar nos matar. Graças a Deus, ele não conseguiu alcançar seus objetivos. Nós ficamos revoltados com ele porque, além de sempre nos tratar muito mal, tinha costume de dizer nomes feios como demônio, safado, ladrão... chegando até a nos renegar como filhos.

Meu irmão, Adriano, voltou para casa reatando as relações com meu pai, que, com o tempo, voltou a agir da mesma maneira que antes. Em novembro de 2001, meu irmão discutiu com meu pai que o expulsou de casa. Durante a discussão, meu pai caiu em uma vala, houve tumulto e algumas pessoas tentaram agredir meu irmão. Meu pai foi levado por seus parentes às pressas para o hospital. Devido ele já ter seqüelas de um edema pulmonar e de uma tuberculose, ele não resistiu e faleceu na mesma noite. A morte dele gerou uma revolta dos familiares de meu pai em relação a nós.

Atualmente, moro em uma casa alugada com minha mãe, Ana Maria, e meus irmãos Everaldo, que trabalha na Empresa Brasileira de Big Bags, o Edson, que também trabalha, e o

Adriano, que está desempregado.

Sou católico não praticante, gosto de sinceridade e odeio falsidade. Adoro fazer amizades, odeio a violência, não gosto de "gírias" e "palavrões", não suporto mentira, sou super legal, adoro fazer visitas, dar e ganhar presentes. Não pratico esporte porque não tenho tempo, sempre estou envolvido em alguma coisa tanto dentro como fora da comunidade. Meu sonho é realizar o sonho de minha mãe de ter uma casa própria.

Foram poucos os momentos felizes de minha vida, mas o que de melhor me recordo da minha infância eram as brincadeiras de pira. Eu nunca ganhei brinquedos, nem em datas comemorativas como Dia das Crianças, Natal, Reveillon e outras. Minha maior tristeza aconteceu na infância. Em um dia de Natal, fomos convidados para festejar na casa de minha tia Rosana, irmã de meu pai. Ele se fingiu de surdo e, por isso, não tivemos permissão para ir. Acabamos nos deitando cedo, sem festa alguma. Enquanto as ruas fervilhavam de gente indo comemorar o Natal, nós ficamos em casa, olhando o teto, tristes e era apenas 7:00 da noite. Foi meu pior Natal.

ÁBIA MEURILIM OLIVEIRA NOGUEIRA

Olá! Eu me chamo Ábia Meurilim Oliveira Nogueira. Meu primeiro nome é bíblico e o segundo foi uma mistura de Maria em inglês ("Meuri") mais "li", de Marli, nome da minha mãe, e mais a letra "m" para soar melhor. Tenho 19 anos, sou negra de cabelos crespos, me formei técnica em enfermagem e atualmente moro com meus pais no bairro do Tapanã que é bairro limite do Bengui. Gosto de tudo o que eu faço, pois devemos fazer tudo o que gostamos de fazer.

Minha mãe se chama Marli Nazaré dos Santos Oliveira Nogueira, é professora da escola Cidade de Emaús há 13 anos. Meu padrasto se chama Marçal Nogueira e é estivador. Meu pai se chama Juarez dos Santos Machado e tem outra família. Tenho dois irmãos, o Junior, por parte de pai, e, por parte de mãe, a Marcela. Além deles, moram em casa duas primas, a Brena e a Bárbara.

Quem sustenta a casa é a minha mãe. Meu pai ajuda quando consegue algum emprego e, atualmente, eu ajudo também nas despesas domésticas. Minha irmã tem 17 anos e não trabalha, apenas estuda. Ela acabou de entrar na Universidade Estadual do Pará (UEPA) e nos ajuda nos afazeres domésticos. Minhas duas primas só estudam. O meu pai, Juarez, tem o 2º completo, se formou técnico em patologia e é sócio majoritário de uma funerária. Meu irmão está fazendo Convênio (curso pré-vestibular).

Eu nasci no dia 08 de abril de 1983 na maternidade Dalmazia Pozzi, em Belém. Meus pais se separaram quando a minha mãe estava com poucos meses de gravidez. Fui criada por meus tios e avós, pois minha mãe sempre trabalhou. Em 1984, mamãe começou a trabalhar no Movimento República de Emaús, especificamente na escola Cidade de Emaús, no Bengui, como professora. Foi nessa escola onde passei a minha infância, brincando no bosque e estudando. Quando eu estava na 4º série, aconteceu algo que me marcou muito. Durante uma tentativa de assalto, o vigia da escola acabou matando o

ladrão. O fato é que a morte aconteceu justamente na sala onde eu estudava e, no dia seguinte, quando chegamos na escola, vimos a sala toda ensangüentada.

A minha infância foi ótima, pois eu a aproveitei muito, estudei, brinquei, fiz tolice para a minha mãe como toda criança normal. Fiz tudo o que uma criança podia fazer e algumas das minhas brincadeiras foram jogar cemitério (queimada), futebol, bandeirinha, pega blusa e outras. Mas, a melhor brincadeira era quando a "amiga das três" chegava (a chuva). Era a maior festa! Todas as crianças da rua se reuniam para tomar banho de chuva e brincar de arrancar mato e jogar um nos outros. Eu só não gostava quando a minha mãe chegava cedo da escola e pegava a gente suja de lama e mato, pois ela brigava com a gente devido à sujeira.

Já a minha adolescência foi e está sendo horrível para mim e para a minha família. Eu comecei a entrar em conflito com os meus pais, afinal, cada adolescente constrói o seu mundo, um mundo onde só eu tenho razão, onde tudo é do meu jeito e onde os adultos raramente têm voz. A minha adolescência não é complicada e sim normal, como as outras, apenas com um pouco mais de consciência e responsabilidade, afinal, participo de um grupo que me ensinou como enfrentar esta fase e foi onde me tornei uma grande liderança.

Há alguns anos, comecei a me engajar nos grupos organizados do Bengui principalmente no Grupo de Adolescentes Multiplicadores (G.A.M.) que trabalha com questões que envolvem os adolescentes como drogas, gravidez etc. Participar desses grupos só aumentou os conflitos com os meus pais, pois eles não aceitam a minha dedicação, porque eu passo a maior parte do tempo no Bengui, deixando um pouco de lado a família, o que os deixa muito preocupados.

Eu converso muito com meus pais e faço da minha mãe uma amiga confidente. Já o meu relacionamento com o meu

padrasto não e lá essas coisas, mas a gente consegue se entender. O meu relacionamento com o meu pai é ótimo: nós não moramos juntos e ele não é acostumado a conversar comigo, por isso, quando passo dias na casa dele, sempre nos damos bem, apesar de não termos tanta intimidade.

Eu sou muito reservada. Minha principal diversão é sair com os meus amigos, ir ao clube para me distrair. Durante a tarde, faço cursinho preparatório para o vestibular, pois pretendo prestar medicina.

Esta foi a minha história de vida bem resumida, afinal se eu fosse contar ela completa eu teria que escrever um livro, pois são 19 anos de história.

*“Se existe amor por que não amar;
Se existe a dor por que não senti-la;
Se existe a vida por que não vivê-la.
Viva a vida do jeito que ela vier,
com coisas boas ou
Ruins, afinal nada é perfeito,
aproveite cada momento”.*

DALTON LUIZ DA COSTA MARQUES

Sou um típico jovem brasileiro, vivendo como a maioria dos jovens em situações que me fazem tão comum e tão único como todas pessoas.

Chamo-me Dalton Luiz da Costa Marques. Considero-me um jovem extrovertido e, por sinal, bem diferente que há alguns anos. Também sou um tanto fleumático (tímido), herança de meu pai, contudo, no geral, me considero bastante alegre e carismático. Como gosto bastante de ler, principalmente livros sobre religião, fiquei mais voltado à minha espiritualidade. Engraçado é que minha avó, às vezes, me considera ateu por eu não frequentar igreja nenhuma, mas descobri que eu não preciso buscar fora... o que está dentro.

Sou um tanto sonhador, mas extremamente “racional”. Tenho o sonho de me formar em Comunicação Social e fazer jornalismo ou publicidade. Tenho um número bom de colegas e, no geral, relaciono-me muito bem com minha família. Gosto também de conversar com pessoas que possam me ensinar algo, talvez seja por isso que eu gosto de conversar com pessoas mais experientes. Admiro bastante pessoas que saibam respeitar as diferenças e que saibam demonstrar seu amor. O que eu mais odeio no ser humano é a intolerância e o desrespeito com as diferenças.

Atualmente, moro com minha avó no bairro do Bengui que fica localizado a uns 50 minutos do centro comercial de Belém. Moramos, ao todo, oito pessoas em casa. Minha avó assumiu a responsabilidade pela família quando meu avô faleceu devido a um edema pulmonar e a cirrose hepática, pois ele bebia e fumava demais.

Mesmo com muitas pessoas em casa, tentamos sobreviver, só que, às vezes, temos que fazer malabarismos com as despesas. Mas nesta vida, quem não é um artista, tentando sobreviver neste grande circo social?

Nasci no dia 13 de novembro de 1982, graças a Deus, saudável, embora as condições hospitalares da época fossem precárias, principalmente no que se refere ao atendimento hospitalar neo-natal. Minha infância e parte da minha adolescência foram um tanto tumultuadas devido a conflitos familiares, como as brigas a separação dos meus pais, em 1990, o envolvimento de minha irmã e de meu irmão com más companhias e com drogas, e também, pelas dificuldades financeiras. Morei em Manaus, retornei a Belém, vivi em muitas casas, de aluguel e de parentes, até ficar na casa da vovó. Meu pai é pedreiro e tem uma outra família, por isso tenho muitos irmãos.

Em março de 1999, entrei num curso de informática que

estava acontecendo na Cidade Escola de Emaús (CDE). A partir da minha entrada neste curso, comecei a ficar menos tímido e egocêntrico, devido às reuniões, chamadas de “Bom Dia”, feitas todas as manhãs, antes do início das aulas, nas quais participávamos de dinâmicas e palestras sobre relações pessoais, interpessoais e noções de cidadania. Essas atividades que ajudaram bastante na minha formação profissional e social. Durante o curso, conheci David Vieira, coordenador de profissionalização da CDE, que se tornou um dos meus melhores amigos, se não o melhor.

No ano de 2001, comecei a ter uma relação mais próxima com papai e com toda a família, apenas com mamãe ainda tenho certa dificuldade de relação. Hoje, já posso conversar com papai sobre drogas, aids, violência e tantos outros temas que antes nem pensávamos em falar. Amadurecemos bastante e é isso que tem nos ajudado a solucionar os problemas pelos quais temos passado. Nessa mesma época, decidi ser voluntário na CDE-Emaús como digitador e passei a ver a minha comunidade com outros olhos.

Atualmente, estou bem, não totalmente feliz por causa de alguns problemas familiares, mas Deus tem sido generoso comigo. Entrei no Observatório dos Direitos Humanos, onde me sinto muito bem e até recusei alguns empregos porque gosto de fazer parte deste projeto. Participo também de um grupo juvenil ligado ao Movimento de Emaús chamado GAM (Grupo de Adolescente Multiplicadores) que faz um trabalho muito bonito de conscientização sobre temas como drogas, violência, sexualidade etc. Considero a falta informação um dos principais motivos dos problemas sociais.

Materialmente, pretendo ter uma empresa de publicidade, não quero ser muito rico porque tenho medo de me tornar desumano e egoísta. Espiritualmente, espero alcançar um grau elevado de espiritualidade e poder cumprir minha missão nesta passagem.

Bem, esta é a minha história, em resumo. Espero que quem a leia goste e possa se identificar com ela e, se por acaso viver situações semelhantes, poderá não cometer os mesmos erros que cometi, pois já saberá o caminho. Mas, se você errar, saiba que somos os únicos seres que podemos chorar e sorrir, então, apenas viva intensamente cada momento de sua vida, tanto as dores como as alegrias, os amores e as decepções. Afinal, sofrendo ou sendo feliz estaremos demonstrando apenas que somos seres humanos e não máquinas sem sentimentos.

SEE YOU SOME DAY! (Vejo você algum dia)



SAMUEL DAVI REBOUÇAS DA SILVA

Olá! Meu nome é Samuel Davi Rebouças da Silva, tenho 21 anos, nasci no dia 31 de outubro de 1979, no bairro do Bengui. Sou moreno, baixo, cabelos castanhos, peso 52 quilos e meço 1,63m de altura. Moro com os meus pais, que se chamam Salomão Machado da Silva e Lucinda Rebouças da Silva, e meus dois irmãos, que se chamam Rosemeire e Junior. Tenho outra irmã, chamada Rosângela, que não mora conosco, pois ela é casada.

O meu pai é encanador, mas já foi sapateiro e eletricista. Minha mãe é auxiliar de portaria numa escola, também já foi servente e lavadeira. Depois de casados, meus pais foram morar em um quarto alugado, mas como papai bebia bastante, o dinheiro não dava para pagar o aluguel. Aliás, devido à bebida, meu pai não deixava dinheiro nem para mamãe comer. Por causa disso, minha mãe precisou morar com minha avó paterna por três vezes, o que a deixava muito constrangida.

Durante esse período, a mamãe já trabalhava lavando roupa para fora. Sua patroa era muito legal e a convidou para a ser caseira de uma granja. Com o dinheiro que ela ganhava, mamãe começou a compra às coisas dela. Só que o meu pai não tinha deixado de beber e começou a aprontar dentro da granja. A patroa soube e mandou a mamãe embora e ela teve que voltar para casa de minha avó, onde ela sofria agressões da mãe e das irmãs de meu pai.

Depois de um ano, o meu pai arranjou um emprego em uma empresa de construção e levou a mamãe e meus dois irmãos mais velhos para morar no bairro da Guanabara, onde nasceu a minha terceira irmã, a Rosemeire. Em 1970, eles foram morar no bairro do Benguí, numa casa de barro com dois compartimentos. Mamãe continuou lavando roupa para fora, enquanto meu pai viajava para Carajás à serviço. Ele passou três anos lá, mandando dinheiro todo os meses, até que voltou para Belém em 1979, foi quando a mamãe ficou grávida de mim.

Depois que nasci, minha mãe esperou eu completar três anos de idade para voltar a procurar emprego. Consegui trabalho como servente na escola Augusto Meira Filho, que fica próxima à minha casa, como servente. Quando completei 7 anos de idade, comecei a estudar nessa escola, onde vivi um pouco de minha infância, mas eu não gostava de estudar e "matava" aula. Ia passear de ônibus a manhã toda até dar a hora de sair da escola. Fiz isso várias vezes. A mamãe era chamada para explicar o porquê das minhas faltas, mas nem ela mesma sabia o que estava acontecendo. Essa história resultou em uma surra para eu tomar jeito.

Depois, a mamãe foi transferida para outra escola e eu fui também, cursando a 2ª série. Lá eu estudei até a 5ª série, repetindo dois anos. Eu tinha muita vontade de estudar longe de casa, pois queria conhecer novas pessoas, então, minha mamãe pagou a minha passagem durante um ano, e eu comecei a estudar na escola Jarbas Passarinho. Eu não a decepcionei e passei para 6ª série. Mas, eu precisei voltar a estudar no bairro, devido à situação financeira em casa.

Não gostei de estudar na escola Maria Luiza da Costa Rego, porque não tinha carteira para se sentar. Então, amigos me indicaram a escola Cidade de Emaús. Comecei a estudar na escola Cidade de Emaús cursando a 6ª série e agora estou no 2º ano do ensino médio.

A minha infância foi muito marcante. Aproveitei demais este momento, brinquei bastante com os meus amigos. A brincadeira que eu gostava mais era brincar de carrinho, porque eu e meus amigos íamos para o quintal grande de um vizinho onde fazíamos uma pista de carro no chão, colocávamos lombadas e até mesmo paradas de ônibus e ficávamos o dia inteiro brincando.

À noite, íamos brincar de espantar as pessoas que passavam na rua, com uma cobra feita de palha de açazeiro. Amarrávamos essa cobra com uma linha de pescar e jogávamos do outro lado da rua e nos escondíamos em um mato muito alto para que as pessoas que passassem no local não nos enxergassem. Brincava ainda de pira mãe, pira maromba, e de bola, que até hoje continuo brincando. Hoje, o que gosto de fazer nas minhas horas vagas é assistir televisão, escrever, dançar, escutar músicas (hip hop, brega, dance, e música romântica). Gosto também de conversar com meus amigos, namorar, ir ao cinema, clubes recreativos e danceterias. Sou meigo e extrovertido, gosto de brincar. Além disso, sou romântico e acredito em Deus, adoro ajudar as pessoas e escutá-las, sou sonhador e me dedico muito à minha família. Eu me relaciono bem com minha família, graças a Deus, com exceção de minha irmã, com quem não falo.

Minha atuação no bairro começou no grupo de danças do Conjunto Catalina onde eu aprendi a dançar e me relacionar com os outros adolescentes que dele participavam. Depois de um ano, montei um outro grupo lá na escola Cidade de Emaús que, nessa época, não tinha nenhum grupo de danças culturais. Conversei com a direção da escola, que adorou a idéia, e nos cedeu o local de ensaio em umas das salas de aula. Passei a convidar os alunos para participar e hoje o grupo é composto por 15 pessoas.

Participo ainda do grupo GAM (Grupo de Adolescentes Multiplicadores) na escola Cidade de Emaús. Através dele participei de cursos que me ajudaram muito, como gravidez na adolescência e saúde integral, adquirindo essa abordagem para repassar a outros adolescentes de dentro ou de fora do bairro.

A minha perspectiva após o projeto, é repassar tudo que estou aprendendo sobre os Direitos Humanos para outras pessoas que têm dúvidas ou desconhecem o assunto. O meu sonho é ter uma vida tranqüila, sem violência no mundo todo, um mundo honesto e não brusco como este que vivo, um mundo melhor para meus filhos. Não vou esquecer desse momento de convivência com outras pessoas, culturas e conhecimentos. Por meio desse projeto, espero conseguir alcançar meu principal objetivo que é mudar a situação caótica de minha comunidade.

CLAUDIA RENATA GUIOMAR DOS SANTOS

Meu nome é Cláudia Renata Guiomar dos Santos, tenho 22 anos, nasci em Belém no dia 19 de dezembro do ventre da mulher mais especial do mundo. Costumo dizer que quando Deus a fez, jogou forma fora e fiquei com o modelo exclusivo. Minha mãe é a ternura em forma de gente, já meu pai não é tão carinhoso, mas eu o amo muito e morro de medo de perdê-lo para a dependência do álcool. Hoje, ele se encontra doente. Sou a terceira de uma família de seis irmãos, três homens e duas mulheres. Fui muito esperada e muito bem recebida por ser a primeira filha dos meus pais. Essa “babação” em cima de mim durou por cinco anos quando nasceu a minha segunda irmã.

Fui uma criança muito querida, me sentia uma princesinha. Minha infância foi um momento tão bom da minha vida que não apago da memória essas lembranças. Mas os meus dias de princesa acabaram e, como na história da Cinderela, “deu meia-noite”, ou seja, completei 10 anos.

Essa fase entre 10 e 14 anos foi uma das mais difíceis que passei. Foi a época em que meu pai passou a beber intensamente para fugir dos problemas e nos “atolar” neles. Devido ao desemprego do meu pai e a difícil situação financeira pela qual estávamos passando nesse tempo, minha tia me colocou para trabalhar em uma casa (detalhe, eu tinha dez anos) e não deu outra, chorei pois senti saudade de ser criança, da minha mãe e, até mesmo, dos problemas da minha casa. Tentei ser forte, sabia que tanto eu como minha mãe e meus irmãos precisávamos daquele dinheiro. Mas meu corpo de criança não agüentou e pedi pra ir embora pra casa. Minha tia chamou-me de preguiçosa e senti pela primeira vez a sensação do fracasso.

Nessa época, meu irmão mais velho estava vivendo - ou sobrevivendo - a adolescência. Ele foi o primeiro da família a viver essa fase e foi horrível, ele chegou até se envolver com atos ilícitos. Meus pais não sabiam como lidar com tantas transformações ao mesmo tempo. Eu me sentia na obrigação de ajudar minha mãe que trabalhava como empregada doméstica recebendo um salário mísero que não garantia nem nossa alimentação. Enquanto as outras crianças brincavam na rua, eu estava dentro de casa, com 11 anos de idade, fazendo comida, cuidando dos meus irmãos e lavando as roupas da vizinha que me pagava pelo serviço prestado. Sentia-me tão adulta e responsável mas era tão criança que brincava com as peças de roupas chamando-as de vizinha.

Fiquei nessa situação até os 14 anos, quando arranjei um emprego de babá, no qual ganhava meio salário. Meu dinheiro era pra comprar comida, mas eu conseguia guardar um pouquinho, para o caso de alguma urgência. Depois de quase um ano, sai do emprego e comecei uma nova fase da minha vida que chamo de pós-Emaús.

Tinha mais ou menos 11 anos e cursava a 5ª série do ensino fundamental e fui matriculada na escola Cidade de Emaús. No início, estudar nessa escola não fez muita diferença pra mim. Só que, com o passar do tempo, percebi a diferença, pois só o fato de não repetir de ano e nem evadir, apesar de todas as dificuldades que eu contei acima, já me fazem perceber o quanto essa escola foi importante na minha vida.

Foi na escola que fui descobrindo meus valores e minhas esperanças de tempos melhores, apesar de ter entre 11 e 14 anos e ser sufocada por mais responsabilidades do que meu pai, 36 anos mais velho. Fui tão precoce a ponto de não sentir com tanta intensidade as transformações do meu corpo na entrada da adolescência, pois não tinha tempo pra me olhar. Acorrava cedo pra lavar roupa e cuidar dos afazeres domésticos. À tarde, ia à aula e, à noite, lia livros que meu professor de português me emprestava.

Como já disse, aos 14 anos fui trabalhar de babá e como esse emprego dificultava meu estudo, o Movimento de Emaús interveio, fazendo-me refletir sobre minha situação. Foi quando me dei conta que eu tinha apenas 15 anos e estava perdendo a fase que hoje faço questão que todos vivam com intensidade. Além disso, através do Movimento de Emaús, fui encaminhada ao projeto Mercado Formal de Trabalho para prestar serviço em uma agência da Caixa Econômica Federal. Sustentei sozinha minha casa durante três anos e passei a viver como uma menina de 15 anos. Conheci novas pessoas, saía de casa nos finais de semana, jogava bola na rua (Ah! E como eu gostava), namorava, ou seja, fazia todas essas coisas que se faz quando se tem 15 anos. Parecia que eu tinha nascido de novo naquele ano.

Quando fiz 18 anos, minha avó morreu e minha mãe começou a trabalhar de novo. Fiquei desempregada mas não fiquei tão desesperada porque perto do que já tinha vivido aquilo não era nada. Um ano antes disso, fiz vestibular pela primeira vez e não passei. Voltei a fazer em 2000 e 2001, ainda não consegui passar, mas não vou desistir.

Desde os meus 14 anos, quando ainda era babá, sou engajada em movimentos populares e estudantis, como grêmios, ONG's, pastoral da juventude e associações comunitárias. Atualmente, participo do grupo GAM (Grupo de Adolescentes Multiplicadores) da Escola Cidade de Emaús., no qual trabalho com oficinas de saúde para adolescentes. Sou Observadora dos Direitos Humanos e, quem sabe um dia, não vou ouvir falar que meu trabalho serviu de subsídio para a melhoria da minha comunidade.

“O impossível só é impossível, até acontecer.”

Clevane Pessoa



Onde Estamos?

Nosso bairro, Benguí, tem 60 anos e está dividido nas comunidades de São Clemente, Curvão, Pantanal, Parque Verde e Quadras.

O primeiro nome do bairro foi Água Cristal devido um igarapé de água cristalina que havia no local. A denominação Benguí teve origem na junção dos nomes Benedito e Guilherme, antigos moradores da área. Conta a história que, na década de 40, esses irmãos moravam onde hoje fica a entrada do bairro e a empresa de construção civil ESTACON. Nesse local, passava uma linha de trem e eram muito freqüentes os atrasos dos jovens por conta da distância entre o local onde parava o trem e a casa em que eles moravam. Por isso, a mãe deles teve uma idéia: colocou uma placa em frente da casa, na qual se lia, em letras bem grandes, BEN e GUI. A estratégia era que o maquinista, ao ver a placa, percebesse que havia moradores ali e parasse imediatamente o trem, fazendo do lugar uma parada fixa.

As ruas foram surgindo da necessidade dos primeiros moradores de se locomoverem para os outros bairros, como o da Marambaia, onde funcionava o comércio. A princípio, as ruas eram apenas trilhas abertas nas matas nativas. Nessa época, as áreas do bairro eram ocupadas por vacarias e hortas, e os habitantes, em sua maioria, eram estrangeiros, principalmente japoneses. A família do seu "Vavá", hoje já falecido, foi uma das primeiras moradoras da área. Com o tempo, os nomes das ruas do bairro sofreram influência do catolicismo e de famílias tradicionais. Temos assim as ruas: São Bento e São Pedro, a Ajax de Oliveira, Alameda Bittencourt e Ferreira Filho.

O bairro atualmente está localizado no lado esquerdo da Rodovia Augusto Montenegro, a cerca de uma hora de distância do Centro Comercial de Belém. Ele é considerado periférico devido, principalmente, à falta de infra-estrutura adequada, como ruas não asfaltadas, a falta de saneamento básico, de boa iluminação pública, entre outras coisas.

Os principais pontos de referência do bairro são: o conjunto Catalina, que tem seu acesso pela Rodovia dos Trabalhadores que dá acesso ao Aeroporto Internacional de Belém; a Paróquia Católica "Nossa Senhora Rainha da Paz" localizada na principal rua do bairro, a Ajax de Oliveira; o "Zé Galeto", o mais antigo ponto comercial do bairro; e a Escola de Emaús, que fica no final da linha do principal coletivo urbano, na rua São Clemente.

Sobre as moradias do bairro, predominam as casas feitas de madeira que, geralmente, estão sobre "palafitas" nas áreas alagadas ou secas das comunidades São Clemente, Pantanal e Parque Verde. Nas áreas das Quadras e Curvão, temos casas em alvenaria, mas, geralmente, são semi-acabadas. As melhores moradias estão em lugares de melhor infra-estrutura (ruas asfaltadas, boa iluminação etc) como em algumas das principais ruas do bairro, como Ajax de Oliveira, Betânia e São Bento, sem contar o Conjunto Catalina e o Residencial Xavante.

Temos no bairro cerca de 18 ruas e 35 travessas, incluindo vielas e passagens. Há sete ruas principais: **Ajax de Oliveira**, onde o coletivo urbano faz itinerário; **Benfica**, que passa na frente do Pronto Socorro; **Marex**, onde se concentram diversas igrejas; **São Clemente**, onde fica o Cemitério, o ponto comercial mais antigo e a Escola de Emaús; **Ferreira Filho**, onde se localiza o Centro de Saúde e a antiga Creche Municipal, anexo do Colégio Maria Luiza da Costa; **Betânia**, onde se localiza a Feira Livre e o Mercado Municipal com seus ambulantes e vendedores de diversos produtos; e a rua **Yamada**, que liga Benguí ao bairro do Tapanã.

Não temos um projeto de arborização no bairro, até porque, as ruas não possuem infra-estrutura adequada. Mas, apesar disso, temos grandes áreas verdes, muitas delas, nativas. Essas áreas são encontradas em maior quantidade em São Clemente e Parque Verde, talvez, inclusive, pelo pouco desenvolvimento desses locais. As regiões que apresentam maior desenvolvimento acabaram perdendo grande parte de suas áreas verdes. Essa perda também é atribuída à derrubada das árvores para a fabricação de carvão vegetal e para construção de moradias.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico/ 2000), há cerca de 67.365 habitantes no Benguí. A população do bairro não se restringe apenas a belenenses, tem migrantes de vários estados como Maranhão, Ceará, Piauí ou do próprio interior do estado do Pará. O crescimento

demográfico desordenado, a falta de moradias e o alto índice de desemprego têm alavancado o crescimento do comércio informal. Segundo dados GMB (Grupo de Mulheres do Benguí), que trabalha com geração de empregos e renda no Benguí, o percentual de ocupação no comércio informal chega a perto de 58 % da população economicamente ativa do bairro. Mesmo sem estatísticas é fácil se notar o crescimento do mercado informal através do grande número de ambulantes e vendedores localizados nas feiras e no Mercado Municipal, os quais vendem desde escovas de dente até roupas usadas em barracas ou a céu aberto.

Os pequenos comércios servem apenas para subsistência. Geralmente, contam com poucos funcionários, que prestam serviços sem os direitos trabalhistas previstos em lei, ou são administrados por pessoas da família do proprietário. Há também um bom número de vendedores que comercializam seus produtos circulando nas ruas ou de casa em casa.

Há apenas uma indústria no Benguí, a BBA (Big Bags da Amazonia), que trabalha na área de sacaria e aniagem e tem seu quadro funcional formado majoritariamente por moradores do próprio bairro. Mas, segundo relato de funcionários, os operários desta empresa não possuem uma vida melhor do que a dos outros moradores devido aos baixos salários.

No mercado formal, os trabalhadores recebem, em média, menos de dois salários mínimos por mês. O nível de escolaridade entre os moradores é baixo: a maioria tem, apenas, o ensino fundamental incompleto e são bem poucos os que conseguem chegar ao ensino superior e conquistar uma posição melhor no mercado formal.

Os problemas de acesso a um melhor nível de escolaridade são reforçados, muitas vezes, pela falta de recursos financeiros, uma vez que a maioria dos moradores, como comentado acima, possui baixa renda. Além disso, a freqüente falta de vagas nas instituições de ensino existentes no bairro, atrapalha muito e acaba obrigando muitos estudantes a pararem de estudar logo após concluir o ensino fundamental ou médio, podando-lhes a possibilidade de ingresso no ensino superior e de conquistar empregos melhor remunerados. Sem contar, a baixa qualidade do ensino oferecido nas escolas da região, que contam com um ensino fundamental deficiente e um ensino médio defasado e descomprometido em preparar o estudante para a entrada no curso universitário.

Por tudo isso, a educação em nosso bairro ainda é precária. O número de escolas é pequeno para atender a grande demanda, principalmente na educação infantil. Convivemos diariamente com as divergências entre o governo municipal e estadual a respeito de quem é responsável pela educação infantil. Isso só piora a situação caótica da educação, elevando consideravelmente o índice de crianças fora da escola. Outro grande problema da educação é a evasão escolar. Percebemos vários fatores que contribuem para isto, como falta de infra-estrutura, metodologia ultrapassada, baixa qualificação dos professores, gravidez na adolescência, envolvimento com drogas, trabalho infantil, entre outros.

Não podemos deixar de ressaltar que há no bairro um projeto de reintegração à escola chamado MOVA (Movimento de Alfabetização de Adultos), executado pela prefeitura. E ainda, os cursos profissionalizantes oferecidos pela escola "Cidade de Emaús", como informática, serigrafia e estofamento, além do projeto de medicina alternativa, a fitoterapia, que produz remédios naturais para serem vendidos à comunidade por um preço mais acessível.

Em relação a grupos, entidades e segmentos populares, o bairro possui vários, sejam eclesiais, sociais ou políticos. Os grupos eclesiais são, na sua maioria, formados por jovens que agem como evangelizadores, preocupando-se com o bem estar espiritual da população e utilizando como "instrumentos" o teatro, o coro, grupos coreográficos evangélicos, gincanas, encontros com outros grupos, troca de conhecimentos e, principalmente, a força de vontade. Os grupos sociais possuem uma mesclagem de jovens e adultos que trabalham com dedicação pelo bairro e agem com criticidade nas questões sociais, como direitos à moradia, saúde, emprego e outros. São, portanto, grupos direcionados a combater direitos violados e lutar pela tão sonhada igualdade e justiça social. Esses grupos estão atrelados a entidades como a Pastoral do Menor (PAME), a Associação dos Moradores do Benguí (AMOB), o Núcleo de Educação Popular (NEP), a Escola Formal e de Produção da Cidade de Emaús, a Associação dos Moradores Independentes do Benguí (AMIB), a Associação dos Moradores do Conjunto Catalina (ASMOC), a Comunidade São José Operário e a Comunidade da Piçarreira.

Foi através da luta de algumas dessas entidades que o bairro conquistou parcialmente alguns objetivos, como linhas de ônibus (Nova Marambaia, Perpetuo Socorro, Icoaraciense e Guajará), energia elétrica, pavimentação e saneamento de algumas áreas. Essas conquistas, inclusive, ficaram conhecidas internacionalmente devido à intensidade da mobilização social.



A coleta de lixo é feita regularmente nas principais ruas, pois as outras são de difícil acesso, impossibilitando a coleta. Geralmente, os moradores destas ruas jogam o lixo em terrenos baldios, poluindo, com isso, o meio ambiente.

Temos um centro de saúde público estadual, um posto de saúde municipal e dois postos da “ Família Saudável” implantados pela prefeitura municipal. Os casos mais graves são transferidos para o bairro vizinho, o Tapanã. O atendimento nos postos de saúde é precário, pois não têm profissionais qualificados, nem infra-estrutura suficiente para atender a população. Quando se precisa marcar consultas, é preciso madrugar na fila, e quando chega o dia da consulta, muitas vezes, o médico falta e/ou quando vem não trata o paciente bem. Quando o caso é mais grave, o paciente é transferido para o Pronto Socorro Municipal de Belém (HPSM), localizado a 45 minutos do Benguí.

A segurança também é precária, escassa, sendo que há apenas três postos de Polícia Militar (PMBOX) e uma Delegacia de Polícia Civil, que funciona somente até às 18 horas. Após esse horário, fica apenas um funcionário responsável em encaminhar os casos para delegacias de outros bairros. A delegacia do bairro também atende os bairros próximos, como Tapanã e outros que não têm delegacias. O atendimento do PMBOX funciona 24 horas por dia, contudo, nem sempre há policiais.

As rondas policiais são feitas todas as noites a partir das 22 horas. Entretanto, a abordagem dos policiais é muito criticada pela população. Os policiais sempre abordam grupos de jovens, na maioria das vezes, de maneira violenta, como se fossem bandidos.

Uma das grandes lutas dos moradores do bairro hoje é conseguir um Conselho Tutelar, pois a situação da violação dos direitos das crianças e dos adolescentes ocorre com frequência em nossa comunidade e os casos são encaminhados para o Conselho Tutelar de bairros mais distantes.

Além disso, não temos um espaço público de cultura, esporte e lazer. Por isso, temos que nos mover para o bairro vizinho que possui uma praça com parquinho para as crianças brincarem, campos de futebol e quadra de futsal. No Benguí, temos que pagar as arenas, que custam em média R\$ 12 por hora, para podermos praticar algum esporte. Quem não pode pagar, brinca pelada nas ruas, correndo o risco de ser atropelado por bicicletas, carros etc, e sendo ainda, muitas vezes, tachado como vagabundo. Nesse sentido, nosso lazer é na escola, onde não precisamos pagar para brincar, isso na hora do recreio ou da educação física. Fora da escola, ficamos sem opção de lazer nos finais de semana.

Temos uma casa de show chamada “ Paraíso Tropical ”, onde ocorrem festas todos os finais de semana com cantores da terra. Temos algumas festas tradicionais que acontecem uma vez por ano, entre elas a festividade de São Clemente, Terreiro da Dona Dica, com apresentação de quadrilhas juninas e brincadeiras.

Não temos cinemas e nem teatros, os mais próximos ficam a 50 minutos do bairro. O lazer que temos é a praça de Nossa Senhora das Graças, que foi inaugurada em 1999, mas ela é tão pequena que nem a consideramos uma praça e, sim, um canto da rua. Também não temos uma biblioteca pública, a não ser as das escolas, mas estas nem sempre dispõem dos livros que precisamos, sendo frequente termos que recorrer à Biblioteca Pública no centro da cidade.

No bairro temos vários grupos culturais, como grupo de danças “ Geração Funk ”, da escola Cidade de Emaús, grupo folclórico “ Paranativo ”, grupo folclórico “ Tapajós ”, grupos de Hip Hop, de capoeira (ACAMP, BRASIL), grupo de Carimbo, da escola Cidade de Emaús, e as quadrilhas.

Há diversos centros religiosos no bairro, como a Igreja Assembléia de Deus, a I. Pentecostal, a I. Deus é Amor, a I. Batista, a I. Universal, a I. Quadrangular, a I. Adventista do Sétimo Dia, a I. das Testemunhas de Jeová, a I. Nova Aliança, a I. Deus é a Luz, a I. Jardim de Deus e a I. Católica “ Rainha da Paz ”, que é a matriz do bairro, bem como terreiros de Candomblé.

O bairro vem crescendo ao longo dos anos, tanto em dados populacionais, quanto em extensão geográfica, devido ao grande número de invasões (ocupação de áreas ociosas para moradias) que ocorrem nas áreas vizinhas que acabam sendo atreladas ao bairro.

Claro que há grandes problemas no nosso bairro, alguns já superados, outros por superar, mas acreditamos que um dos fatores que nos impulsiona a continuar lutando por mudanças e uma melhoria de vida é a nossa crença que a mudança virá. Muitos a buscam com orações, outros com passeatas, não importa, o que verdadeiramente importa é que haja uma melhor qualidade de vida para todos, sem distinção. Que cada um tenha seu direito respeitado para que, assim, um dia, nós possamos dizer com orgulho: esse é o meu bairro Benguí!

CIDADE DE EMAÚS

A Cidade de Emaús foi fundada em 1980, num dos bairros mais carentes de Belém, o Bengui. Ela surgiu através da proposta de uma experiência comunitária cooperativa com as famílias carentes. O Benguí faz parte do Distrito DABEN, e é considerado um dos bairros mais populosos da região, com uma média de 100 mil habitantes, apresentando um dos retratos mais significativos do contraste socio-econômico presentes no país.

Esse bairro apresentou uma intensa ocupação populacional por volta dos anos 70 e 80, em decorrência do êxodo rural e da especulação imobiliária nas baixadas de Belém, centro da cidade. Esse foi um período de aceleração do processo de imigração de diversos municípios do interior do Estado do Pará e nordeste, em busca de melhores condições de vida.

A Cidade de Emaús funciona em parceria com a Escola de Ensino Fundamental e Médio, com a Escola Produção e com o Setor de Produção e Comercialização. Através da Escola Fundamental, a entidade busca orientar suas ações a partir da concepção de educação voltada para a lógica da inclusão e da promoção de direitos, fundamentada por referências de educação popular, na qual a escola é um instrumento ativo na formação de cidadãos inseridos na sua realidade, onde participam de maneira crítica pela luta por uma sociedade caracterizada pela igualdade, liberdade, justiça e fraternidade.

Através da Escola de Produção, a Cidade de Emaús desenvolve o objetivo de contribuir e oportunizar aos alunos da escola Cidade de Emaús, uma complementação à formação integral, através de seminários, debates, vídeos e técnicas produtivas, semi-produtivas e profissionalizantes. A entidade atende cerca de 200 jovens, de 16 a 21 anos, em cursos de: informática básica e avançada, restauração de móveis em madeira, costura moda jovem, eletrônica de áudio e vídeo e serigrafia.

No Setor de Produção e Comercialização, a entidade atende a comunidade com a comercialização dos seus produtos. Neste setor, tem-se a criação de suínos e um Laboratório Fitoterápico.

Atualmente, apesar dos esforços empreendidos pelos seus moradores a partir do processo de organização popular, o bairro ainda apresenta-se num quadro extremamente carente, com poucas escolas, falta de saneamento básico, transportes precários e falta de espaços adequados e destinados ao lazer para a comunidade. Além disso, apresenta um alto índice de desempregados, onde a população sobrevive do subemprego como: operários de construção civil, domésticas, servidores públicos, prestadores de serviços, vendedores ambulantes e feirantes. Mas a maioria sobrevive através da economia informal, principalmente as mulheres, crianças e adolescentes que contribuem efetivamente no orçamento familiar.

Em relação à educação, o quadro não é diferente. Muito embora os moradores tenham conquistado, ao longo dos anos, três escolas públicas estaduais e cinco municipais, além de convênios estabelecidos pelo Poder Público e Centro Comunitários, elas ainda não são suficientes para atender a demanda escolar, cabendo aos pais e alunos procurar vagas em outras escolas fora do bairro. Esses fatores, somados à falta de incentivos e recursos financeiros, têm contribuído para que muitos adolescentes e jovens abandonem a escola, antes mesmo de concluir o 1º grau.



Bengui e o Direito ao Trabalho e à Renda

O Bairro do Bengui situa-se na periferia de Belém, numa área que foi ocupada nos anos 70, perto do aeroporto da cidade. Analisando a vida no bairro, observamos que falar de trabalho e renda no Bengui é colocar a questão do desemprego, que vem empurrando as pessoas para o mercado informal, que cresce diariamente, embora não ofereça as garantias e direitos trabalhistas do mercado formal.

A expansão do desemprego e do mercado informal tem gerado o agravamento de um outro problema social: o aumento do número de crianças que trabalham no mercado informal, desde muito cedo, para ajudar no sustento de suas casas, muitas vezes afetadas pelo desemprego ou pelo subemprego de seus pais.

Verificamos, ainda, que, apesar da situação caótica do desemprego e do crescimento expressivo do mercado informal, existem também algumas experiências positivas de geração de emprego e renda. Desejamos que estas iniciativas desenvolvidas no nosso bairro possam contribuir para superar o problema do desemprego, no Brasil, haja vista a necessidade urgente de se enfrentar este mal social.

O desemprego, o trabalho informal e o trabalho infantil fazem parte da realidade de todos os observadores de Bengui, que enfatizaram traumas e experiências na busca da sobrevivência. Na pesquisa de campo, entrevistando moradores e percorrendo as ruas, deparamo-nos com a presença maciça de moradores atuando no mercado informal e a participação de crianças e adolescentes na geração de renda familiar.

O MERCADO INFORMAL NO BENGUI

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, art. XXIII, todo cidadão tem direito ao trabalho, a escolher o emprego e a ter uma remuneração que garanta uma condição de vida digna, devendo ser igual para todos, sem distinção de cor, idade ou sexo, desde que exerçam a mesma atividade.

Durante a pesquisa, percebemos que a existência do mercado informal é uma das conseqüências do desemprego, pois alguns entrevistados vieram do mercado formal. Porém, há também pessoas que se encontram na informalidade por opção, porque consideram que a situação do mercado formal é mais precária e acreditam conseguir uma renda maior do que o salário que receberiam se estivessem empregadas.

Esse é o caso de Dona Maria José do Rosário, viúva, 49 anos, com o ensino médio completo, que trabalha com ervas há 20 anos no Mercado Municipal do Bengui. Sua renda diária varia de 15 a 20 reais. Em sua casa, só ela trabalha. Mora com uma filha de 20 anos que está desempregada. Ao perguntarmos sobre o desemprego e o mercado informal, ela afirma:

“o desemprego está horrível e o mercado informal eu acho bom porque se eu fosse trabalhar empregada (registrada) eu não ia ganhar o que eu ganho aqui”.

Percebe-se que o mercado informal, apesar da falta dos direitos trabalhistas, pode possibilitar a obtenção de uma renda superior àquela proporcionada pelos empregos formais.

O mercado informal está crescendo no Bairro do Bengui. Percorrendo as ruas, pode-se verificar o aumento do número de ambulantes, as barracas montadas no meio das ruas, as pessoas que fazem de sua residência estabelecimentos comerciais e outros que se cadastram na Secretaria de Economia da Prefeitura Municipal de Belém (Seccon). Há pessoas que improvisam uma alternativa para aumentar sua renda, situação ilustrada pelo relato do observador Alexandre, sobre sua mãe, que iniciou no mercado informal e conseguiu, posteriormente, empregar-se na prefeitura como merendeira num colégio público.

“Minha mãe se chama Ana Maria. Trabalhou durante nove anos de serviço prestado em um centro comunitário que fica em frente à nossa casa, onde na época funcionava uma escola particular (...) Ela trabalhava como merendeira e seu pagamento era poder utilizar o freezer do estabelecimento para vender ‘chopp’ (suco de frutas congelado num saquinho plástico). Com esse trabalho, sustentou durante um ano e alguns meses cinco filhos, pois meu pai estava desempregado”.

O caminho inverso, de emprego formal para o desemprego e mercado informal, é mais comum no bairro, como mostra a história da dona Maria de Lurdes. Um dia, dona Maria de Lurdes faltou no restaurante onde trabalhava como cozinheira para matricular seu filho em uma escola próxima à sua residência. No dia seguinte, quando foi trabalhar, soube que estava demitida por causa de sua falta, sem nenhuma indenização, apenas com o pagamento dos dias trabalhados. Como não conhecia os direitos trabalhistas, ela não entrou com uma ação no Ministério de Trabalho. Desempregada, procurou durante três meses emprego e, não encontrando, começou a se desesperar, pois seus filhos já começavam a passar fome. Hoje, sustenta sua família vendendo laranja na feira do Ver-o-Peso (a maior feira livre da América Latina), obtendo uma diária de R\$ 9,00.

Um outro problema grave no mercado informal refere-se ao emprego de crianças e adolescentes como mão-de-obra barata. Na visita ao Mercado Municipal do Bengui, por exemplo, encontramos muitas crianças trabalhando. Segundo elas, seu envolvimento ocorre porque seus pais ou possuem salário insuficiente para sustentar a família ou estão desempregados.

Este é o caso de Jair, que mora em Jaderlar, bairro próximo ao Bengui, e estuda em um colégio no seu bairro, onde está cursando a 4ª série do ensino fundamental. Ele começa o trabalho às 7 horas da manhã, na feira, e volta para casa às 13 horas para ir à escola, obtendo uma renda de R\$ 5,00 por dia. Seu pai está desempregado e trabalha fazendo “bico” como carpinteiro e sua mãe é empregada doméstica.

Outro exemplo é o de Jose. Aos 12 anos de idade, ela trabalhava como vendedora de lanche no Ver-o-Peso, das 7 às 13 horas, de segunda a sábado e, como estudava à tarde, sempre chegava atrasada na escola. Os educadores de rua do Movimento República de Emaús entraram em contato com Jose e a encaminharam para o projeto bolsa-escola da prefeitura de Belém, que oferece um salário mínimo para cada família cujos filhos deixam de trabalhar na rua e estudam num colégio, com direito a acompanhamento, que vai desde o controle da frequência escolar até visitas domiciliares. Jose ficou nesse projeto durante dois e frequentou normalmente a escola, sendo aprovada. Nesse período, Jose pôde se dedicar à vida escolar e deixar o trabalho. Hoje, com 15 anos, ela voltou a trabalhar, de domingo a domingo, em uma residência para ganhar R\$ 100,00 por mês.

As crianças e os adolescentes que trabalham têm a sua rotina diária alterada, sendo que outras atividades, como frequência à escola, divertimento e convivência familiar, são muitas vezes colocadas de lado.

“O meu irmão mais velho, junto com meu primo, arranjaram um trabalho de entregador de pão caseiro. Meu irmão, de treze anos, saía de casa às 5 e retornava às 8 horas. Eu cuidava da casa e estudava. Meu irmão mais novo, quando tinha seis anos, começou a vender ‘coxinha’ na rua, e meu pai às vezes fazia bico (trabalho temporário de alguns dias), mas seu dinheiro era só para tomar cachaça...”

“Eu tinha 14 anos e cursava a 8ª. série do ensino fundamental na escola Cidade de Emaús, quando abandonei a escola para trabalhar como babá. Tentei amenizar a situação, pedindo ao diretor da escola que me passasse para a turma da noite. Porém, ele se recusou, argumentando que ‘além de ser contra a lei esse trabalho que está ajudando você neste momento pode vir a lhe prejudicar mais tarde’. Não demorou muito para perceber que o diretor estava certo, mas infelizmente era tarde e a minha família já dependia do salário que recebia e por isso perdi um ano escolar.

Esses relatos indicam o grave problema enfrentado por muitas crianças que trabalham para ajudar na renda familiar, em vez de estarem na escola estudando e/ou brincando. Além disso, ao ingressar tão cedo no mercado de trabalho e ao assumir este papel, elas ficam expostas a acidentes de trabalhos, prejudicando seu desenvolvimento físico e psicológico.

INICIATIVAS NO BENGUI

Diante do elevado número de pessoas desempregadas e do crescimento do mercado informal no Bairro do Bengui, observamos na comunidade algumas iniciativas voltadas para a promoção das oportunidades de emprego e renda – concessão de linhas de crédito, criação de oportunidades para jovens e qualificação profissional – que procuram amenizar a situação do desemprego e as condições precárias do trabalho informal.

BANCO DO POVO

O Banco do Povo, iniciativa da Prefeitura Municipal de Belém, fornece empréstimos e auxilia na organização e formação de pequenos empreendedores, gerando emprego, trabalho e renda a partir da economia popular.

Iniciando suas atividades em outubro de 1998, no Bairro do Bengui, hoje o Banco do Povo atinge a esfera municipal. Segundo o coordenador da instituição, João Cláudio Arroyo, de outubro de 1998 a abril de 2002, esse Banco já emprestou mais de 9,8 milhões de reais, beneficiando mais de 6,5 mil empreendedores e famílias. Com isso, são gerados e mantidos cerca de 56 mil empregos diretos ou indiretos, no município de Belém, atendendo empreendedores iniciantes em “situação de risco social”, além de jovens em busca do primeiro emprego.

Segundo o coordenador, para conseguir empréstimo junto ao Banco do Povo, é preciso preencher alguns requisitos como: ter comportamento de empreendedor; ter respeito e confiança das pessoas onde convive; ter negócio próprio ou pretensão de possuir; morar em Belém há pelo menos cinco anos; não possuir nome no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito); e, em caso de atividade em espaço público (feiras, ruas e praças), apresentar a licença da Secon (Secretaria Municipal de Economia).

“Passei por uma entrevista, foi feita uma visita à minha casa, onde funciona meu atelier. Na primeira vez que pedi empréstimo demorou um pouco, tive que passar por várias reuniões e, quase seis meses após, finalmente consegui. Não posso dizer que estou totalmente satisfeita, mas em relação às outras instituições que emprestam dinheiro, esta é uma das melhores, os juros não são tão altos e há menos exigências que nos outros locais” (empreendedora local financiada pelo Banco do Povo)

O Banco proporciona condições para a organização dos empreendedores, o que auxilia seu fortalecimento como grupo e a conquista de melhores condições para seus empreendimentos. Exemplos dessa organização são os fóruns e associações de empreendedores. Há também atividades de formação para que esses empreendedores estejam preparados para gerenciar os seus empreendimentos. No entanto, uma empreendedora entrevistada afirmou que essas atividades não tiveram a continuidade esperada.

“(...)recebi orientações, mas estas não foram contínuas. Atualmente, eles oferecem para mim um curso de contabilidade”. (empreendedora local financiada pelo Banco do Povo).

PROJETO CAPACITAÇÃO SOLIDÁRIA

Em 2000, o Projeto Capacitação Solidária, do governo federal, foi implantado no Bairro do Bengui, oferecendo diversos cursos, tais como artesanato de cordas, de bonecas e informática. Este projeto capacita jovens de 16 a 21 anos, moradores da comunidade que estejam estudando ou que tenham concluído o ensino médio.



Uma das comunidades do bairro, a de São José Operário, foi inserida no curso de “Rádio Difusão, Comunicação e Apresentador de Eventos”, com uma carga horária de 25 horas semanais. O curso oferecia aulas teóricas e práticas, uma bolsa de R\$ 50,00, vale-transporte (para quem morava longe), lanche, almoço e estágios em rádios locais, em que os jovens faziam pautas, reportagens, elaboravam e apresentavam programas, faziam locução e operação de áudio.

Alguns jovens não tiveram o rendimento esperado, devido à curta carga horária para ser ministrado o conteúdo das aulas e à insuficiência dos estágios. Outros conseguiram possibilidades de emprego, mas não puderam conciliar o trabalho com o estudo.

“O curso teve duração de cinco meses. Chegando ao fim, recebemos o diploma. Antes do seu término, fui convidado para trabalhar em uma rádio comunitária local, na qual estagiei como elaborador e apresentador de programas. Nela trabalhei aproximadamente três semanas, depois saí devido ao horário de trabalho não conciliar com o do colégio.”

PROJETO MEU PRIMEIRO EMPREGO

Em Belém, a Prefeitura Municipal realizou uma série de congressos, divididos por segmentos (juventude, idosos, negros, etc.), nos quais a população era chamada para discutir o orçamento da cidade. Num desses congressos, voltado para o segmento juvenil, foi aprovada a proposta de um projeto da Fundação Papa João XXIII, chamado “Meu Primeiro Emprego”.

O projeto foi apresentado para os jovens prevendo uma capacitação, por um período de dois anos, nos mais diversos cursos, como serigrafia, eletricidade, turismo, mecânica, informática, marketing, estética, jornalismo, secretariado. Esses cursos seriam realizados somente nos finais de semana e teriam como objetivo capacitar os jovens para se inserir no mercado de trabalho. Após a capacitação, haveria também um período de estágios em empresas.

Em novembro de 2001, foram iniciadas as inscrições para jovens de 16 a 25 anos. Entretanto, o projeto não foi executado da maneira como tinha sido aprovado por mais de mil jovens no congresso da juventude. O que seria o primeiro emprego passou a ser o “primeiro curso”, pelo menos para a maioria dos participantes, que não tiveram oportunidade de trabalho e nem o estágio previsto pelo projeto. Além disso, em vez de dois anos, o curso reduziu-se a um mês e 22 dias e ainda com execução insatisfatória, pois havia muitos alunos para poucos instrutores.

“Fiz curso de manutenção de computadores e não aprendi quase nada, também o tempo foi curto. Me lembro que diziam que o curso ia ser de dois anos e foi de 45 dias, tinha tanta gente.” (participante do projeto)

PROFISSIONALIZAÇÃO NA CIDADE DE EMAÚS

O Movimento de Emaús, uma organização não-governamental, possui um Setor de Profissionalização, na Escola de

Emaús, cuja proposta política e sociopedagógica é a formação profissional de adolescentes e jovens participantes da instituição e de moradores do Bengui e de bairros circunvizinhos. Atualmente, o Setor de Profissionalização está oferecendo, gratuitamente, nos turnos da manhã e da tarde, sete tipos de cursos: eletrônica, serigrafia, reforma de móveis e estofados, bijuteria, corte, costura e acessórios, informática. Para os selecionados, são fornecidos lanche, material didático e vale-transporte para os alunos que moram fora do bairro.

Os projetos são mantidos, exclusivamente, através de parcerias feitas entre o Movimento de Emaús e instituições privadas, estatais e internacionais, que financiam os cursos. Atualmente, os cursos são realizados por meio de parcerias com a Infraero, Senac e Iscos Lombardia, uma instituição estrangeira.

Para inserção em qualquer um dos cursos, é considerada a situação socioeconômica do pretendente, que deve estar na faixa etária de 16 a 21 anos, cursando a partir da 4ª. série e que possua uma identificação com o curso. Um dos objetivos do Setor de Profissionalização é encaminhar os jovens ao mercado de trabalho, sendo que, para tanto, são negociadas parcerias com empresas. Atualmente, o Movimento de Emaús está em negociação com o Detran de Belém.

Esta iniciativa tem ajudado muitos jovens a terem sua primeira experiência de trabalho, decorrente da formação recebida pelos cursos profissionalizantes.

“Eu, observador Dalton Marques, como um jovem que já participei da formação ministrada no curso de informática, posso falar e evidenciar o quanto esta experiência tem me ajudado. A formação que tive na Cidade de Emaús transpassou em mim o limite da capacitação formal, ajudando-me também como pessoa-cidadão.

Meu curso teve início em outubro de 1998 e terminou em março de 1999. O curso tinha uma carga horária de quatro horas diárias, sendo duas de informática e duas de datilografia. Paralelo às aulas técnicas e práticas, tínhamos formação sobre temas diversos como: sexualidade, drogas, violência, entre outros. Esta formação ajudou-me na perda da fobia social que dificultava bastante minha comunicação e socialização.

Alguns meses após o término do curso me inscrevi em uma agência de emprego para jovens, chamado CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), onde finalmente tive minha primeira oportunidade de trabalho, num Banco local. Depois do encerramento do meu contrato, tive várias experiências profissionais. Trabalhei como digitador, auxiliar de escritório e atualmente estou no projeto Observatório.

Digo, sempre, que gostaria que essa minha experiência fosse semelhante para muitos jovens, que eles buscassem instituições que formassem não só para o mercado de trabalho, mas

DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E DEMOCRACIA

O que os jovens observadores registraram no bairro popular de Bengui, em Belém – desemprego, precariedade das relações de trabalho, crescimento do mercado informal, luta pela sobrevivência, exploração do trabalho infantil e pressão sobre a mulher trabalhadora – é um fenômeno que ocorre não apenas nessa localidade, nem na cidade de Belém e tampouco na região ou no Brasil, mas sim em âmbito mundial, que se manifesta aqui, no Brasil, no Pará, no bairro de Bengui, mais nitidamente. O que caracteriza esse mercado? O chamado mercado informal, na cidade, já é maior do que o formal. De 1995 a 2002, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o número de trabalhadores informais passou de 195 mil para 300 mil em Belém.

No Pará, mais de 400 mil chefes de família estão sem emprego e mais da metade dos paraenses ocupados ganha menos de dois salários mínimos. Registra-se o elevado grau de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. A maioria da população economicamente ativa possui uma jornada de trabalho bem superior a 40 horas semanais, um grande número de trabalhadores trabalha por conta própria, nem a metade dos empregados tem carteira de trabalho assinada e, nesta categoria, destaca-se o grupo dos trabalhadores domésticos, sendo a maioria composta por mulheres com baixo nível de instrução, sem direitos assegurados e com baixíssimo rendimento. Por setor de atividade, destacam-se, na região, a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a exploração florestal e a pesca, que, na sua maioria, rendem apenas até um salário mínimo.

O desemprego é uma preocupação, um dilema agora global, semelhante às mudanças climáticas, ao aquecimento do clima mundial. Porém, o que o meio ambiente do nosso planeta tem a ver com o nosso direito de trabalhar e viver dignamente no Bairro de Bengui? O jovem que não tem oportunidade de trabalho nesse bairro de Belém sofre tanto quanto aquele da minúscula ilha de Tuvalu, um país do oceano Pacífico, que corre o perigo de ser submersa pela elevação do nível do mar, devido ao aquecimento global. Os dois sentem, de fundo, as conseqüências de um conceito de desenvolvimento – ainda em vigor – que na sua lógica despreza tanto a natureza como a mão-de-obra, apesar de depender delas intimamente. A economia tanto no Brasil como no mundo se baseia ainda na crença de que há bens públicos sem limites à sua disposição, como água e ar limpo, queima de carbono hidratados, florestas virgens e minérios abundantes, o que favorece uma produção intensiva em energia e matérias-primas de grande escala e para a qual o bem do trabalhador não é um fim em si, mas apenas um meio de acumulação. Não há segurança alimentar sem a segurança da agricultura familiar e sem a manutenção da biodiversidade.

A riqueza do Pará, em termos de recursos naturais, parece ao mesmo tempo a sua maldição: o Estado inteiro está, há séculos, a serviço dos centros mais dinâmicos, mais vorazes. Afinal, o desenvolvimento no Pará serve para quem? Para a bolsa do trabalhador paraense ou para os indicadores da bolsa-de-valor de São Paulo? Cabe a pergunta para quem e para quem se produz? O Projeto Brasil Sustentável e Democrático mostra, em seus trabalhos, que “o progresso econômico é dissociado da produção de empregos e do direito ao trabalho. O novo patamar tecnológico possibilita às empresas crescerem sem que se criem novos empregos. Pelo contrário, a modernização exige supressão de postos de trabalho. Pior, a saúde do mercado financeiro está se tornando indicador de crescimento”. Isto não quer dizer que um mercado financeiro em si é o moinho do diabo, mas o diabo fica na sua função atual que é amplamente aceita por muitos governos, inclusive pelo brasileiro, como uma força de camisa.

Os jovens observadores no Bairro de Bengui também registraram na sua análise os sinais de mudanças. Vivemos em tempos de mudança – apesar de tudo. Um novo paradigma, um novo pensar de fazer política, de conceber e promover o desenvolvimento da nossa sociedade ganha cada vez mais espaço. A antiga visão setorial ou fragmentada da realidade, muitas vezes autoritária e de cima para baixo, cede lentamente a uma visão holística, complexa, interativa das realidades. Surgem novos atores, procura-se valorizar a governança, a criatividade e a competência local. Os jovens listam uma série de medidas e projetos de inserção social e emancipação por parte tanto de órgãos públicos quanto de entidades privadas, da sociedade civil, comprometidos com a democratização da sociedade e dos processos decisórios.

No nosso entendimento, essas iniciativas não têm um caráter compensatório ou assistencialista. Criam-se redes solidárias com base em princípios de justiça social. Pobreza e falta de oportunidades se devem nem tanto à falta de dinheiro, mas, prioritariamente, à falta do poder para defender seus direitos, para levantar sua voz. Um desenvolvimento que garante uma vida mais justa, mais saudável e mais sustentável será alcançado pela democratização dos processos decisórios, pela capacidade de afirmação política e de formular seus projetos, a fim de viabilizá-los na comunidade onde mora.

Jan Rogge

Assessor do Fórum da Amazônia Oriental - Faor



BELÉM DO PARÁ

TERRA FIRME



Quem Somos?

ELIZABETH BRITO

Olá, me chamo Elizabeth Brito Teixeira, tenho 23 anos. Nasci no dia 20 de julho de 1978, na cidade de Belém, pelas mãos de uma parteira, porque não deu tempo da mamãe ir para o hospital. Sou do signo de câncer.

Conclui o ensino médio em 1998 e sempre estudei em escolas públicas. Como as escolas não ofereciam o ensino completo, eu precisava mudar em busca daquelas que ofereciam a série que eu cursava no momento. Apesar disso, as escolas eram muito boas e fiz boas amizades nelas.

Desde que conclui o ensino médio estou tentando entrar na universidade. A partir de agosto, iniciarei um cursinho pré-vestibular, mas ainda não sei qual o curso que optarei. Os cursos com os quais me identifico são, principalmente turismo, biologia e medicina. A medicina é meu sonho futuro.

Ainda não trabalhei com carteira assinada. Meus pais sempre me ajudaram nos meus estudos e, nas minhas horas vagas, eu dava aulas de reforço em minha casa. Também já fui babá das minhas primas. O dinheiro que conseguia dava comprar as minhas coisas.

Na minha vida, tem duas pessoas importantíssimas. A primeira é minha mãe, Marlene Barbosa de Brito, 45 anos, cozinheira profissional. Ela nasceu em São João da Ponta, no interior do estado do Pará, estudou até a 4ª série e veio morar em Belém quando tinha nove anos, para trabalhar como empregada doméstica. A segunda pessoa importante na minha vida é o meu pai, Abenaias da Silva Teixeira, 43 anos, que trabalha como carpinteiro. Meu pai nasceu aqui mesmo em Belém, já foi sapa-teiro, marceneiro e estudou até a 4ª série, quando teve que parar de estudar devido a morte de seu pai. Mas, depois de vários anos, ele voltou a estudar e está hoje na 8ª série e seu objetivo é concluir o ensino médio.

Os dois se conheceram através da minha tia. Minha mãe e minha tia trabalhavam juntas em uma casa de família. Um dia, mamãe foi visitar a titia na sua casa e foi quando eles se conheceram, começaram a namorar e casaram. O casamento deles durou 23 anos, hoje estão separados e são apenas amigos.

A minha família é bastante numerosa: somos em sete ir-

mãos, seis mulheres e um homem. Moram conosco também dois sobrinhos e uma prima. No mês de setembro, minha irmã mais velha vai sair de casa porque vai se casar. Duas irmãs trabalham e ajudam em casa junto com o papai que paga a pensão dos filhos menores.

A minha infância foi sempre ao lado das minhas irmãs e primas, tenho boas lembranças de quando brincávamos de cantar, dançar. Nas férias, sempre íamos para o sítio da vovó e eu adorava. No quintal do sítio tinha um igarapé muito legal, roubávamos frutas dos terrenos baldios, brincávamos de queimada e futebol. Atualmente, quase não vamos lá, só visito o sítio uma vez ao ano, devido a minha avó ter morrido no ano passado.

Participo há cinco anos da paróquia do bairro São Domingos de Gusmão. Lá encontrei a pessoa mais importante da minha vida, Deus. Amo a minha religião, sou católica praticante, participo de grupo de jovem, pastoral da liturgia, catequese e a pastoral da criança. Foi na comunidade Santa Maria que encontrei meus melhores amigos e amigas e onde encontrei meu primeiro namorado, Raul, com quem estou namorando há quatro anos. Ele é uma pessoa muito especial, eu o amo muito e pretendo me casar com ele e construir a minha família.

No meu tempo livre, que é muito difícil de acontecer, pois sempre estou muito ocupada com os assuntos da igreja, saio com meu namorado. Nós vamos passear, adoramos conhecer novos lugares e nos damos muito bem porque temos muitas coisas em comum. Mas, temos uma diferença: cada um torce para um time diferente.

Eu e minha família sempre moramos no bairro da Terra Firme. Ele é um bairro muito carente, não possui lugares de lazer e passeio. O que temos é só uma praça que fica em frente à Paróquia São Domingos de Gusmão, fora isso, tem muitas casas noturnas, mas não gosto de freqüenta-las, pois o bairro é bastante violento e não dá para sair de casa e chegar tarde, por causa de assaltos e gangues. Precisamos de segurança, moradia, saúde, lazer e outros. Apesar de todas essas dificuldades, gosto muito de morar em meu bairro.

CLEBER TAVARES SANTA BRÍGIDA

Chamo-me Cleber Tavares Santa Brígida, tenho 18 anos, nasci no dia 27 de Dezembro de 1983. Moro com meus pais no bairro da Terra Firme, onde participo da paróquia São Domingos de Gusmão, na comunidade de Santa Maria.

Sou brincalhão, alegre, festeiro, gosto de dançar e tenho bom humor. Gosto também de jogar futebol, conversar e buscar mais conhecimento. Estudo na escola Orlando Bitar localizada no bairro de Nazaré, onde estou cursando o 3º ano do ensino médio.



Sou filho de Maria Trindade Tavares, nascida no município de Igarapé Mirim, e Arisvaldo de Souza Santa Brígida que nasceu na cidade de Santa Luzia do Pará. Ambos cursaram até a 6ª série. Eles se conheceram em um clube no bairro do Tenoné. Depois de quinze dias de namoro, resolveram morar junto em um quarto alugado no mesmo bairro onde moravam, o Guamá. Depois de cinco meses, mamãe ficou grávida de meu irmão Alex. Porém, antes dele ela já tinha dois filhos, Sandro e Tânia, com um ex-namorado. Meu pai também já tinha dois filhos, Renato e Santana, cada um com uma mãe diferente.

Dois anos depois do nascimento do Alex, minha mãe ficou grávida da minha irmã Vânia. Mais dois anos e cinco meses depois, eu nasci. Depois de meu nascimento, meus pais resolveram comprar uma casa para parar de pagar aluguel. Eles, então, compraram um terreno em uma ocupação urbana na Terra Firme. Atualmente, nesta casa, moramos só eu, minha mãe e meu pai. Mas, quando meu pai está desempregado, a Vânia e o Alex ajudam no sustento da casa.

Meu pai trabalha de pedreiro. Quando tem trabalho, ele ganha em torno de quatrocentos reais fazendo bicos, mas não tem carteira assinada. Ele tem só um defeito: é um alcoólatra, mas, ele só bebe no final de semana. Mamãe trabalha em casa fazendo costuras e ganha em torno de duzentos reais por mais. Ela não tem nenhum vício, ao não ser o de assistir televisão.

Minha mãe descobriu que tem diabete. Ela procurou o médico e foi encaminhada para um especialista no hospital Barros Barreto, mas não conseguiu se consultar porque tem muita gente na fila. Até hoje, ela sofre muito com esta doença, principalmente com dores nas pernas

Não me lembro muito bem quando era criança, mas lembro que não podia brincar na rua pois elas eram feitas de estivas, "pontes". Porém, depois de uns anos, começaram a aterrar a rua com lixo e terra. Minha mãe, então, não deixava eu sair para não brincar no lixo. Começaram a aterrar com terra sem o

lixo, foi quando eu comecei a sair para rua. À tarde, eu jogava bola e à noite, quando nós não brincávamos de roda, brincávamos de pira garrafa, pira pega, pira se esconde, pira cola etc. Só sei que tinha tanta brincadeira chamada pira, que todas as noites nós brincávamos de uma pira qualquer. Quando entrei na pré-adolescência, com 11 anos, falei para a mamãe que queria trabalhar. Ela comprou um isopor e fazia chopp para eu vender.

Quando comecei a estudar na Escola Parque Amazônia, passei a conviver com pessoas que usavam drogas e roubavam, porém nunca quis imitá-los nem desprezá-los. Neste tempo, parei de vender chopp e mamãe montou uma banca de bombons em frente de casa. Mas, depois de dois anos, parei de trabalhar como "bombonzeiro" e passei a me dedicar só aos meus estudos. Lembro-me que, na escola, ninguém perdia a aula do professor Lima porque todos os alunos gostavam muito da aula dele.

Quando me tornei adolescente, passei a fazer vários cursos como de pintura mural, informática, redação, problemas da língua portuguesa. Também participei por um ano do projeto adolecer da APACC (Associação de Apoio às Comunidades Carentes). Há quatro anos, estou no grupo de teatro JAVE (Jovens de Arte, Vida e Expressão). O meu lazer é participar das reuniões do JAVE, de ensaios para me aperfeiçoar na dança do brega e sair para as festas de aparelhagem ou bandas de bregas.

Antigamente, nas minhas férias eu viajava só para Santa Luzia onde meu avô tem um grande sítio com um pequeno lago. Porém, há seis anos atrás, depois da morte de minha avó, perdi a vontade de ir para lá. Hoje, nas férias gosto de ir para clubes e gosto de ir, principalmente, para a ilha de Mosqueiro, onde fico hospedado na casa em que meu irmão Alex trabalha.

Tenho um sonho de me formar em odontologia, mas, para chegar neste curso, que é um dos mais caros, pretendo primeiro fazer um curso de engenharia civil.

RAIMUNDA CREUZA DA COSTA FERREIRA

Sou Raimunda Creuza da Costa Ferreira, tenho 21 anos, sou morena, cabelos pretos, olhos castanhos escuros, 1,63m de altura, 73kg e sou do signo de virgem. Moro no bairro da Terra Firme e nasci no dia 17 de setembro na fazenda Jabota, às margens do Rio Tauá, no município de Muaná, ilha do Marajó.

Minha família é composta por dois irmãos, duas irmãs e meus pais Manoel e Evanilde. Meu pai nasceu no interior do Estado do Pará e minha mãe, em Belém. Ele é autônomo e ela, auxiliar de cozinha. Eles se conheceram na fazenda Tijuquaquara, no interior do Estado, na qual mamãe era empregada doméstica e papai peão. Meu pai trabalha desde criança e, por isso, não frequentou a escola. Quem o ensinou a ler e escrever foi minha mãe que completou os estudos aos 40 anos por incentivos dos filhos e sua força de vontade. Ela perdeu sua mãe muito cedo, pois vovó morreu devido a um traumatismo craniano, aos 28 anos, grávida, devido a uma paulada frontal dada pelo padrasto da mamãe.

A minha infância é um dos maiores tesouros que guardo em meu coração. Foi uma época em que brinquei muito com minhas três primas que moravam ao lado de casa. Sempre nos juntávamos para brincar de casinha, pula-corda, elástico, escritório, balanço, veterinárias de peixes, de queimada e outras brincadeiras. A brincadeira que eu mais gostava era imitar super heróis: pulávamos, lutávamos e nos transformávamos em *changeman*, *jaspion*, *flashman* etc., em aventuras realizadas no quintal. Passeávamos todas as tardes e nos juntávamos às outras crianças para nos divertirmos com as cantigas de roda e com as pequenas competições de corrida entre meninas e meninos. Certa vez, nós fomos fazer uma "pegadinha" à noite. Estendemos uma corda bem grossa de um lado a outro da rua para que parecesse uma cobra: a reação das pessoas era hilária, tamanho o susto que tomavam. A brincadeira acabou quando uma senhora crente passou e deu um forte grito, o cachorro avançou e ela quase teve um piripaque. Aí, o riso virou choro,

por que apanhamos e ficamos de castigo. Inclusive, não sei a razão de apanhar tanto, pois sempre fui um “anjo”.

Com o tempo virei adolescente e aos poucos fui conhecendo os desafios da vida como aprender a ter responsabilidades, pensar duas vezes antes de fazer algo insensato, tomar conta de mim. Passei a estudar longe de casa a partir da 5ª série e a trabalhar como babá. Também ajudei os meus pais na venda de lanches na UFPA (Universidade Federal do Pará).

Meu pai é um trabalhador, honesto e de bom coração, mas não é fiel, pois enganou a minha mãe quatro vezes. Aos poucos, compreendi a dor de minha mãe, as infundáveis discussões de madrugada e a falta de dinheiro em casa. Enquanto em casa não tinha dinheiro para ajeitar o telhado, ele construía uma nova moradia para a sua amante. Foi um momento marcante que, de certa forma, influenciou no meu modo de me relacionar com o sexo oposto: prefiro “ficar” a ter algo mais sério com alguém.

Tenho muitos amigos e colegas, o meu melhor amigo se chama Cleiton. Gosto de ler, ouvir músicas, conversar, jogar videogame, fazer cruzadinhas de revistas e jornais, assistir TV e ir a festas. Há seis anos participo na comunidade pela Igreja

Católica como catequista, coordenadora de Grupo de Jovem Emanuel e outras funções que realizo com o coração. Como já conclui o ensino médio, pretendo fazer vestibular no final do ano, mas ainda não sei para que curso.

Moro em um bairro onde temos que conviver com a insegurança e a violência, o que faz com que muitos digam que não há lazer no local.

No Observatório tenho tido a oportunidade de conhecer os direitos humanos, ver meu bairro, sua cultura e os moradores a partir de uma nova perspectiva e, principalmente, aprender mais sobre mim e os que me rodeiam. Hoje, presto mais atenção ao mundo que me rodeia, podendo assim, trabalhar melhor na comunidade e ajudar a construir uma sociedade mais humana.

“A melhor universidade da vida é a felicidade de viver, então viva cada momento da sua vida como se fosse o último. Porém, não exagere, pois se o amanhã resolver cobrar, pode não sair barato para o seu futuro...”

MARIZA DA SILVA LIMA

Eu me chamo Mariza da Silva Lima, tenho 22 anos e nasci em Belém. Sou filha de Orlando e Terezinha de Jesus, também nascidos em Belém. Morei até meus nove anos no bairro da Marambaia, onde meus pais nasceram, casaram-se e tiveram sete filhos, dos quais sou a mais nova.

Atualmente, meus pais estão separados. Morei com meu pai durante o processo de divórcio que durou oito anos. Depois disso, fomos morar com nossa mãe no bairro da Terra Firme, onde residimos há treze anos. Hoje, moramos em casa eu, minha mãe, quatro irmãos e três sobrinhos e apenas duas irmãs ajudam minha mãe nas despesas de casa, uma que trabalha e mora em casa e outra que é casada.

No momento, minha mãe trabalha como cozinheira em um restaurante da cidade. Ela estudou apenas até a 4ª série do ensino fundamental. Meu pai concluiu o ensino médio, é aposentado, casou-se novamente, mora no bairro das Águas Lindas e me ajuda financeiramente

Eu, em meio a tantas informações confusas como o divórcio e todos os problemas enfrentados pela minha família, tive uma infância diferente de algumas crianças e não gozei muito da oportunidade de participar de brincadeiras, ao contrário, sempre me refugiava nos estudos. Durante minha vida escolar passei por várias escolas públicas, sempre localizadas nos bairros em que morei, inclusive, cheguei a perder um ano letivo por causa da mudança de bairro. Cursei o ensino médio também em uma escola pública localizada no centro de Belém.

Após concluir o ensino médio, prestei vestibular para o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pará e hoje estou no 5º semestre.

Quanto às minhas amizades, hoje elas estão sempre envol-

vidas direta ou indiretamente com a Paróquia de São Domingos de Gusmão (Igreja Católica) onde faço parte da catequese de jovens e do Ministério da Acolhida. Foi na paróquia, também, onde conheci o meu namorado, o primeiro que tive, pois, como disse, antes me dedicava somente aos estudos. O nome dele é Jairo Junior, tem trinta anos, já concluiu o ensino médio, é muito inteligente e contribui muito para que eu possa persistir em meus objetivos. É o tipo de pessoa que está sempre pronta a ajudar a quem precisa. Com ele eu consigo conversar sobre todos os assuntos que envolvem nossa comunidade, pois nós participamos de algumas entidades que atuam no bairro.

O bairro da Terra Firme é tido, hoje, como violento, além de ser visto como um lugar onde existem muitas pessoas desocupadas que roubam, matam e cometem outros delitos. A minha rua, inclusive, não foge a esta regra. Eu tenho a infeliz oportunidade de ver meus amigos de infância comprando e vendendo drogas, roubando, matando e considerando tudo isso normal, sem se importar com suas vidas ou com suas famílias que passam por um grande e constante sofrimento por isso.

Mas, o bairro da Terra Firme não é só isso. Aqui nós podemos ver pessoas que estão tentando driblar esses destinos de suas vidas, buscando constantemente outras opções como música, composições, teatro, dança, grupos paroquiais e vários projetos. Dentre essas atividades, eu me insiro em algumas como grupos paroquiais, grupo Solidariedade II - que realiza campanha de arrecadação de alimentos em prol do PARAVIDD (Grupo Para a Valorização, Integração e Dignificação dos Doentes de AIDS) e da APACC (Associação Paraense de Apoio as Comunidades Carentes), além do setor de formação profissional e geração de emprego e renda que funciona no Centro Sócio Cultural São Domingos de Gusmão.



No momento, estou dividindo meu tempo entre o Projeto Rede de Observatório de Direitos Humanos (pela manhã, de segunda à sexta-feira), a universidade (à tarde durante toda a semana) e os grupos da Paróquia (à noite). Quando tenho fol-

ga de alguma dessas atividades, participo voluntariamente das outras entidades que citei, com o objetivo de transformar as questões sociais, pois tenho amor pelo meu bairro e pela pessoa humana em geral.

NERIANE DE CÁSSIA SOUSA CARVALHO

Eu me chamo Neriane de Cássia Sousa Carvalho, tenho 19 anos e nasci em Luís Domingues, no Maranhão. Há 16 anos, eu e minha família vivemos em Belém, no bairro da Terra Firme.

Meus pais nasceram e casaram-se na cidade de Luís Domingues. Tiveram dois filhos e viveram juntos por apenas quatro anos. Separaram-se porque meu pai era um homem violento o que obrigou minha mãe a fugir. Chegamos à Belém com o pretexto de que meu irmão tinha que sofrer uma cirurgia, mas, desde então, ela não voltou mais ao Maranhão.

Meu pai continua em Luís Domingues. Ele se chama José Jackson, tem 42 anos, formou-se no magistério, mas trabalha na fazenda do meu avô paterno fazendo serviços gerais. Eu o vi poucas vezes durante todos esses anos que nos separam. Minha mãe se chama Maria Nelcilene, tem 38 anos e concluiu o ensino fundamental. Ela gostaria de voltar a estudar, mas não tem tempo em virtude do trabalho. Ela trabalha há seis anos em uma gráfica e sempre encontrou dificuldades financeiras para nos manter.

Nós, minha mãe, meus irmãos e eu, vivemos em uma casa de madeira de dois andares que possui cinco cômodos e fica no quintal da casa da minha avó materna. Nossa casa já está velha e sempre precisando de reparos. Minha mãe é a única da casa que tem uma renda fixa: recebe cerca de 2,5 salários mínimos por mês. Meu irmão tem 18 anos e se chama Jackson, estuda em uma escola pública e faz o Convênio que é o último ano do Ensino Médio e preparatório para o Vestibular. As vezes presta serviços na gráfica onde minha mãe trabalha e ajuda em casa nos serviços domésticos. Minha irmã tem 10 anos e faz a 4ª série do ensino fundamental em uma escola pública do bairro. Ela se chama Jucilene, é filha da minha mãe com seu terceiro marido e nasceu na cidade de Belém.

A rua onde moramos está bastante diferente do que era há anos atrás, quando os carros não podiam atrevesá-la em virtude da lama e dos buracos. Tivemos que aterrar muitas vezes nosso terreno para que pudéssemos pisar em terra firme. Porém, a tranquilidade diminuiu. Atualmente, acontecem mui-

tas brigas de rua e, quase todas as noites, há pessoas vendendo e consumindo drogas no fim da rua.

Estudei em escolas do bairro até concluir o ensino fundamental. Fiz, então, um teste de seleção para estudar em uma outra escola pública que tivesse o Convênio. Passei no teste e, ao concluir o ensino médio, prestei vestibular para o curso de Serviço Social da UFPa (Universidade Federal do Pará), no qual fui aprovada e hoje faço o quinto semestre do curso. A minha permanência na universidade tem sido garantida pela renda da minha mãe. Nunca trabalhei como assalariada, sempre ajudei nos serviços domésticos e nos trabalhos da gráfica que minha mãe levava para casa. A única vez que recebi por algum trabalho foi quando trabalhei na emissão de carteiras de meia passagem para os estudantes da UFPa. Todo o dinheiro que recebi ou recebo divido com a minha mãe para ajudar nas despesas da casa.

Por meio da participação no movimento estudantil de Serviço Social, pude enxergar a Universidade e a comunidade onde moro com outros olhos. A partir dessa vivência, a vontade de fazer algo de concreto pela minha comunidade cresceu. Procurei a APACC (Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes) que trabalha no bairro em parceria com outras entidades e comecei a trabalhar como educadora voluntária do Projeto Adolescer.

No meu tempo livre, procuro ler, conversar com meus amigos, assistir peças em teatros e espaços localizados em outros bairros e, sempre que possível, ajudo nas ações do PARAVIDDA (Grupo para Valorização, integração e dignificação dos doentes de AIDS).

Para o futuro, não penso em casar ou ter filhos. Quero ajudar minha família e retribuir tudo que minha mãe fez por mim, além de ser uma profissional capaz de lutar por uma sociedade digna e humana, na qual os direitos humanos sejam respeitos e tidos como "coisa natural".

Onde estamos?

Nosso bairro se chama Terra Firme. A origem do nome vem de algumas áreas que possuíam solo firme, diferente do resto do bairro, que era alagado. Porém, a lei 6.973, de 15 de dezembro de 1975, o denomina oficialmente de Montese, “com a intenção de homenagear os ex-pracinhas brasileiros que participaram da Segunda Guerra Mundial, compondo a Força Expedicionária Brasileira (FEB), daí a tentativa de relacionar um dos locais referentes à guerra – Montese (monte, parte alta) – com o primeiro lugar habitado pelos moradores do bairro” (Rego, 2000). Mas, a maioria da população não tem conhecimento dessa mudança e aqueles que têm, não sabem a origem e nem o porquê do novo nome escolhido.

Habitamos em um local que é cortado pela bacia do Tucunduba, afluente do rio Guamá, na zona leste (periferia) do município de Belém, de 25 a 40 minutos do centro da cidade. Terra Firme possui uma área de 2.368,64 km², fazendo limites com os bairros do Guamá, Canudos e Marco. Segundo a APACC (1996), grande parte de sua população é proveniente de municípios do interior do Pará e de outros estados, como o Maranhão.

O Sr. Abenaias Teixeira nos conta que Terra Firme tem 62 anos e que foi no ano de 1940 que se iniciou a sua ocupação. Porém, segundo a pesquisa realizada por Sandra Rêgo (2000), a ocupação da área que hoje constitui o bairro começou antes, a partir da década de 30, num processo marcado por intensas lutas, reivindicações, conquistas e frustrações dos moradores.

Em 1970, teve início a construção de alguns prédios da UFPa (Universidade Federal do Pará), na divisa entre Terra Firme e Guamá, assim como as instalações da sub-estação da Eletronorte, empresa estatal fornecedora de energia elétrica. Por isso, houve a necessidade de ampliação da avenida Perimetral, uma das principais vias de acesso ao bairro. A ampliação da avenida a transformou em uma intensa via de acesso de mercadorias, dando início ao processo de urbanização do bairro.

Hoje, apenas as avenidas principais são asfaltadas: Perimetral, São Domingos e Celso Malcher. Ainda existem espaços alagados que necessitam de pontes, como a área do Tucunduba, que, atualmente, passa por um processo de macrodrenagem, realizado dentro de um projeto urbanístico que remanejou algumas moradias que ficavam dentro da área do canal e beneficiou as ruas próximas com calçamento em broquete. As demais vias são de barro e pedra.

A maior parte das residências é construída de madeira coberta com telhas de barro e/ou de amianto. Entretanto, ainda encontramos lugares mais carentes, onde as casas são cobertas com plástico e as paredes são feitas de papelão, plástico e pedaços de madeira.

Uma característica do bairro, que é parecida com o centro da cidade, é o dinamismo do comércio que, atualmente, possui feiras livres, supermercados, lojas, farmácias, mercado municipal, muitos ambulantes, diversas mercenárias espalhadas por todo o bairro e muitas estâncias que comercializam madeira, predominantemente às margens do Tucunduba. O comércio informal parece ser o principal gerador de empregos no bairro, pois muitos moradores, inclusive crianças e adolescentes, trabalham como carregadores, empacotadores, ambulantes, vendedores de picolé, pedintes, entre outros, a fim de complementar a renda da família.

O número de habitantes cresceu consideravelmente nos últimos anos, porém, há uma divergência em relação ao número exato. A maioria dos moradores acredita que a população atual do bairro é de aproximadamente 170 mil habitantes, devido ao grande número de ocupações realizadas nas últimas décadas e ao número elevado de pessoas residindo em uma única moradia. Já o censo de 2000, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), indica que a população atual é de apenas 63.257 habitantes.

Essa grande diferença é preocupante, nos faz pensar que a rede de serviços públicos planejada para o bairro não pode atender às reais necessidades da população. Se esta hipótese é verdadeira ou não, não podemos confirmar. Porém, verificamos que os serviços públicos em alguns setores deixam a desejar. A iluminação pública, por exemplo, não chega a todas as áreas do bairro, mas, a taxa é cobrada de todos e é altíssima. A água encanada chega a 90% das residências, mas contém ferrugem, lama e



excesso de cloro. Além disso, não temos esgoto e algumas residências não têm sequer uma fossa.

Em termos de transporte, somos bem atendidos: duas empresas de ônibus, a São Luiz Ltda. e Transurb, localizam-se na comunidade. Existem também outras empresas que beneficiam os moradores, apesar de não pertencerem ao bairro. Elas trafegam na Perimetral e Cipriano Santos, vias de acesso do bairro, facilitando o deslocamento da população a diversos locais da cidade.

A empresa de telefonia Telemar instalou diversos telefones públicos, mas o serviço ainda é insatisfatório, por vários fatores: os aparelhos quase sempre não funcionam, o telefone prende ou recusa o cartão, muitas vezes está instalado dentro de estabelecimentos comerciais, que, dependendo do horário, encontram-se fechados. Há também o vandalismo de certos cidadãos que danificam o bem público.

A coleta de lixo realizada pela "Terra Plena" (prestadora de serviço contratada pela prefeitura) é regular, passa em alguns locais de uma a três vezes por semana, em outros não passa, recolhe o lixo doméstico em caminhões, nas ruas de fácil acesso, e em carrocinhas, em passagens muito estreitas.

Para cuidar de nossa saúde, temos o hospital universitário Bettina Ferro da UFPA que fica próximo, exatamente entre Guamá e Terra Firme. O Pronto Socorro mais perto fica no bairro do Guamá. Possuímos duas unidades básicas de saúde, sendo uma da prefeitura e uma do estado, temos também uma "Casa da Família Saudável", de responsabilidade do município. Temos ainda o projeto "Criança Cidadã", do hospital Adventista de Belém em convênio com o governo do Estado, que atende crianças de 0 a 12 anos com serviços de consultas médicas e odontológicas, em um ambulatório localizado na Av. Perimetral.

Em relação à qualidade do atendimento nos postos, as opiniões divergem, porém, a maioria das pessoas julga que o serviço é insatisfatório. Dona Vaneide, 46 anos, vendedora ambulante, elogiou o atendimento da "Família Saudável" dizendo: *"o atendimento é rápido e a agente vai até sua casa marcar a consulta"*. Já o estudante Alan, de 16 anos, disse que considera que os moradores são desrespeitados pela Prefeitura e pelo Governo do Estado: *"as pessoas têm que dormir na fila se quiserem pegar uma ficha para se consultar e ainda são mal atendidas. Não uso os serviços médicos do bairro. Quando quero ou preciso ir ao médico, vou ao Hospital da UFPA. Eu tenho a carteirinha de atendimento de lá"*.

Em relação à segurança, temos uma delegacia que oferece um serviço precário e lento. Geralmente, o delegado não está no plantão e a população é desrespeitada quando vai até lá ou nos vários "PM boxes" (postos de Policiamento Militar). As rondas policiais não acontecem com frequência nas ruas. O entrevistado Alan afirma *"a segurança está péssima, quando o povo procura a delegacia não consegue atendimento. Eu sei disso porque a minha família foi lá e não havia policiamento e nem viaturas, somente um escrivão. Às vezes, os moradores têm que se dirigir à seccional do bairro de São Brás (centro da cidade) para prestar queixa"*.

No que se refere à educação, temos treze escolas públicas que atendem da educação infantil até o ensino médio. O ensino oferecido nas escolas estaduais é de má qualidade, algo que podemos afirmar devido nossa própria experiência como alunos dos colégios do bairro. Acreditamos que o ensino das três escolas municipais é melhor porque oferece uma educação através de projetos que trabalham com o resgate da cultura e até com capacitação profissional para os pais. Além das públicas, há dez escolas particulares atuando desde a educação infantil até o ensino fundamental. Existe ainda o MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos Prof. Paulo Freire), projeto da prefeitura que está reduzindo o número de jovens e adultos não alfabetizados. Existem turmas de alfabetização do MOVA em vários centros comunitários, inclusive no Centro Profissionalizante Santa Maria, a principal estrutura física do Centro Sócio Cultural São Domingos de Gusmão (CSCSDG), onde o grupo de observadores da Terra Firme trabalha.

Nossa angústia em relação à má qualidade da educação é compartilhada pela entrevistada Madalena, 28 anos, estudante de economia: *"em termos gerais, o ensino não proporciona a entrada na universidade, é preciso fazer cursinho para resgatar tudo que ficou para trás. Os professores não são motivados pelo conselho de educação, que sofre vários problemas. Eles não ensinam para a vida, acham que o ensino só deve ser entre quatro paredes. Por isso, a educação não vai para frente"*.

Os movimentos populares do bairro são muito fortes, o povo da Terra Firme é um povo de luta que tem uma caminhada de esperança ao longo de sua história. Um exemplo é o movimento de negros e mulheres, o NRP (Nação da Resistência Periférica), que busca conscientizar os moradores contra o racismo, o preconceito e a necessidade da melhoria das condições de vida na periferia e que congrega alguns grupos culturais de luta, como o movimento Hip Hop. Temos ainda um grande número de centros comunitários e associações de bairro, apesar de os dados oficiais reconhecerem poucos deles.

Em nosso bairro há uma grande diversidade religiosa. As igrejas e centros religiosos são aglutinadores de jovens para a atuação na comunidade e para o trabalho voluntário. Como exemplo, há o CSCSDG, entidade que coordena as atividades sociais da Paróquia e que trabalha em parceria com a APACC (Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes), através de projetos sócio-educativos como o “Projeto Adolescer” e o “Formação Profissional- Geração de Emprego e Renda”.

Apesar da grande diversidade de entidades de luta, grupos e movimentos populares, o que é um ponto positivo para o bairro, a entrevistada Madalena, que participa do Movimento Hip Hop, acha que os mesmos não se unem, realizando *“ações isoladas que os enfraquecem como um todo na comunidade”*.

Houve um acontecimento na Terra Firme capaz de mobilizar grande parte da população e unir os diversos movimentos na luta por interesses comuns: o “Grito da Terra Firme”. O “Grito” surgiu através da Campanha da Fraternidade de 1993 que tinha como tema *“Onde Moras?”*, o que provocou uma ampla mobilização a partir de reuniões que discutiam o direito de morar com qualidade e dignidade. O primeiro passo foi realizar uma reunião ampliada da qual participaram os centros comunitários, os grupos de jovens e de rua, as igrejas, associações, feirantes, movimentos culturais etc. A partir daí, os jovens saíram às ruas para pesquisar tudo que o bairro possuía e o que precisava. Depois, foram realizadas assembléias setorializadas para socializar as informações, bem como um seminário para discutir as propostas de todos os setores, no qual se fechou um documento que foi apresentado à várias autoridades no dia 17 de junho de 1993, na quadra da igreja matriz, junto com a exibição de uma fita que mostrava a situação de abandono em que se encontrava o nosso bairro.

As conquistas da mobilização popular foram: a Escola de Ensino Fundamental e Médio Mário Barbosa; a Escola de Ensino Fundamental Parque Amazônia; o aterramento e estivas novas em algumas ruas; o abastecimento de água na área do Tucunduba; mais uma linha de ônibus (Canudos -Presidente Vargas); proteção de parada de ônibus; a compra do terreno para uma nova unidade de saúde, que só foi construída no atual governo municipal (PT) com a aprovação no Orçamento Participativo; telefones públicos; PM boxes, entre outros. A pesquisa dos jovens também constatou um número grande de crianças fora da escola e trabalhando, por isso, a Terra Firme foi pioneira no projeto “Bolsa Escola” da Prefeitura de Belém em 1996, com 3.000 bolsas.

Apesar da diversidade de movimentos e grupos culturais, sentimos falta de um espaço cultural no bairro e os espaços de lazer são, na maioria, privados. Não temos biblioteca, cinemas ou teatros e, na falta desses espaços culturais, os moradores transformam suas casas, suas ruas e outros locais em espaços de lazer e cultura.

Para nos divertirmos temos muitas arenas (campos de areia usados para jogar bola) e três quadras poli-esportivas, um clube (ASCON), casas de show, ruas de lazer, sorveterias, pizzarias, lanchonetes, e duas praças que, por mais que não estejam bem estruturadas, são os nossos espaços de lazer.

Culturalmente, são realizadas algumas festas e danças tradicionais como o boi bumbá Marronzinho e o boi Prenda de São João, que na época das festas juninas fazem o arrastão nas ruas do bairro. Há danças típicas como siriá, carimbó, lundu, quadrilhas e terreiros juninos. Existem movimentos contemporâneos, como os grupos de hip-hop, rock, pagode, bandas, fã clubes e grupos de brega. Na praça principal, Olavo Bilac, que pertence à igreja matriz, acontecem shows de MPB e de vários estilos musicais. Na praça, é onde as várias “tribos” se encontram, à noite, para conversar e onde acontece o “Pré-Grito dos Excluídos”, uma prévia das manifestações do dia sete de setembro, organizado pela pastoral da Juventude, que segue a agenda da CNBB (Confederação dos Bispos do Brasil).

Pensamos que o problema que salta aos olhos, tornando-se alarmante, é o aumento da criminalidade (violência doméstica, assaltos, brigas de gangues, assassinatos e outros). Notamos também a falta de assistência básica aos residentes da comunidade, que parece causar um certo descaso no próprio morador em relação ao local em que ele mesmo habita.

Por mais que a Terra Firme possa parecer “selvagem”, por causa de seus problemas, este é o nosso lar. É aqui, com todas as dificuldades, onde formamos o nosso grupo para bater papo nos finais de semana, nas esquinas, nas praças etc. Moramos na Terra Firme por que sabemos que queremos continuar firmes na caminhada de fazer este bairro crescer, não só no espaço, no serviço público e na cultura, mas fazê-lo crescer também dentro de cada coração, despertando em todos o desejo de cuidar do que é nosso.



CENTRO SÓCIO CULTURAL SÃO DOMINGOS DE GUSMÃO

O Centro Sócio Cultural São Domingos de Gusmão é uma entidade da Igreja Católica, sem fins lucrativos, criado pela Paróquia de São Domingos de Gusmão, para atuar no serviço sistemático e qualificado da comunidade do bairro Montese, em Terra Firme.

Nossa missão é contribuir com o desenvolvimento e conscientização da comunidade para o exercício da cidadania, através da formação profissional, educacional e cultural, visando a construção de uma sociedade pautada nos verdadeiros valores da vida humana e do Evangelho.

Temos por objetivo promover ações que possibilitem melhores condições de vida para a comunidade, estimulando o exercício da cidadania através do trabalho, da educação e da cultura.

Baseados nesses propósitos são desenvolvidos os projetos: "Formação Profissional", que oferece cursos de serigrafia, cabeleireiro, informática, culinária, além de oferecer capacitação de voluntários e estagiários; "Balcão de Emprego", que realiza o cadastramento de candidatos e captação de vagas, através de classificados dos jornais; "Reforço Escolar", com o desenvolvimento de um curso de alfabetização, com sala de leitura, atividades esportivas e de lazer; "Alfabetização de jovens e adultos", com oficinas sócio-educativas, oficinas produtivas, e capacitação de instrutores; "Adolescer", que oferece oficinas esportivas e de lazer, nos quais são estimuladas atividades como capoeira, dança, brincadeiras de ruas, passeios culturais, oficinas sócio-educativas com adolescentes e pais, e oficinas produtivas com os pais; "Atendimento à família", que presta assistência social e saída preventiva, orientação e acompanhamentos diversos, oficinas produtivas, pesagem de crianças, confecção de multimisturas, de alimentação alternativa e campanha temática (higiene pessoal e aprender a jogar o lixo, etc.)

Terra Firme e o Direito à Cultura e o Lazer

UM OLHAR SOBRE A CULTURA E O LAZER NO BAIRRO DA TERRA FIRME

A região amazônica tem uma forma peculiar de existência, marcada pela vivência indígena e interiorana, caracterizada por um povo humilde que passa sua infância subindo em árvores para apanhar frutos, tomando banho de rios e igarapés e aprendendo a arte da caça e da pesca como forma de subsidiar o sustento da família. Nosso imaginário popular é constituído por lendas e contos sobre nossa região, rica e fértil tanto em solos, rios, fauna e flora como nas representações e manifestações de todo um povo que procura, assim como os outros, a felicidade de viver.

Em Belém, especificamente no Bairro da Terra Firme, esse tipo de experiência já não é mais tão presente, até mesmo em virtude da urbanização. Porém, alguns moradores vivem na lembrança da vida tranqüila de seus municípios de origem, localizados no interior do Estado do Pará. Todas essas experiências expressam-se na cultura de nosso povo.

Mas, o que é cultura? De uma forma bem simples, pode-se dizer que "cultura é a maneira de ser de um grupo", ou ainda que a cultura inclui os conhecimentos, crenças, artes, leis e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma determinada sociedade, valores que são transmitidos de uma geração para outra. A cultura amazônica se expressa em todas estas manifestações e vivências.

Nesse sentido, procuramos mergulhar em nossa realidade cultural para identificar a situação do direito à cultura e ao lazer no bairro da Terra Firme. A pesquisa foi subsidiada pela leitura e discussão de bibliografias de outros trabalhos já realizados sobre o bairro, de fotografias, de relatos de casos e de diversas entrevistas com os moradores da comunidade e representantes dos órgãos públicos responsáveis pela promoção da cultura e do lazer.

A escolha do tema surgiu a partir de reflexão sobre a existência e a importância de alguns movimentos culturais e espaços que promovem cultura e lazer, frutos de iniciativas da pró-

pria comunidade que tem necessidade de se expressar. Verificou-se o quanto nossa cultura é diversificada, indo desde o carimbó, passando pelo brega até o hip hop. Aprofundar a discussão sobre o direito à cultura e ao lazer, a partir do reconhecimento da diversidade cultural e das iniciativas da própria comunidade em criar espaços alternativos, é uma fonte de descoberta para nós e para os demais moradores.

Durante o processo de entrevista, frequentemente, os moradores afirmaram que: *“no bairro não tem cultura nem lazer, o governo não investe”* Diante de tudo que conhecemos através da pesquisa, vem o questionamento: *“Será que o que temos não é cultura e nem lazer?”*

DIVERSIDADE CULTURAL

No Bairro da Terra Firme, há movimentos ou expressões culturais para todos os gostos, do embalo do boi-bumbá ao ritmo frenético do tecno-brega. Movimentos nascidos em uma mesa de bar ou de um grupo de jovens buscando diversão ou conscientização política (ou as duas coisas juntas), ou ainda originadas do desejo de resgatar uma cultura de fora do Estado, da necessidade de se expressar, dançar, representar. O povo terrafirmense pode encontrar nesta variedade de escolha uma forma de aprender sobre cultura através de danças, teatro, oficinas ou festejos religiosos. Existem semelhanças entre as expressões como música e dança, porém, cada uma assume a sua identidade de acordo com suas afinidades. A seguir, são descritas algumas das iniciativas e movimentos culturais existentes na comunidade.

GRUPOS ORGANIZADOS

“SEM JUSTIÇA NÃO EXISTE PAZ” (MBGC) HIP HOP

Em 1990, surgiu no Bairro da Terra Firme o grupo de Rap MBGC (Manos da Baixada de Grosso Calibre), com a união de três amigos, que queriam criticar, através das músicas, as condições de vida da periferia. Em 1994, o grupo se uniu a outros jovens e fundou no bairro o movimento hip hop, que tem como princípio *“respeitar a ideologia e as opiniões dos outros”*. O movimento possui quatro elementos: grafite (desenho), break (dança), rap (música) e DJ (técnica de som), que traduzem ritmos de crítica ao contexto social das periferias, expressando sua realidade. É integrado ao NRP (Nação da Resistência Periférica) e envolve-se em vários movimentos, como o Conselho Nacional dos Negros, mas não é uma expressão só dos moradores negros, pois há participação de muitas pessoas não negras. O NRP se articula nacionalmente com outros movimentos, através de encontros, seminários e palestras. O grupo divulga o movimento por meio de shows e palestras, participando, ainda, de passeatas do MST, grito dos excluídos e outras manifestações de causa social.

Hoje, o movimento hip hop está tentando se articular com os outros movimentos do bairro para discutir o contexto social vivido pelos moradores da comunidade. As reuniões são realizadas na escola Mário Barbosa, aos domingos, às 18:00 horas, com 12 participantes ativistas, além dos simpatizantes, que discutem vários temas como violência policial, racismo, exclusão social, a questão de gênero, entre outros.

Uma das integrantes do grupo descreveu um dia de atividades que considerou marcante:

“No dia 20 de novembro de 2001, o movimento promoveu um evento, durante três dias, com oficinas, baile e palestra com o tema ‘Mulher, Gênero e Raça’, no Centro Comunitário Povo Carente. Mobilizamos, divulgamos no bairro e trouxemos, do Maranhão, a Lilian Santos, participante do Clã nordestino, que usou como exemplo a sua história de vida: é mãe solteira e chefe de família, o retrato das mulheres de periferia. Uma moça se identificou e contou um pouco da sua história de vida. Disse que havia se casado cedo, foi abandonada pelo marido e para sustentar os filhos teve que trabalhar em casa de família, deixando-os com parentes ou vizinhos. Ela chegava tarde do trabalho e a vizinhança começou a comentar que ela estaria se prostituindo.”

BREGA: “MINHA RAIZ”

No Bairro da Terra Firme, muitas pessoas têm como forma de cultura e lazer o brega, considerando-o *parte de nossa raiz cultural*, como disseram alguns moradores. O brega é um estilo musical dançante, muito envolvente, semelhante aos ritmos caribenhos e à lambada. Dança-se em pares, em movimentos frenéticos e giratórios cheios de sensualidade. Os jovens formam fã-clubes das aparelhagens de som que tocam as músicas do movimento brega por toda Belém, como, por exemplo, os *“Seguidores do Marcelo Som”*, os *“Magníficos do Itamaraty”*, os *“Satanás do Wanson”*, entre outros. Alguns fã-clubes se reúnem em bares, arenas, ou mesmo nas residências dos componentes para ensaiar os passos de brega, além de realizarem várias promoções para angariar fundos para comprar camisetas e, às vezes, para doar cestas básicas. Esta expressão cultural, segundo os moradores, tem como ponto positivo a diversão que proporciona. Por outro lado, as mensagens de algumas letras de músicas são bastante preconceituosas, como *“Pode vir caceteira, papudinho também / Veado não entra, fica aqui em Belém”* (Cacique Cara de Pau).

O ritmo vem sendo modificado e a forma mais moderna é o tecno-brega, que tem uma batida mais rápida. Isso faz com que cada grupo tenha o seu estilo e seus passos específicos. A disputa entre eles é grande e, a cada dia, surgem novas coreografias.

ROSA VERMELHA: “DA BRINCADEIRA À COISA SÉRIA”

O terreiro junino Rosa Vermelha tem 21 anos e surgiu de um grupo de jovens da Paróquia de São Domingos de Gusmão. Possui uma diretoria de 15 membros e um grupo de dançarinos com cerca de 45 componentes. Os ensaios acontecem entre março e maio e são acessíveis a todos que queiram assistir. Os integrantes apresentam-se por toda a cidade, tendo como principal objetivo o concurso da Prefeitura promovido pela Fundação de Cultura do Município de Belém (Fumbel). Com o passar do tempo, a quadrilha deixou de ser brincadeira e transformou-se em uma atividade profissional, sendo que os membros promovem rifas, bingos dançantes e festas para pagar os trajés.



LÁ VEM OS BOIS ... BOI BUMBÁ MARRONZINHO

A idéia de criar o grupo cultural Sociedade Civil Boi Marronzinho nasceu numa mesa de bar no ano de 1986, quando dez jovens conversavam sobre o resgate da cultura paraense, pois achavam que a cultura no bairro resumia-se apenas às quadrilhas que, segundo eles, estavam se tornando carnavalescas. Diante disso, resolveram organizar e formar o boi bumbá, "expressão cultural da terra", segundo Ataíde, coordenador do Boi. O nome surgiu na ocasião em que eles decidiram comprar o pano para revestir o boi: ao chegarem na loja, perceberam que o único tecido que os agradava era o da cor marrom e daí o nome "Marronzinho".

O Boi Marronzinho não tem sede própria nem espaço para as reuniões, que acontecem sempre nas casas de alguns componentes, mas isso não impede que eles levem o Boi à rua e recebam o prestígio dos moradores que participam dos arrastões de forma tão bonita. Eles ainda são convidados para participar de concursos, como o Festival de Bois promovido pela Fumbel, e de diversas outras apresentações no bairro e fora dele.

Atualmente, o grupo conta com cerca de 20 componentes ativos e 30 simpatizantes, que freqüentam esporadicamente as reuniões e o arrastão, que é uma grande caminhada de apresentação. As apresentações ocorrem sempre nos meses de maio e junho, pelas ruas do bairro.

BUMBA MEU BOI PRENDA DE SÃO JOÃO

O Bumba meu Boi Prenda de São Jorge foi criado no Bairro da Cremação, em 1985, e há 12 anos foi trazido para o Bairro da Terra Firme, sendo o único na cidade que segue a cultura maranhense. Segundo relatos, ele surgiu devido a uma promessa feita a São João, possui ouro em seu chifre, abre a boca, mostra a língua e troca de couro todos os anos. O Bumba meu Boi sai em arrastão, no dia 23 de junho, pelas ruas do bairro, comandado por dona Maria, relatou sua história por meio de uma toada:

"Desde 85 eu comecei esta festa/ desdaí o povo se manifesta também/

Ouvi falar por aí que esta brincadeira maranhense/ não é porque ela me pertence/ até hoje é considerada em Belém.

E é por isso que eu chamo/ 'levanta morena! Vê como essa fama vem!./ Se tu queres sentir amor e carinho/ aqui neste terreiro tem". (Dona Maria, criadora do Boi Prenda de São João)

"ENCANTOS DA AMAZÔNIA", PARAFOLCLÓRICO

O grupo de dança Parafolclórico Encantos da Amazônia, formado pelos alunos da escola Mário Barbosa, possui 12 pares de dançarinos e uma banda composta por seis músicos (um cantor, um flautista, dois tocadores de tambor, um de chocalho e um de coco). Os ensaios acontecem no refeitório da escola do bairro. O grupo apresenta diversas danças típicas do Pará, como siriá, xote bragantino, carimbó, lundum, entre outras, e contam com o apoio da direção da escola para o financiamento das roupas e transporte.

"LOUCO POR MIM", GRUPO TEATRAL RIBALTA

O grupo teatral Ribalta surgiu na década de 90 e foi reconhecido pelo público através do espetáculo Magnólia, que trata das dificuldades de convivência entre pessoas diferentes. Em 1999, em uma conversa de bar, nasceu o atual espetáculo: o monólogo "Louco por mim", com interpretação de Eli Chaves e direção de Otávio Freire, ambos moradores do Bairro da Terra Firme. A peça conta a história de um mendigo que sofre de transtornos mentais. Graças a uma brilhante interpretação, ela teve uma grande repercussão e já foi apresentada em vários locais, como no teatro da Estação das Docas, nos bares em Belém, nas ruas do bairro, nas universidades e, atualmente, estava em cartaz na escola de teatro "Estúdio em Ação".

GRUPO VARAL DE POESIA

Essa iniciativa conta com cerca de quinze moradores do bairro que fazem poesias e se reúnem na praça Tenente Souza para realizar seus "Saraus de poesia". Os moradores confeccionam livros artesanalmente, vendendo-os de porta em porta a um preço de R\$ 3,00 e contam apenas com a contribuição de um pequeno ponto comercial de cópias – a loja "Só Cópias" –, que atualmente divulga os encontros e o trabalho do grupo, distribuindo pequenos cartazes pelo bairro.

Um jovem apreciador do grupo reclamou da falta de apoio aos trabalhos do grupo:

"Deveria haver apoio ao pessoal do varal de poesia, mas é difícil, as pessoas não se interessam por esse tipo de arte." (Jackson Carvalho, 18 anos, estudante e integrante do Varal)

ATIVIDADES RELIGIOSAS

No Bairro da Terra Firme existem festividades religiosas promovidas por algumas religiões, entre as quais destacamos as festividades da igreja Matriz da Paróquia São Domingos de Gusmão e as do Terreiro de Umbanda Mina Nagô. As festas de São Gusmão começam em 07 de agosto, dia que antecede o aniversário do padroeiro, com duração de dez dias. Segundo o administrador da igreja, esta festa é importante por três aspectos fundamentais: o social, pois proporciona às pessoas carentes do bairro assistir shows de bandas locais e participar de uma festa organizada sem consumo de bebidas alcoólicas; o financeiro, visto que a arrecadação serve para realizar as reformas paroquiais e dar condições à catequese; e a evangelização, porque une pessoas que pouco freqüentam a igreja.

Já no terreiro de Umbanda Mina Nagô São Benedito, são realizados os festejos nos dias 11/06 – Dona Jarina (entidade do terreiro) – e 07/12 – Dia de Iemanjá, rainha das águas doces, que é comemorado em Outeiro, litoral belenense. Além das festas especiais, acontecem também as celebrações no terreiro às terças-feiras e aos sábados, das 21:00 às 23:00h, com acesso livre para todos que desejam participar ou apreciar. Tudo é organizado pela Mãe de Santo Maria Izabel, que, desde os sete anos de idade, desenvolve o dom da incorporação. O terreiro é cadastrado na Confederação Umbandista de Belém e alguns filiados da confederação pagam uma taxa para subsidiar os auxílios saúde, funerário, advogados e organização dos princi-

país eventos de umbanda.

Abram alas, queremos passar...

Para conseguir conquistas, é preciso tomar atitude. Foi o que aconteceu com alguns moradores do nosso bairro, que arregaçaram as mangas e criaram seus próprios espaços para que houvesse, na comunidade, lugares que possibilitassem o divertimento com familiares e amigos e também o resgate da cultura brasileira, em especial a paraense. Algumas pessoas não ficaram esperando pelo apoio dos governantes e, baseados na necessidade de se ter um espaço para manifestar e expressar seus talentos artísticos, foram em busca desta realização. Vejamos como esses moradores criaram diferentes áreas na defesa de seus direitos ao lazer e à cultura.

PÇA. TENENTE SOUZA

A praça Tenente Souza, construída em 1970 pela Prefeitura de Belém, tem uma área de 228,42m² e é conhecida pela maioria dos moradores como "a pracinha do Triângulo". A praça tem uma boa estrutura: é arborizada, possui bancos e mesas em bom estado e é bem iluminada. O local é freqüentado, durante o dia, pelas crianças e jovens das ruas próximas e pelos estudantes da Escola Stellina Valmont, para brincar e namorar.

Durante a noite, o espaço é também ponto de encontro dos jovens e das famílias, que se reúnem para jogar dominó e dama nas mesas da pracinha, que já têm o desenho de tabuleiro dos jogos. Lá também acontecem as apresentações do grupo Varal de Poesia.

PÇA. OLAVO BILAC

A praça Olavo Bilac pertence à Paróquia São Domingos de Gusmão, foi construída em 1960, tem uma área de 1.395m² e está localizada na frente da igreja matriz da paróquia, por isso, é chamada, pela maioria dos moradores, de praça da matriz. A praça está deteriorada, com pouca arborização e os bancos quebrados, porém, é bem iluminada. Seu espaço é utilizado por ambulantes e pela comunidade em geral. Durante a manhã, o local é ocupado pelos vendedores, sobretudo os que comercializam roupas, acessórios e muitos outros objetos usados. A ocupação da praça por ambulantes é vista, pela Igreja, como uma ajuda à população carente e, por isso, não é cobrada taxa pela utilização do espaço. No entanto, é solicitado que eles façam a limpeza e a conservação do local utilizado.

A praça é também um importante ponto de encontro da juventude do bairro. Alguns reconheceram que ela é o único espaço que os jovens de diversas "tribos" (brega hip hop, rock, grupos da paróquia) têm para se encontrar e realizar suas atividades culturais. Durante a noite, os jovens ocupam a praça para conversar, namorar, beber, tomar um sorvete. Nos arredores, existem vários bares, sorveterias, pizzarias, além de supermercados, uma locadora de vídeo, uma igreja Universal e a delegacia do bairro.

É nesta praça que estaciona o Ônibus-Biblioteca, projeto da Fumbel, que vem ao bairro todas as terças-feiras, para que as pessoas possam ler os livros no próprio local ou levá-los e devolvê-los na semana seguinte.

Acontece todos os anos, na praça da matriz, em 6 de setembro, o pré-grito dos excluídos, organizado pela pastoral da

juventude, uma prévia das manifestações do "Grito dos Excluídos", realizadas em âmbito nacional pela CNBB, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

O administrador da paróquia falou sobre a posição da igreja com relação à abertura da praça para a comunidade:

"Antigamente as pessoas utilizavam o local sem dar satisfação, o local pertence à paróquia, que poderia até fechá-lo se quisesse, mas não é esta a intenção, pois reconhecemos que a praça é o único local que as pessoas do bairro têm para se encontrar e se descontraír da forma que consideram melhor. Não negamos o espaço para ninguém que queira realizar uma atividade, contanto que ele não seja utilizado na hora das missas, nem mostrem coisas que vão de encontro com a pregação cristã". (Gil Nogueira, administrador da Paróquia)

VAMOS BRINCAR NA RUA?

A maioria das ruas do bairro transforma-se em "ruas de lazer", porque a grande parte dos espaços de lazer nas proximidades é privada. Quem não tem condições de pagar esses lugares acaba utilizando as ruas para fazer sua própria diversão.

Na época junina, são as ruas que viram terreiros. Mesmo fora dessa época, nelas são feitos bingos dançantes organizados pelos próprios moradores do bairro. As ruas também servem de praça, pois na frente de algumas casas foram colocados bancos, onde as pessoas sentam para conversar e apreciar as crianças brincando. Nas ruas também são realizadas peladas de futebol.

A maioria das ruas é de chão batido e composta por pedra e barro, uma parte é asfaltada e uma outra é de estiva (pontes de madeira sobre a água).

DIRETAMENTE DAS ARENAS E CAMPINHOS DO BRASIL

As arenas são geralmente espaços cercados e com chão de areia para que as pessoas de todas as idades possam jogar em horários previamente marcados. São áreas privadas onde quem deseja jogar deve pagar um preço que varia de R\$ 7,00 a 25,00 reais por hora, sendo, portanto, restritas a quem possui recursos.

No bairro existem várias arenas, como "Domingão", "Bombar", "Canudão" e "Bianor", que também funcionam como casas noturnas, nos finais de semana. A Bianor é a única arena privada que, em algumas situações, é cedida gratuitamente à comunidade.

Os campinhos são pequenos espaços de areia ou de chão batido, utilizados pelas pessoas que querem se divertir com amigos e não podem pagar para jogar nas arenas. Em nosso bairro existem dois espaços gratuitos: um está localizado no Centro Sócio Cultural São Domingos de Gusmão e o outro fica em frente ao terreno da Eletronorte (subestação da empresa Estatal fornecedora de energia elétrica), que teve a iniciativa de construir alguns campinhos, localizados entre o muro da empresa e a Av. Perimetral, para impedir que os jovens jogassem bola dentro da subestação, visto que lá eles corriam risco de vida.



QUIERES BAILAR COMIGO?

No Bairro da Terra Firme, existem três casas noturnas: Tapera Drink's (a mais antiga do bairro), Maranhão e o Bar Noite de Luar, mais conhecido como Bar do Dinho; além das quatro arenas esportivas já citadas que, nos finais de semana, funcionam como espaço para dança.

As casas noturnas são freqüentadas, em sua maioria, por jovens e adolescentes. A falta de segurança é a preocupação principal dessas casas, pois nelas ocorrem brigas e, às vezes, até mortes. O que mais chama a atenção das pessoas para as "sedes" são as aparelhagens, compostas por grandes mesas de controle de som e caixas amplificadoras, além da atração principal que são os DJs. As casas noturnas são espaços privados que geralmente cobram entrada.

ESPAÇO RIBALTA

O espaço Ribalta foi inaugurado com o espetáculo "Magnólia", em 30 de maio de 2002, no Bairro da Terra Firme e surgiu da necessidade de um local para realizar ensaios e apresentar espetáculos teatrais na comunidade, com o objetivo de promover oficinas de teatro para os moradores do bairro. Ely Chaves, coordenador do espaço e do grupo teatral, utilizou a frente da casa de sua mãe para a construção do espaço cênico, que funcionou por dois meses e atualmente está parado. O local não é coberto, não tem arquibancadas e está sem patrocínio. Ely Chaves busca apoio para deixar o espaço adequado para dar continuidade aos projetos do grupo.

ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BENEFICENTE CLUBE DOS PAIS

Fundada em 1985, a associação está atualmente construindo sua sede social. É uma entidade sem fins lucrativos que promove campeonatos de futebol e caminhadas para os associados. As reuniões acontecem quinzenalmente, porém o espaço é sempre aberto para os associados, sobretudo nos finais de semana. Com o objetivo de tentar manter contato com a comunidade, a associação cede seu espaço para outros grupos, como um grupo de brega que ensaia no local e um dos blocos carnavalescos do bairro – "Quem é quem" –, que faz suas reuniões no local. Os associados fazem questão de realizar comemorações nos dias dos pais e das mães, além da confraternização tradicional que acontece no 2º domingo de janeiro.

A diretoria do clube é formada por nove membros e há uma média de 180 a 200 associados. Quem deseja ser sócio deve ter idade mínima de 30 anos e passar por uma avaliação, pagando, quando for efetivado, uma mensalidade de R\$ 5,00 para manter o clube, que não tem apoio de nenhuma autoridade, mas recebe doações extras de alguns sócios beneméritos.

Nos planos da associação estão incluídas a finalização da construção da sede social e a realização de projetos para a comunidade.

"(...) realizar oficinas para tirar a molecada das ruas através do esporte. O clube é

um espaço de lazer dentro do bairro criado por nós". (Sr. Plácido, presidente do clube dos pais)

"Nós já voltamos com a nossa programação normal... Radio Cidadania"

A rádio comunitária, criada a partir do movimento da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraco), funciona há seis meses e ainda não é reconhecida nem legalizada. Seu objetivo principal é divulgar e dar espaço para a cultura regional. Alguns voluntários ajudam a rádio nas despesas com limpeza, equipamentos, energia e aluguel, pagando R\$ 1,00 por mês. A programação acontece de segunda a sexta-feira, das 18:00h às 00:00h, e domingos e feriados, das 8:00h às 13:00h, na frequência 88,7 FM, abrangendo vários bairros da cidade belenense. A rádio difunde a nossa cultura com seus vários estilos musicais, como hip hop, brega, rock, MPB e músicas regionais.

ESCOLA MÁRIO BARBOSA

O Mário Barbosa enfrenta dificuldades quanto à falta de uma boa infra-estrutura, mas a quadra de esportes está em bom estado de funcionamento. A escola tem como princípio estar aberta à comunidade nos finais de semana. Neste sentido, a quadra de esportes é liberada para que os jovens joguem futebol; há um grupo de capoeira que funciona aos sábados e o espaço da escola ainda é cedido para o movimento hip hop realizar seus encontros.

POLÍTICA CULTURAL

Durante o trabalho de pesquisa, definimos que o objetivo central seria mostrar a diversidade cultural do bairro, procurando identificar as experiências de cultura e lazer de iniciativa da própria comunidade. Os moradores criam seus espaços alternativos a partir da necessidade de se expressar culturalmente, de sentir prazer exercendo uma atividade de lazer, apesar da falta de apoio dos órgãos públicos. Porém, há uma urgência de que todos compreendam que cultura e lazer são direitos fundamentais como outros direitos humanos e que, portanto, deve haver uma política cultural estatal concreta nesse sentido.

Entrevistamos representantes da Secretaria Executiva de Cultura (Secult) e da Fundação de Cultura do Município de Belém (Fumbel). A experiência dessas entrevistas produziu algumas discussões relevantes.

Na Secult, a técnica cultural, Neuma Milhomen, afirmou que a Secretaria tem a responsabilidade de articular a cultura nos municípios do Estado e que a Fumbel seria a responsável pela política cultural nos bairros do município de Belém. A Secretaria chegaria indiretamente aos bairros, através dos espaços que administra, tais como Teatro da Paz, Estação das Docas,¹ Parque da Residência,² Biblioteca Pública Estadual "Arthur Vianna", localizada no Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (Centur), entre outros, incluindo-se museus, igrejas, galerias e cinema.

¹ É um complexo turístico que inclui restaurantes, livrarias, praça, áreas para shows, apresentações culturais e exposições artísticas e um teatro – Maria Silva Nunes. Está localizado às margens da Baía de Guajará, são galpões reformados que constituíam a antiga Companhia das Docas do Pará.

² É a antiga Casa do Governador. O espaço foi restaurado e hoje é composto por teatro, anfiteatro, restaurante, duas pracinhas, um orquidário, um coreto e o Palacete, atual sede da Secult.

Segundo Neuma, “de alguma forma a população dos bairros é beneficiada”. Porém, ela admite que “nem todos podem ter acesso a lugares como a Estação das Docas, por exemplo, que apesar de ser um espaço público é bastante caro”.

Ela também afirmou que “com o atual Governo que já passa por um processo de transição, a política cultural da Secult ganhou um novo enfoque, exigido pelas elites de Belém, mais voltado ao clássico, ao erudito, ao lírico e o eixo do governo centrou-se na restauração do patrimônio histórico e cultural e na construção de grandes obras como a estação das docas e o Estádio Olímpico do Mangueirão”.

Vale ressaltar que todos os espaços culturais administrados pela Secult estão localizados no centro da cidade. Não existe uma política efetiva por parte do governo que estimule as pessoas de comunidades localizadas na periferia a frequentarem esses espaços, usufruindo desses bens públicos e conhecendo outras formas de manifestação cultural, além daquelas produzidas pela própria comunidade.

A fim de promover as manifestações artísticas da cultura popular, a Secult realiza, desde 1996, o Projeto Paixão do Boi, como forma de valorizar a produção cultural tradicional, o Boi Bumbá, o Pássaro Junino, Cordões de Bichos, até a produção contemporânea baseada nessas tradições. Dentro do Projeto, acontece, desde 1999, o concurso de bois bumbás, com os troféus “Bruno de Menezes” e “Seu Setenta”, além dos cordões juninos, com o troféu “Albertino Bastos”.

O presidente da Fumbel, Márcio Meira, afirmou que a Fundação tem, como princípios, a descentralização da cultura e a ampliação de seu acesso, ou seja, significa deslocar no espaço físico e social os locais e atividades culturais: “*todos têm direito e devem ter acesso aos bens culturais públicos, os grandes espaços estão no centro da cidade. Atuamos numa perspectiva de cidadania e inclusão cultural; sem a universalização dos direitos fundamentais do cidadão não teremos democracia plena em nosso país*”. Segundo Meira, “*todas as atividades que a Fumbel empreende se desenvolvem a partir da necessidade de reforçar a cultura enquanto direito fundamental, pois sem política cultural não se constrói um país*”.

O presidente citou como exemplos a construção da Aldeia Cabana,³ no bairro da Pedreira, e a biblioteca pública do Município, em Icoaraci: “*muitos reclamam que a biblioteca municipal é longe, mas ela não é longe para quem mora em Icoaraci e nos bairros do seu entorno; as pessoas que moram mais no centro podem ter acesso ao Centur*”. A Fundação ainda promove grandes eventos culturais, como o concurso de quadrilhas juninas, o festival de bois bumbás, o carnaval e a Bienal Internacional de Música, que este ano aconteceu em diversos locais da cidade, com uma programação de shows de dança, música, oficinas, mesas redondas, entre outros. A Fumbel desenvolve ainda projetos em parceria com entidades como a Funpapa (Fundação Papa João XXIII), a Aldeia Criança⁴ e a Escola Circo. Há ainda o projeto do Ônibus-Biblioteca, que funciona como uma biblioteca móvel e visita os bairros onde se de-

envolve o programa de Bolsa Escola Municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quem quiser venha ver/ mas só um de cada vez...” (Mosaico de Havena)

Diante do trabalho realizado sobre os direitos à cultura e ao lazer, observamos, no contexto da comunidade, como grupos de pessoas podem criar e organizar alternativas de cultura e lazer, em virtude das suas necessidades de se manifestar e se expressar.

Com o olhar de observadores dos direitos humanos, buscamos a resposta para o questionamento inicial: *será que o que temos não é cultura?* Verificamos que temos sim uma grande diversidade cultural e que existem muitas atividades proporcionadas por iniciativas dos moradores e algumas pelo governo. São coisas que parecem pequenas, mas é a forma de diversão para muitos habitantes, como passear e namorar nas praças, brincar nas ruas, dançar e torcer nas arenas.

Cada movimento mostrou o grito de um povo que luta por justiça social e se diverte no bailar simples do arrastão dos bois bumbás. Entretanto, ainda há muito a construir como, por exemplo, o diálogo entre essas diferentes manifestações. Constatamos que os movimentos culturais do bairro, apesar de terem um objetivo comum, que é a construção de uma sociedade justa e igualitária, não se articulam em busca disso, parecem ter dificuldade em compreender as particularidades dos outros. Com isso, acabam desenvolvendo ações isoladas no bairro, o que pode prejudicar o movimento popular como um todo na comunidade.

Acreditamos que são louváveis e necessárias as iniciativas de cultura e lazer empreendidas pelos moradores da comunidade, porém há a necessidade de que todos compreendam que a cultura e o lazer são direitos fundamentais do cidadão, assim como os direitos à saúde e à educação, por exemplo. Portanto, é também essencial o desenvolvimento de uma política cultural concreta no sentido de promover estes direitos que são garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

No decorrer do nosso trabalho, surgiram, nas entrevistas com os moradores, algumas demandas específicas como: a construção de um espaço de cultura, que englobe todas as expressões culturais e de lazer do bairro; um lugar público onde crianças e adultos possam praticar esportes, se divertir com os amigos e que não seja um simples canto de rua; o reforço da segurança nos espaços existentes; além do apoio aos movimentos culturais e às iniciativas locais por parte dos órgãos públicos que promovem a cultura e o lazer.

Ratificamos as demandas dos moradores e sugerimos ainda a realização de uma política cultural que permita à comunidade conhecer outras formas de manifestações culturais, além daquelas que já fazem parte de seu dia-a-dia, e também a construção de uma biblioteca pública mais próxima à comunidade e a revitalização das bibliotecas das escolas municipais e estaduais.

³ É um espaço cultural onde são promovidas periodicamente atividades como carnaval, Bienal Internacional de Música e outros eventos e projetos sociais. Seu espaço físico é semelhante a um sambódromo, mas em dimensões menores.

⁴ Projeto desenvolvido em parceria com a Funpapa, que trabalha com 450 crianças da rede escolar através de oficinas de dança, artes plásticas, cenografia e figurino de escolas de samba. Utiliza o espaço físico da Aldeia Cabana.



Acreditamos que o apoio dos órgãos públicos que promovem a cultura e o lazer poderia se refletir através do financiamento e da divulgação, junto à comunidade, dos próprios trabalhos realizados pelos grupos locais. É preciso que esses órgãos concretizem de fato a ampliação do acesso de todos os cidadãos aos bens culturais públicos.

Muitos acreditam no mito de que a cultura só serve para esva-ziar ou ocupar a mente, descontraír, divertir. Entretanto, a cultura é

mais do que isso: é a expressão viva do modo de ser de um povo, é responsável pela formação da identidade do ser humano, podendo nos construir enquanto cidadãos capazes de transformar um país; país este onde todos possam exercer plenamente seus direitos humanos. As pessoas não são objetos maleáveis, temos desejos, sonhos, carências e, acima de tudo, temos a vontade de viver com justiça, igualdade, fraternidade e paz.

O QUE CULTUAMOS?

*“Do latim **cultura**, cultur-ae, cultivo, veneração, culto. A Rádio Margarida cultua: natureza, liberdade, justiça, beleza, paz, amor, fraternidade, unidade, sabedoria. Segundo Gramsci (1988), o conhecimento e a organização da Cultura é algo que não ocorrem somente de forma espontânea; para uma real formação econômico-social, se coloca antes de tudo a urgente seara do incentivo às potencialidades humanas; a construção de uma civilização se alicerça em valores éticos e na prática destes.*

Herdamos da colonização a resignação e subserviência ao que vem de fora; há menos-valia do nosso próprio povo, desconhecemos a história e a cultura dos povos da floresta, a história da formação deste estado e, por consequência, não sabemos dar valor ao que é nosso. Hoje, com os meios avançados de comunicação de massa, não se requer mais a ocupação territorial; mesmo à distância, recebemos informação e indução ao consumo que nada tem de compatível com a nossa realidade, com a soberania de um modo próprio de desenvolvimento dos nossos recursos naturais.

Iniciar um processo significa romper com as práticas de eventos isolados, significa unir pontos da História, elementos de memória perdidos sem esclarecimento, sem elucidações. É a oportunidade de troca de conhecimentos, ampliação dos horizontes culturais. É o voltar-se para dentro de si e descobrir-se como nação, como pessoa, agente político e cultural da própria História”.⁵

Podemos compreender a cultura como o que herdamos – valores, tradições e costumes – e como o que fazemos, produzimos e criamos. Neste sentido, vejo que os jovens de Belém, do Bairro da Terra Firme, estão absolutamente vivos, ativos, buscando, querendo e produzindo mais e mais cultura. Neste relato, os jovens estão escrevendo e exprimindo uma gama de diversidades de expressões culturais existentes no bairro. Movimentos que caminham por diversos caminhos, que vão desde as expressões do hip hop, brega, festejos juninos, boi bumbá, grupos parafolclóricos, teatro e poesia, até esporte, religião, espaços culturais, áreas de lazer, campinhos esportivos e casas de diversão noturna. A maioria das expressões culturais do bairro compreende manifestações advindas da própria população, suas formas incipientes de organização, sua resistência e luta por diversão, arte, lazer, convívio coletivo e acima de tudo sobrevivência com dignidade, em contraste com a ausência quase que absoluta das políticas públicas culturais nos seus diversos níveis.

Ao ler a pesquisa dos jovens, percebi que eles esboçaram um retrato, um olhar sobre a cultura e o lazer do Bairro da Terra Firme. Presenciei a apresentação e o relato dos mesmos e senti o quanto estes jovens estão vivos, querendo transformar a sua realidade, melhorar as suas vidas, entendendo a cultura não como uma atividade complementar para ocupar o tempo ocioso, mas sim como direito do cidadão e dever e obrigação do Estado.

Para sabermos quais são os nossos direitos, devemos nos perguntar: Quais são os nossos princípios? O que cultuamos?

Osmar Pancera

*(Professor do Curso de Serviço Social da UFPA e
Coordenador da ONG Centro Artístico
Cultural Belém Amazônia – Rádio Margarida)*

⁵ PANCERA, Osmar. *Rádio Margarida: princípio, história e método de educação popular*. Belém, EDUFPA, 2002.



BELEM DO PARÁ

VILA DA BARCA



Quem Somos?

PAULO ROBERTO COSTA DOS SANTOS

Oi, sou o Paulo Roberto e gosto que me chame de Roberto. Tenho 25 anos, sou leonino, do dia 25 de julho, tenho 1,70cm, moreno, cabelo liso e 63 kg. Sou paraense, nasci na linda Ilha do Marajó, no município de Chaves.

Minha mãe, Maria Luiza Santos, nasceu no interior de Santa Quitéria, município de Chaves na Ilha do Marajó, é doméstica. Meu pai, Almir Santos, nasceu no Arapixi, também no município de Chaves, na Ilha do Marajó, a maior ilha fluvial do Brasil.

Meu pai conheceu minha mãe quando ela tinha 15 anos. Depois de dois anos, eles se casaram e tiveram onze filhos e ainda criaram uma criança, que chegou em nossa casa com apenas um ano de idade. O pai dela a deixou conosco para ficar apenas três dias fora, mas ficou por muito mais tempo e quando ele veio buscá-la para colocá-la em um orfanato, ela chorou muito porque já estava acostumada com a nossa família. Então, minha mãe pediu ao juiz a guarda dela e conseguiu. Hoje ela está com dezenove anos e já está casada.

Hoje, meus irmãos já estão quase todos casados. A maioria mora em Belém, apenas uma irmã mora em Santa Catarina e um irmão já faleceu, fez um ano no dia 14 de junho. Quem mora em casa é minha mãe, duas irmãs, um sobrinho e eu. Os casados, graças a Deus, têm suas casas próprias.

Quando criança, eu tive uma grande tristeza em minha vida: meu pai faleceu quando eu tinha apenas 12 anos e dependia muito dele. Minha mãe teve uma convivência com meu pai de 33 anos e, desde o seu falecimento, ela fez os dois papéis, o de pai e o de mãe, e, com a ajuda de Deus, ela nos criou com muito amor e carinho.

Na minha infância eu era muito travesso, corria no campo, nadava no igarapé, perto de minha casa, pegava frutas nas árvores etc. Só que um dia, eu tive que vir para Belém, porque eu tinha oito anos de idade e precisava estudar. No interior, não havia escolas suficientes e as que havia ficavam muito longe de casa. Meus pais, então, decidiram vir morar em Belém e, desde que vim para cá, nunca mais voltei ao Marajó, apesar de ainda ter parentes que moram lá.

Vim para Belém e me acostumei logo. Minhas travessuras continuavam, porque sempre fui uma criança danada. Mesmo sendo uma criança que não vivia muito na rua, porque meus pais não deixavam, eu tinha meu tempo de brincar. Fiz várias amizades, só que já eram brincadeiras diferentes. Em vez de correr no campo ou nadar no igarapé, eu já brincava de bola, peteca, pipa e outras brincadeiras.

Como vim para Belém aos oito anos, meus estudos começaram com um ano de atraso, mas eu já sabia ler. Aqui em Belém, estudei em várias escolas. Hoje, já concluí meus estudos, só que ainda não consegui entrar na Universidade, mas um dia, com meu esforço e a ajuda de Deus, eu vou conseguir. Tentei o vestibular

duas vezes, uma para Administração e a outra para Geografia, ambos na UFPA, mas só passei na primeira fase.

Já fiz cursos de informática, de decoração com balões e flores. Gosto de fazer doces, sobremesas, me divertir, ir a festas com meus amigos, passear, jogar futebol de areia, ler e ouvir música, principalmente MPB. Gosto da vida, porque ela me ensinou muitas coisas.

Certo dia, meu irmão chegou em casa me perguntando se eu queria trabalhar, porque o patrão dele (ele trabalhava numa gráfica), precisava de um rapaz para fazer limpeza na casa dele. Eu aceitei e trabalhei com eles de março de 96 a outubro de 99. Meus patrões eram pessoas super legais, mas um dia, eles tiveram que ir morar em São Paulo e venderam a casa. Antes de ir embora, ele falou sobre mim para as pessoas que compraram a casa, me apresentou como uma pessoa de responsabilidade e de confiança e os novos donos me contrataram.

A dona da casa gostava muito de mim, porque graças a Deus, aonde chego eu sei fazer amizades. Eu me sentia bem onde eu trabalhava, só que o tempo foi passando e eu enjoei desse tipo de trabalho. Comecei a querer coisa melhor e entreguei meu lugar. As pessoas que trabalhavam comigo e os meus ex-patrões não queriam que eu saísse, mas depois que eu expliquei, eles me entenderam e me deram muito apoio (trabalhei nesta casa de outubro de 99 a dezembro de 2001).

Apesar de tudo que já sei fazer, ainda tenho um sonho a realizar que é entrar na universidade no curso de Geografia, pois gosto muito de saber sobre os povos, os países, suas capitais, culturas, seu desenvolvimento etc. Hoje, atuo na minha comunidade em duas entidades: o Grupo Arco-Iris e o Núcleo de Defesa. O Grupo Arco-Iris trabalha em defesa dos homossexuais, contra a discriminação e o preconceito. O grupo também trabalha com idosos, oferecendo médicos e fisioterapeutas, além dos momentos espirituais que realizamos com eles. Com os jovens e adolescentes trabalhamos com palestras, trazendo pessoas para falar sobre DST, gangues e outros perigos da vida. Já o Núcleo de Defesa trabalha em defesa da criança e do adolescente, alertando sobre os perigos da vida e conscientizando-os sobre seus direitos como cidadão, o que é muito importante, pois, aqui na minha comunidade, os adolescentes são maus vistos pelos polícias.

Em relação ao meu bairro, eu gosto muito dele, mesmo porque é o único bairro em Belém que morei. Nele tem igrejas evangélicas, católicas, tem supermercados, colégios de ensino fundamental e médio, magistério, escola técnica e universidade, além de correios e outras coisas boas. Mas também há coisas ruins que eu não gosto de ver como a falta de segurança, o saneamento precário, muitas crianças fora da escola e poucos postos de saúde.



CYNTIA ALEXSANDRA

Olá, sou Cyntia Alexsandra Gomes do Nascimento, tenho 19 anos e nasci no dia 10/07/82, em Recife. Tenho 1,66m, sou morena, cabelo enrolado, 63 kg e do signo Câncer. Meus pais e meus irmãos também nasceram em Recife.

Meu pai, Luis Carlos do Nascimento, trabalhava lá com várias coisas, principalmente com vasos, pias, tanque, fossas etc... Minha mãe, Zenaide Gomes do Nascimento, trabalhava em casa de família. Ambos estudaram até a 4ª série, porque tinham que ajudar sua família no sustento de casa. Nós na casa de meu avô, não tínhamos uma situação financeira boa, mas éramos muito felizes.

Meu pai tinha um amigo que veio morar em Belém que, depois de um certo tempo, o convidou para ser seu sócio (artesano). Ao chegarmos em Belém, fomos morar na casa desse amigo de meu pai. Minha mãe não gostou muito da idéia, mas não tínhamos onde ficar. Depois de mais ou menos uns 6 meses, meus pais conseguiram um terreno. Não passamos muito tempo lá, porque o terreno não era nosso. Logo após, meus pais conseguiram outro terreno onde nós moramos por uns dois anos. Meus pais, então, venderam o terreno e compraram uma pequena casa de madeira, com cinco cômodos, na Vila da Barca.

Minha infância foi maravilhosa, fiz várias amizades, brinquei muito com minha irmã, Michele, jogamos vôlei, futebol, tacobol, peteca etc. Éramos tão unidas que meu irmão, Washington, tinha ciúme de nós.

Freqüentei algumas escolas. A primeira foi o colégio Maroja Neto, onde fiz a 1ª, 2ª e 3ª séries. A 4ª, estudei na escola Vera Simplicio, em outro bairro, e, a partir da 5ª série, passei a estudar na escola Augusto Montenegro, onde, atualmente, curso o 2º ano do ensino médio.

Ao entrar na adolescência, tive dois momentos muito tristes em minha vida, que foram as mortes de dois irmãos: o mais velho, Alexandre, e a caçula, Michele. A caçula veio a falecer devido a uma doença que lhe fez perder todo o cabelo, emagrecer, além de aparecer feridas e manchas em todo o seu corpinho. Até hoje não descobrimos que doença era e muitas pessoas chegaram a dizer que era macumba. Quando a internamos no Hospital, ela não foi bem recebida e, na minha opinião, ela morreu por falta de atendimento, de competência e de responsabilidade. Na época, ela tinha apenas 12 anos de idade e sofreu muito antes de morrer, ao ponto de me perguntar o que tinha feito de mal para sofrer tanto.

Dois anos depois da morte de minha irmã, morreu meu outro irmão, chamado Alexandre, assassinado com seis tiros por um bandido que diziam que era amigo dele. Antes de ser morto, ele foi roubado e foi encontrado nu no município de Abaetetuba, no interior do Pará. As pessoas diziam que o assassino o matou por um acerto de conta entre os dois. Deixou três filhos ainda crianças, a mais velha, Alessandra, com seis anos de idade, Alex, com três, e Alessandro, com 1 ano. Foi um momento que marcou muito minha vida.

Com a morte dos meus irmãos, meu pai, que já bebia, começou a beber mais ainda e, então, começaram as brigas entre meus pais. Minha família foi ficando desunida e iniciou-se um momento muito difícil que dura até hoje. Meus pais não param de brigar e meu pai ainda continua bebendo. O que mais dói em mim é que meus pais não têm vontade de viver. Eles já sofreram muito na vida, principalmente em sua infância. Minha mãe começou a trabalhar com 12 anos, em casa de família, e meu pai ajudava meu avô a quebrar pedra para poder ajudar no sustento da família.

Meu irmão Washington, ajuda minha mãe na feira, tem 21 anos e um filho de 3 meses. No momento, meu pai não está trabalhando.

Minha adolescência não foi muito boa, aconteceu muita coisa triste em minha vida. Mas, apesar de isso, eu tenho um grande sonho: entrar na Marinha do Brasil e tenho certeza que conseguirei. Nas minhas horas vagas, gosto de escutar música romântica.

Comecei a participar da comunidade logo depois de concluir a Crisma, quando eu e as pessoas do grupo fomos convidadas pelo CEDECA-EMAÚS a formar um grupo de jovens na Vila da Barca, que se chama Núcleo de Defesa da Vila da Barca. O grupo começou com 10 pessoas e o objetivo era desenvolver um trabalho social para estimular os jovens a se integrar na comunidade e conhecer os seus direitos e deveres como cidadão. Hoje, este grupo já possui 42 jovens.

Fui por meio deste grupo que fui selecionada para entrar no projeto Observatório dos Direitos Humanos, com mais 4 jovens, para fazermos um trabalho de pesquisa, observação e divulgação dos direitos humanos em nossa comunidade que é muito carente e discriminada pela sociedade em geral que não entende a nossa situação. Através deste projeto, queremos reivindicar os nossos direitos que são desrespeitados pelas autoridades.

ALAN JÔFRE GONÇALVES

Oi, tudo bem? Meu nome é Alan Jôfre Tenório Gonçalves, tenho 21 anos, nasci no dia 15 de Agosto de 1980, na cidade de Belém. Sou do signo de Leão, regido pelo Sol. Tenho 1,73m, 65kg, sou moreno claro, olhos castanhos escuros e tenho cabelo curto. Moro na Vila da Barca há 13 anos, na passagem praiana nº 21, no bairro do Telégrafo. Terminei meu 2º grau em 1999, na Escola Professor Nelson Ribeiro e estudei em outras três escolas diferentes.

Minha mãe, Regina Tenório Gonçalves, 57 anos, nasceu em Rio Pindobau no município de Igarapé Mirim no interior do Pará, e meu pai, Antenor Pereira Ferreira, 53 anos, nasceu em Cachoeira do Arari, na Ilha do Marajó. Eles são separados e fui criado desde pequeno por minha mãe. Eu desconheço muitas coisas sobre meu pai e sua família, pois a gente se fala raramente, já que não vou até ele e ele não vem até a mim. Mas também, não faço muita questão, pois nunca tive pai mesmo,

só minha mãe que teve de fazer os dois papéis.

Ela nem sequer completou o ensino fundamental, parou de estudar na 5ª série e é doméstica. Já trabalhou em casa de família, sempre lavou e passou roupa para fora. Já meu pai chegou a fazer a 1ª série do ensino médio, mas teve que parar para trabalhar com meu avô, roçando quintais, ajudando em construção de casas e a soldar.

Em minha infância, lembro-me que brinquei bastante. Peguei muito camarão na lama para almoçar, pegava ferro das embarcações para vender, pois os moradores da Vila da Barca moram em palafitas e vivem da pesca do camarão, da venda do ferro etc. Também me lembro que aprendi a nadar atrás de casa, passando de um pau para o outro quando a maré enchia.

Já minha adolescência foi mais marcante, brinquei com um pouco de tudo: peteca, tacobol, pira se esconde, cai no poço, aboleta, macaca, pula corda, vôlei, futebol, queimada, bandeirinha, dominó, baralho e outros. Posso dizer que minha adolescência foi um dos momentos mais importantes da minha vida, pois comecei a mudar o meu modo de pensar, a minha visão em relação às coisas, aprendi a conversar com as pessoas, a conhecer uma nova realidade, ou seja, uma outra dimensão de vida.

Eu tenho alguns problemas. Sou do tipo que me irrita muito facilmente com as pessoas e com as coisas, sou muito explosivo, curto e grosso e esse meu jeito de ser, faz com que, às vezes, eu magoe as pessoas sem querer.

Em minha comunidade, sou muito conhecido e adorado por muitas pessoas. Nela participo do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente, um grupo de jovens que desenvolve um importante trabalho social. Fui convidado por uma amiga minha, chamada Cyntia, a participar e entrei em novembro de 2001. Está sendo maravilhoso. Também participo do Arco-Íris, um grupo de homossexuais, formado em novembro de 2001 com o objetivo de buscar o respeito, dignidade, a integração do homossexual nas atividades comunitárias. Esse grupo, formou um time de futebol e, por meio dessa atividade esportiva, divulgamos os nossos trabalhos.

O Arco-Íris também desenvolve um trabalho social com um grupo de idosos na Associação dos Moradores da Vila da Barca: fazemos leitura de poesias, relaxamento corporal e medimos a pressão de cada, graças ao apoio da Unidade de Saúde. Também trabalhamos com apoio de terapeutas e um psicoterapeuta, fazemos corte de cabelo, pintura, manicure e pedicure, dançamos carimbó, quadrilha e outras coisas.

Particpei também da Escola Comunitária de Informática da Vila da Barca, na qual fui um dos educadores. Foi uma experiência nova em minha vida, mas significativa e importante, pois tive oportunidade de passar um pouco do meu conhecimento

para outras pessoas. Com tudo isso que aconteceu em minha vida, eu aprendi que é muito gratificante dividir o seu saber com pessoas que têm vontade de aprender, mas que, muitas vezes, não têm a oportunidade de conhecer.

Eu sou uma pessoa caseira, adoro ouvir músicas, principalmente as internacionais, tais como as bandas *Tears For Fears*, *Simply Red*, *The Cranberries*, *A-Há*, *The Corrs*. Das nacionais, eu gosto de MPB, mas somente do Djavan, Caetano Veloso, Adriana Calcanhoto, Roberto Carlos e Nilson Chaves.

Nos finais de semana, gosto de ir até a praça Ver-o-Rio, que fica perto de minha casa, com alguns amigos do Núcleo de Defesa, com um primo meu, chamado Reyvisson, e também com jovens da Paróquia São Raimundo Nonato. São tantos amigos que as pessoas dizem para eu me candidatar, pois eu conheço Deus e o mundo. Também adoro ir ao cinema, ao planetário e à Igreja Quadrangular.

No meu bairro, adoro a Fundação Curro Velho, local que oferece cursos para as pessoas de minha comunidade e de outras. Já fiz vários cursos lá, como serigrafia, fotografia, desenho, teatro, danças folclóricas, traçado em palha e outros. Há também uma delegacia, um Conselho Tutelar, bancos, Correios.

Tenho uma vontade enorme de vencer na vida, mas sei que para vencer passarei por muitas dificuldades, terei que competir, lutar, me esforçar e conquistar, mas é preciso que se vença sem precisar passar por cima dos outros. Tudo que eu quero é apenas ter uma estabilidade, uma vida melhor, para poder oferecer um conforto para minha mãe. Tenho um grande sonho que é conhecer três países que admiro muito: Inglaterra, Irlanda e Índia. Sou louco para conhecer também os vocalistas das bandas *Tears For Fears*, Roland Orzabal, *Simply Red*, Mick Hucknall, e *The Cranberries*, Dolores O'riordan. Espero poder fazer o meu sonho se tornar realidade, pois quem acredita sempre alcança.

Minha expectativa após esse projeto é aproveitar o máximo possível essa oportunidade de conhecer melhor a minha comunidade e os meus direitos e transmitir esse conhecimento para outras pessoas. Estou aprendendo, a cada dia que passa, a ser um cidadão melhor. Aprendi a conviver com personalidades diferentes e que temos que partilhar oportunidades de igualdade.

Minha perspectiva para o futuro é conquistar o meu espaço pessoal e social, entrar na Universidade, me formar (talvez em Inglês), crescer profissionalmente e dar uma vida melhor para a mulher que muitas vezes me segurou nos braços, que até hoje se preocupa e se importa comigo, que me apóia, me ajuda nas horas certas e incertas: a minha querida mãe que Deus me deu, pois é minha obrigação retribuir por tudo que ela já fez por mim.

ALEX SANDRO GOMES FRANCO

Olá! Eu me chamo ALEX SANDRO GOMES FRANCO, tenho 20 anos, nasci em 17/04/82 no Rio Goiabatuba, interior do município de Igarapé-miri, no Pará. Tenho três irmãos, Armstrong, 17 anos, e os gêmeos Benedito e Benedita. Meus pais são Manuel Aleixo de Almeida Franco, nascido também no

Rio Goiabatuba, e Maria do Pilar Gomes Franco, nascida na Costa do Marapatá.

Meu pai cursou até a 4ª série do 1º grau, sendo que meu vovô paterno, Teodoro Franco, era o único professor que existia na cidade onde moravam. Já mamãe é analfabeta. Meu pai é



marítimo, ele viaja para o interior, de onde trás tijolos, madeira, farinha e outros materiais que são encomendados, e mamãe, dona-de-casa.

Morei os dois primeiros anos de minha vida no lugar onde nasci e consegui acumular várias travessuras. Uma delas foi o meu desaparecimento na casa de um vizinho que eu, minha tia Olga e a vovó materna, Mariana Franco, fomos visitar. A titia me deixou com a vovó e, em um descuido dela, fui à capela que existia no quintal da casa e, sem querer, fechei a porta. Todos começaram a procurar por mim e estavam preocupados, especialmente, porque a casa ficava na beira do rio. Depois de um bom tempo, a titia passou desesperada em frente à capela e escutou uma cantoria. Ela entrou e, como era tempo de festividade de Nossa Senhora das Graças, eu estava envolvido nas rosas havia ali.

A primeira da família a vir para a Vila da Barca, em Belém, foi a tia Olga para cuidar do meu primo, o Ney. Como eu era muito agarrado com ela, depois de sua mudança, eu não queria comer e nem beber nada. Depois de um mês, mamãe pediu para o papai me trazer para Belém para visitá-la, acabei ficando e, pouco tempo depois, após o nascimento dos gêmeos, meus pais também vieram. Eu tinha três anos na época.

Com a vinda para a Vila da Barca, iniciou a minha vida escolar. Com quatro anos comecei no Jardim de Infância. No meu primeiro dia de aula, não quis ficar na escola. Então, a tia Maroca me trouxe de volta para casa e me pediu para lavar as louças, até que meu primo voltasse da aula. No outro dia, quando me perguntaram se queria ir a escola, eu rapidamente disse que sim.

Já no ensino fundamental, fui para o Instituto São Vicente de Paulo, onde cursei da 1ª à 4ª série. Depois, fui para a Escola de Ensino Fundamental Santo Afonso, onde cursei da 5ª à 8ª série, e, finalmente, no ensino médio, a Escola Técnica Estadual do Pará (ETEPA), onde concluí o 2º grau no curso de Eletrônica. Tentei o vestibular da UFPA-2002 no curso de Engenharia Elétrica, mas não obtive êxito.

Por morarmos em uma casa de madeira nas estivas, minha família se preocupava muito com o perigo de, durante uma brincadeira, eu cair na maré, algo que, inclusive, já tinha sido ocorrido com outras famílias da vila e, por isso, eu não brincava muito fora de casa. Dentro, adorava jogar bola: a brincadeira era afastar to-

dos os móveis da sala e usar a mesa como trave. Além disso, o irmão da vovó Mariana, o tio Napoleão, vinha nos buscar todos os domingos para jogar bola num terreno que se usava como um campinho que ficava perto da casa dele. O resultado dessas brincadeira é que, no ano de 2000, eu e meus amigos formamos um time de futebol de salão conhecido como "Pavilhão 9", do qual sou goleiro, apesar dos meus 1,60m de altura.

Em minha casa moram 14 pessoas distribuídas em uma sala, duas cozinhas, uma área de serviço e três quartos, cada um atribuído a uma família. Todas as famílias que moram na casa ajudam na renda que é de aproximadamente seis salários mínimos. A tia Olga trabalha como doméstica, a tia Maroca, como enfermeira em dois hospitais, a tia Socorro tem três filhos e seu marido trabalha como segurança em uma empresa de navegação e meu pai é marítimo, como disse anteriormente.

Devido aos problemas financeiros da família, eu só tive a oportunidade de ir a uma festa de aniversário aos 16 anos. Por isso, não gosto de frequentar festas fora de datas comemorativas, mas, sempre que vou a uma, tento me divertir o máximo possível com meus amigos e meus familiares.

O início do meu envolvimento na comunidade foi durante a Crisma, em 1999. Logo que terminei, o CEDECA-EMAÚS (Centro de Defesa da Criança e Adolescente ligado ao Movimento de EMAÚS) iniciou uma aproximação com os jovens da comunidade, montando o Núcleo de Defesa da Criança e Adolescente da Vila da Barca, do qual sou um dos secretários. Com esse grupo, consegui uma formação excelente e, em 2001, recebi um convite a participar da coordenação da AMVB (Associação dos Moradores da Vila da Barca), do qual hoje faço parte com o cargo de suplente de Educação, além de outras atividades. Estou fazendo um curso de Política Sócio-Ambiental, com duração de três meses, na UNIPOP (Universidade Popular), no qual procuro entender melhor as funções e a atuação de um líder comunitário e me melhorar um cidadão melhor.

Tenho muitos sonhos, como passar no vestibular para o curso de Engenharia Elétrica, conseguir um trabalho, no qual eu receba o suficiente para ajudar a minha família, além de cursar culinária. Em prol da comunidade, gostaria que a discriminação que ela sofre diminuisse, para que seus moradores possam ser cidadãos e terem seus direitos humanos respeitados.

ERANILDE NOGUEIRA DE FARIAS

Olá! Eu me chamo Eranilde Nogueira de Farias, mas gosto que me chamem de "Nilde". Tenho 22 anos, sou do signo de câncer e nasci no dia 25 de junho de 1980, em Belém do Pará. Nasci pelas mãos de uma parteira, chamada Sofia, na Passagem Padre Julião nº 28, Vila da Barca, onde moro até hoje. Tenho 1,55m de altura, cabelos e olhos castanho claro e estou cursando o ensino médio na escola Augusto Montenegro que fica próxima de casa.

Minha mãe se chama Francisca Nogueira Farias, tem 60 anos, nasceu no interior do Estado, em Cacual, na cidade de Cameté. É analfabeta e sua profissão é doméstica. Meu pai se chama Manoel Bruno de Farias, tem 58 anos, e nasceu em

Cuxipiari, também em Cameté. Cursou a 3ª série do ensino fundamental e é marítimo.

Meus pais vieram para Belém ainda jovens, ele com 18 anos e ela com 19 anos, para trabalhar, pois no interior não tinha emprego e eles precisavam ajudar suas famílias. Meus pais se conheceram aqui mesmo em Belém, namoraram um ano e, então, minha mãe engravidou. Juntaram-se e foram morar em várias casas de familiares na Vila da Barca.

Meu pai comprou uma casa bem velhinha na passagem Padre Julião onde moramos há 30 anos. Após três anos trabalhando muito, juntaram dinheiro e reformaram a casa onde

nasceram mais seis filhos. Depois de terem seus sete filhos, resolveram se casar e são casados há 15 anos. Tenho seis irmãos, cinco homens e uma mulher. Quatro trabalham, mas só minha irmã ajuda em casa. Em minha casa moram quinze pessoas, meus pais, irmãos, sobrinhos, cunhadas, todos sustentadas por meu pai.

Pouco tempo depois de nascer, aos seis meses, tive sarampo. Quando já estava melhorando, meu irmão me levou para a rua, peguei uma chuva e a doença piorou. Fui imediatamente para um hospital, no qual fiquei internada durante cinco meses. Minha mãe não saía do meu lado, pois tinha medo que eu morresse. Um certo dia, comecei a ficar roxa. Minha mãe, então, chamou uma enfermeira que disse que eu estava morrendo e que não havia mais nada que pudesse ser feito. Foi quando uma médica, que acabava de chegar ao hospital, vendo minha mãe desesperada, se dispôs a cuidar de mim e disse que eu não iria morrer. Venci e vivi, e hoje estou aqui muito grata a ela e a Deus.

Fui crescendo e quando criança brincava muito de boneca, pira pega, bambolé, roda etc. Era bastante feliz. Na minha adolescência, não fiz muita coisa, porque meus pais me prendiam muito. Eles não queriam que acontecesse comigo o que aconteceu com minha irmã, que, aos 14 anos, fugiu de casa, engravidou e teve duas filhas, que ela deu para meu pai criar. Por causa disso, não tive muita liberdade.

Não tenho uma boa relação familiar. Brigamos muito, talvez, porque eu questione muito, talvez, pelos conhecimentos que tenho e que eles, como adultos, não têm, e por isso que eles me tratam assim. Por essas coisas, eu poderia muito bem me jogar na vida, sair de casa para me prostituir, usar drogas etc. No entanto, eu penso em mim e não faço nada disso. Ao contrário, faço tudo para agradá-los, mas parece que nunca consigo. A satisfação deles vem só dos filhos homens.

Já trabalhei em uma loja e não gostei. Exigiam muito de mim, pagavam pouco e, além disso, não queriam que eu estudassem. Abandonei o emprego e, logo depois, fiz uma inscrição para um curso de secretariado e recepção na UNIPOP (instituto universidade popular). Foi uma experiência muito boa, pois aprendi várias coisas, conquistei muitos amigos e participei de uma peça teatral, da qual gostei muito.

Gosto muito de dançar, cantar e participar de movimentos. Eu canto em uma capela de Nossa Senhora dos Navegantes, na qual também trabalho com liturgia e leitura. Atuo há três anos na capela e todos que a freqüentam gostam muito de mim, tanto que, quando não vou, eles vêm até mim. Sou também líder comunitária há um ano em um centro chamado Nossa Senhora Perpetuo Socorro, na Vila da Barca, no qual exerço a função de diretora social.

Minha perspectiva é um dia trabalhar como secretaria ou recepcionista, mas gostaria mesmo de ser assistente social. Gosto muito de sinceridade e respeito e detesto a falsidade. Amo muito meus pais, meus irmãos, meus sobrinhos e, principalmente, a minha vida. Nos meus tempos livres, gosto de cantar, escutar músicas românticas e pagodes, ir ao museu, praças e casas de shows. Além disso, uma das coisas que mais me deixou feliz ultimamente foi a construção da minha casa que está bem bonita: é de madeira e tem dois andares. Agora, já tenho meu quarto.

Hoje, estou participando deste projeto e, por meio dele, vou aprofundar os meus conhecimentos e passar a conhecer melhor meu bairro e seus problemas para, com isso, tentar achar soluções que possam amenizar certas coisas que aqui acontecem.

Meu grande sonho é ser feliz, construir uma família, trabalhar e ver a minha comunidade vivendo todos os seus direitos de cidadãos.

Onde Estamos?

A Vila da Barca é uma área de ocupação na Baía do Guajará, dominada pelo mercado de transporte fluvial. Surgiu há mais de cinquenta anos, segundo os moradores mais antigos. A origem de seu nome tem várias versões. Uma delas diz que o nome vem de uma embarcação portuguesa que encalhou à margem da Baía do Guajará, devido a um curto-circuito na sala de máquinas. Outra, que esta embarcação era ilegal, foi apreendida pela Capitania dos Portos e que um dos seus tripulantes causou o incêndio. Há ainda quem afirme que embarcação era italiana e que, após o incêndio, os moradores ficaram com os restos de madeiras, com os quais construíram suas casas. A verdade é que a carcaça desta embarcação virou ponto de referência para os agricultores que vinham do interior para comercializar seus produtos, principalmente dos municípios de Cametá, Igarapé Miri e Abaetetuba. Quando se perguntava onde deixar as mercadorias, os moradores diziam: “na Vila da Barca Encalhada”.

As primeiras residências começaram a aparecer no local depois que estes agricultores passaram a dormir na área para garantir o concorrido espaço de venda de seus produtos. Próximo à atual avenida Pedro Álvares Cabral ficava uma linha de trem, lugar ideal para a venda de frutas e hortaliças. Assim, os interioranos começaram a montar barracas e deixaram de voltar para seus municípios.



A Vila está localizada na periferia da cidade Belém, no bairro do Telégrafo, e tem uma área de 2.317 km². Somente a área de estivas da vila compreende 50.100m², tendo suas palafitas altura entre 0,5 e 5 metros. Segundo levantamento da PMB (Prefeitura Municipal de Belém), em 1999, moravam nas estivas aproximadamente 3.000 moradores, 48% do sexo feminino e 52% do sexo masculino, em cerca de 600 domicílios. A Vila da Barca faz fronteira com o bairro do Barreiro, e seus limites são a Travessa Djalma Dutra e a Passagem Padre Julião.

As ruas da Vila são constituídas de estivas e terra firme. As de estivas são a passagem Cametá, a passagem Praiana, a Padre Julião e parte da Tv. Coronel Luís Bentes. Estas estivas são bastante precárias, principalmente quanto à iluminação, pois, dos cinco postes de iluminação pública existentes, apenas dois funcionam. Isso faz com que esses lugares se tornem perigosos para a população, propiciando assaltos, acidentes etc. Também, devido às ligações clandestinas, há muitos fios elétricos ao alcance dos moradores.

Já as ruas na terra firme são a Professor Nelson Ribeiro (antiga rua Belém), a Passagem Americana, a Tv. Djalma Dutra, a Tv. Magno de Araújo, a Passagem Branca Lobato, a Passagem Republicana, a Passagem Santa Rosa, a Vila D. Luís, parte da Tv. Coronel Luís Bentes, da Praiana, Padre Julião e termina com a Avenida Pedro Álvares Cabral. Nestas ruas, a iluminação é melhor, mas elas não são asfaltadas, há muitos buracos e poças d'água.

Para se chegar à comunidade da Vila da Barca, os seguintes pontos de referência são a Fundação Curro Velho, na Djalma Dutra, a Unidade Municipal de Saúde, na Tv. Coronel Luís Bentes, a Loja de Rolamentos, na passagem Republicana, e a panificadora Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na passagem Padre Julião.

Nas estivas, há uma predominância de casas de madeira, a maioria delas em situação bem precária. No geral, possuem apenas três cômodos, sala, quarto e cozinha, onde moram, em média, sete pessoas. As pontes que estão no início da área de estivas estão melhores que as das áreas de invasão na Vila, pois foram trocadas recentemente. Já as pontes da área de invasão são desordenadas, com tábuas soltas de madeira velha. Essas pontes são as que oferecem mais riscos à população, principalmente para as crianças. Nessa parte da Vila, não há esgoto sanitário e os dejetos caem diretamente na maré.

Na área de terra firme, a maioria das moradias é de alvenaria, mas também podemos encontrar casas de madeira, algumas em boas condições. Essas casas são um pouco maiores que as da área de estivas.

No que se refere à infra-estrutura urbana, a nossa comunidade conta com água encanada e energia elétrica, mas falta drenagem de águas pluviais e esgoto sanitário, arruamento e pavimentação.

A atividade econômica principal na nossa comunidade é o comércio. O comércio na Vila é constituído, principalmente, de pequenas tabernas que vendem frutas, farinha, feijão, enlatados e outros produtos para a sobrevivência dos moradores, como o açaí e o pescado, que alimentam as famílias e ainda proporcionam algum dinheiro. Temos também alguns bares. A mão-de-obra está quase toda na informalidade, havendo poucos trabalhadores com carteiras assinadas. A maioria trabalha como autônomos: pedreiros, carpinteiros, encanadores e outros. Devido ao desemprego, crianças e idosos ajudam na renda familiar vendendo balas, pastel ou ajudando os pais na pesca ou na cozinha, fazendo marmitta, entre outras coisas.

Muitos moradores acreditam que o desemprego na região está associado à discriminação que existe em relação à Vila da Barca. Durante muito tempo, a Vila carregou (ainda carrega) a fama de comunidade violenta. Isso, de certa forma, revolta os moradores, pois na comunidade não existem apenas marginais, ao contrário, há muita gente honesta, trabalhadora, doutores, professores, universitários. Na verdade, na história da Vila o que se percebe é que a comunidade foi mais vítima da violência e da violação de direitos do que provocadora dessa violência. Como bem diz a enfermeira Socorro de Souza: *"Ainda somos discriminados por morarmos na Vila da Barca. Nas empresas, quando se descobre que moramos na Vila da Barca, logo somos dispensados. Muitos nem conseguem emprego por causa disso"*.

No que se refere aos serviços públicos, nossa comunidade dispõe de coleta de lixo, que é feita diariamente tanto nas estivas quanto nas ruas de terra firme. Possui a Unidade Municipal de Saúde da Vila da Barca, que atende não só à nossa comunidade como também a outros bairros. Na UMS, existe o Programa "Família Saudável", que faz atendimento domiciliar diariamente, também há atendimento ginecológico, odontológico, clínico geral, pediatria, nutricionista, enfermeiro, emergência e uma farmácia com poucos medicamentos. O atendimento na UMS é considerado bastante satisfatório, porém, faltam medicamentos.

Na área da educação, temos acesso a várias escolas. Próximo à nossa comunidade (cerca de 15 minutos a pé), existem escolas de ensino fundamental e médio como a Santo Afonso, a Augusto

Montenegro, a Professor José Alves Maia e a Nelson Ribeiro. Também há a escola Técnica Estadual do Pará (ETEPA), de ensino profissionalizante, e a escola de magistério Vera Símplicio. Há ainda um pólo da Universidade Estadual do Pará (UEPA). Por isso, segundo, a doméstica Maria de Nazaré Pereira, 62 anos, *“Só não vai para escola quem não quer. Temos escolas pertinho e com vagas”*.

A maioria dos moradores considera o ensino bom. O problema está na educação infantil, pois faltam creches. O estudante Thiago Pereira, 16 anos, considera isso muito preocupante: *“existia uma única creche municipal na Vila, mas foi fechada pela prefeitura há cerca de três anos”*. Temos ainda o projeto Movimento Alfabetização de Adultos (MOVA), da prefeitura, que funciona no Centro Comunitário e na Pastoral da Criança. Esse projeto foi implantado na Vila devido ao grande número de analfabetos, de todas as idades, que existia aqui.

Somos bem servidos no quesito transporte público, pois todas as linhas que passam na Vila (quinze linhas) dão acesso rápido ao centro da cidade. Outros meios de transportes utilizados pela população são bicicletas, barcos e as canoas.

Quanto à segurança pública, a cinco minutos da Vila está a Delegacia do Telégrafo. O problema é que essa delegacia não tem viaturas suficientes (somente duas) para atender o bairro. Outro problema bastante citado por todos os moradores da Vila é a violência policial. Muitos revelam que as arbitrariedades dos policiais já marcaram a vida de muitas pessoas da Vila, como conta a enfermeira Maria do Socorro Lobato de Souza, 38 anos: *“Há cinco anos, durante uma briga entre colegas, meu sobrinho foi baleado e, na confusão, atingiram um policial. Enquanto meu sobrinho era atendido no Pronto Socorro, vários policiais o procuravam na Vila acreditando ser ele o autor do disparo contra o policial. Eles invadiram nossa casa, botando a porta abaixo, bateram em meus familiares e levaram dois deles presos, inclusive minha cunhada. Foi uma coisa horrível que marcou muito nossas vidas”*.

Outra moradora que lembra dos horrores da violência policial é doméstica Luzia Moreno, 59 anos. Ela conta que a polícia já matou muitas pessoas na Vila: *“Quando os policiais chegavam aqui não queriam saber de nada, não diferenciavam bandidos dos outros moradores. Havia uma casa onde eles sempre assassinavam as pessoas, eles botavam os marginais na parede de braços abertos e os fuzilavam na frente de todos, inclusive das crianças. As pontes eram todas manchadas de sangue. Só deixamos de ver essas marcas quando as tábuas foram trocadas”*.

Apesar da população temer a violência policial, isso não a impede de buscar lazer, fora ou dentro da comunidade. Dentro da comunidade não temos muitas opções, as crianças brincam na rua, na área de terra firme, ou na maré, na área de estivas. Na rua Nelson Ribeiro, existe uma área que deveria ser uma praça, mas está abandonada pelo governo. A construção desta praça foi aprovada pelo orçamento participativo da prefeitura em 1999, mas, até agora, não se iniciou a obra. Mesmo assim, os jovens usam o espaço para jogar futebol. Há equipes como “O Praiana”, “Ki-limão” e o “Estrela Vermelha” que disputam torneios entre bairros. Existem outras equipes que não disputam torneios e apenas jogam entre si. Entre elas, destacam-se o “Arco-Íris” (Grupo de Homossexuais), “Pavilhão 9”, e os times femininos do “Ki-limão” e “Praiana”, entre outros.

As praças mais próximas que temos são Ver-o-Rio (bairro do Reduto) e a Praça Brasil (bairro do Umarizal), no bairro do Telégrafo não temos praça. Existem ainda alguns espaços como as arenas e as quadras de esportes das escolas públicas só que, para utilizá-las, temos que pagar R\$ 10 por cada uma hora de uso. Outro local de lazer é o curtume da Tecnocargo (antiga empresa de navegação desativada), onde as crianças brincam de bola, queimada, peteca, empinar papagaio, jogar vôlei etc. Não poderemos esquecer também que, quando a maré está cheia, o rio torna-se um ponto de lazer para várias pessoas, de todas as idades.

O bairro conta com algumas atividades culturais durante o ano. Em fevereiro, temos o Carnaval, quando se apresentam as escolas de samba “Grande Família”, “Embaixadores do Samba”, “Bloco Cacareco” e “Bateria Mirim do Curro Velho”. No mês de junho, temos as quadrilhas juninas como “Arco-Íris do Amor”, “Fera Junina”, “Linda Magia”, “Roceiros da União”, entre outros. Existem ainda grupos de capoeira que se reúnem na escola Augusto Montenegro e na ETEPA.

Em nossa comunidade, há vários grupos e entidades organizadas que buscam melhorias para a Vila da Barca. O grupo **Arco-íris** é formado por homossexuais, foi fundado em novembro de 2001, e busca a dignidade e respeito para os homossexuais, além de realizar um trabalho social; o **Núcleo de Defesa**, formado no final de 2000, envolve adolescentes que são capacitados para serem atuantes na comunidade; o **Grupo de Idosos**, formado há 17 anos, é coordenado por dona Marilde; o **Centro Comunitário** existe há 19 anos e contribuiu muito para grandes conquistas da comunidade, como a bolsa escola, coleta de lixo, o programa Família Saudável, entre outros, e, ainda neste ano, o Centro vai im-



plantar cursos profissionalizantes de eletrônica, informática e serigrafia; e a **Associação dos Moradores**, fundada em 1981, com a reunião de alguns moradores que buscavam soluções para os problemas da comunidade. Recebeu apoio de três alemãs: Marga, Bárbara e Irene, da igreja Luterana, que, juntas, se aliaram aos moradores da comunidade. Conquistaram a iluminação, água encanada, uma sede situada na rua Nelson Ribeiro nº66, o posto de saúde e a Pastoral da Criança. A atual diretoria, cujo presidente é Sebastião Lobato, obteve outras conquistas, como reforço escolar, em parceria com a **APACC** (Apoio às Comunidades Carentes). No final do último ano, 70% das crianças que participaram das aulas de reforço foram aprovadas. A Associação desenvolve também um trabalho com o grupo de idosos, com a assistência da **FUNPAPA** (Fundação Municipal Papa João XXIII), de três em três meses.

O Centro Comunitário e a Associação dos Moradores da Vila da Barca trabalharam juntos pelas mesmas conquistas. A mais recente delas foi o espaço da Quadra Esportiva da Guarda Municipal para a realização dos "Jogos da Vila da Barca", que acontecem todos os anos durante o mês de Julho, além do Arraial Comunitário, desenvolvido junto com diversas entidades.

Na Vila, ainda podemos citar a **Pastoral da Criança**, que atua na área da saúde e nutrição de mulheres e crianças (treinamento sobre aleitamento materno, alimentação alternativa, remédios caseiros com plantas medicinais, pesagem de crianças etc), e a **Igreja Luterana**, fundada há quinze anos, que atua na área de educação de crianças, com projeto de reforço escolar.

Temos ainda a **Fundação Curro Velho**, criada em 1990, é uma instituição de direito público do Governo do Estado do Pará. Vinculada à Secretária Especial de Promoção Social, tem a missão de promover ações voltadas para crianças e adolescentes, objetivando o desenvolvimento da capacidade de expressão, por meio da arte. Procura com isso, a valorização constante do indivíduo e do grupo, estimulando a observação, a participação, a expressão e, acima de tudo, o exercício da cidadania. A fundação oferece mais de 50 oficinas e cursos, tais como desenho, pintura, serigrafia, violão, fotografia, marcenaria, cerâmica, teatro, dança, produção de textos, redação, leitura e outros. Para os estudantes da rede pública não é cobrada taxa de inscrição.

Em nossa comunidade, há uma grande diversidade religiosa, predominando quatro tipos: Catolicismo, Protestantismo, Umbandista e Luteranismo. Sendo que, 60% dos moradores são católicos, 30% são protestantes, 8% são umbandista e 2% luteranos.

Temos várias igrejas como a Assembléia de Deus, fundada em 1984, conta com mais de 100 membros, a Igreja do Evangelho Quadrangular, fundada em 1993, conta com, aproximadamente 50 membros e Igreja Católica "Nossa Senhora dos Navegantes", que existe há seis anos. Hoje, tem sua festividade em fevereiro, com o cirio fluvial para a ilha das Vitóriaas.

Durante nossa pesquisa, percebemos que, apesar da discriminação que os moradores sofrem por morarem na Vila, são pessoas alegres, gostam de morar onde moram e não pensam em sair daqui. Nós, observadores, também somos felizes por morar aqui, construímos uma história nessa comunidade e lutamos para vermos a Vila da Barca reconhecida por toda a sociedade. Um dia, nós iremos reverter esse quadro, pois nossa casa é a VILA.



AMVB

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA DA BARCA

A Associação dos Moradores da Vila da Barca (AMVB), foi fundada em 1984. É uma entidade civil, sem fins lucrativos, democrática, popular e sem distinção de raça, cor, condição social e credo religioso. Tem por objetivo aglutinar e mobilizar os moradores e moradoras da Vila da Barca, na busca de melhorias nas condições de vida, através de atividades que visam desenvolver o senso crítico da comunidade, a conscientização e a clareza de seus direitos e cidadania.

É uma entidade filiada à Comissão dos Bairros de Belém (CBB) e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), desde o ano de 1996. A estrutura organizacional da AMVB é composta por 17 pessoas, sendo 7 coordenações com titular e suplente assim constituídas: Secretária, Tesouraria, Educação, Saúde, Recreação e Cultura, Patrimônio e Serviços Gerais, Urbanismo e Conselho Fiscal, constituído por três pessoas.

Os projetos desenvolvidos pela organização são: "Atendimento à Pessoa Idosa", através de um grupo de convivência e de apoio à pessoa idosa, que se reúne com o objetivo de realizar atividades sócio-produtivas e de lazer; "Atendimento aos Jovens", através do apoio do Grupo de Jovens do CEDECA de Emaús, e de grupos de dança e capoeira, que realizam atividades na sede da Associação.

Desenvolve trabalhos na área da saúde, fiscalizando, propondo ações e realizando campanhas de prevenção junto ao Núcleo Gestor da Unidade de Saúde da Vila da Barca. Na área de infraestrutura e saneamento, a entidade atua através de reivindicações, encaminhando a órgãos competentes, documentos solicitando melhorias para a região.

Na área da educação, a Associação desenvolve o Programa de Alfabetização de Adultos, em parceria com Secretaria Municipal de Educação, e o projeto Escola de Informática e Cidadania, que em parceria com o Comitê para Democratização da Informática (CDI), atende à comunidade da Vila da Barca e adjacências, com o objetivo de proporcionar aos participantes uma capacitação que alie as dimensões técnico-profissionais (habilidades e conhecimentos específicos na área de informática) às dimensões ético-sociais e afetivas, visando uma construção mais integral do sujeito-cidadão.

Nas áreas de cultura e lazer, são realizadas atividades que incentivam o resgate da cultura popular e da prática desportiva, tais como bailes carnavalesco, festa junina, jogos estudantis, etc.

Sebastião Lobato de Sousa
Coordenador Geral



Vila da Barca e o Direito à Segurança

VILA DA BARCA: UMA COMUNIDADE EM BUSCA DO DIREITO À SEGURANÇA

A Vila da Barca situa-se na periferia de Belém, às margens da baía do Guajará. Essa comunidade convive, que há muitos anos, com a violência representada pela ação das gangues juvenis, pela violência doméstica, especificamente aquela contra a mulher, e, sobretudo, pela ação abusiva de alguns agentes responsáveis pela Segurança Pública.

Durante o trabalho, a partir dos diversos relatos dos moradores, verificou-se que muitos tinham vivido experiências de violência policial – mesmo dentro do grupo de observadores, todos tínhamos histórias para contar. Assim, apesar de no início da proposta termos pretendido abordar também as questões da violência contra a mulher e das gangues juvenis, acabamos nos concentrando apenas no tema da violência policial.

SEM DIREITO DE DEFESA

A polícia tem a função de proteger e dar segurança à população e, por isso, não entendemos como acontecem determinadas situações como a que vivenciei a observadora Nilde:

“Há sete anos, na comunidade da Vila da Barca, houve um caso de violência que terminou em morte cometida por policiais civis, o qual eu presenciei e que deixou a comunidade apavorada.

Meu tio, que estava foragido da Penitenciária Colônia Agrícola, foi brutalmente assassinado na presença de seus familiares e moradores da comunidade, por policiais civis. Esses policiais já eram bastantes conhecidos da comunidade por outras práticas de assassinato.

Eles tinham vindo à procura de uma outra pessoa, que também estava foragida da penitenciária. Meu tio estava em frente à casa de sua mãe, quando os policiais o avistaram e deram a voz de prisão. Sem resistência, ele se rendeu levantando os braços. Mesmo assim um dos policiais deu-lhe um tiro na costela e ele caiu na ponte. Neste local, haviam várias pessoas, entre elas moradores, crianças e inclusive seu filho, que na época tinha apenas 10 anos.

Os policiais começaram a atirar na direção das pessoas e também para cima. Minha avó, que na época tinha 84 anos, ao escutar barulhos de tiros saiu de sua casa, e quando viu seu filho estirado na ponte todo manchado de sangue, ficou desesperada, e de tanto desespero correu para abraçá-lo e ainda teve coragem de ‘peitar’ os policiais, pedindo a eles que não o matassem. Os policiais começaram a empurrá-la e agrediram-na verbalmente.

A comunidade começou a se revoltar com esses policiais, chamando-os de covardes, assassino

e que respeitassem essa senhora que poderia ser sua avó. Vendo que os moradores e familiares estavam se manifestando, novamente começaram a atirar na direção das pessoas com o intuito de deixar todos com medo e assim se afastarem. E conseguiram fazendo com que todos corressem.

Esses policiais amarraram um cinturão na bermuda do meu tio e começaram a arrastá-lo pelas estivas. Ao fazerem isso as pessoas se aproximaram e os policiais começaram a revidar novamente com mais tiros. Mas dessa vez ninguém desistiu.

Ao chegarem na viatura que estava estacionada na Travessa Coronel Luiz Bentes, jogaram ele na mala do carro e seguiram para o Pronto-Socorro. Até hoje não foi esclarecida sua morte, pois ao sair da Vila da Barca estava apenas com um tiro e, quando os familiares chegaram no Pronto-Socorro, ele já estava morto com vários tiros”.

Esse caso foi denunciado pelos familiares da vítima à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e à Corregedoria da Polícia civil. Isso é incomum, pois a maioria dos casos de violência policial não é denunciada pelos moradores da Vila da Barca. Vários são os motivos: o medo de sofrer represálias da própria polícia; a falta de informação da comunidade sobre os órgãos de defesa dos Direitos Humanos; e o descrédito da população com os órgãos de investigação e de perícia.

Nos casos que são denunciados, o que é mais frequente ocorrer é a desistência da família no acompanhamento dos desdobramentos do processo na justiça, principalmente por considerar que a justiça é lenta. No exemplo citado, os familiares acomodaram-se e se afastaram do processo. Infelizmente, passados sete anos do ocorrido, o caso foi arquivado e os policiais envolvidos ficaram impunes e até recentemente vêm cometendo outras arbitrariedades na própria comunidade, conforme podemos constatar no seguinte episódio:

“Em 21 de junho de 1997, na comunidade da Vila da Barca, o engenheiro Carlos, 31 anos, e sua companheira Neth, 32, foram vítimas de abuso de autoridade por policiais civis.

Por volta de 21:00h, quinze policiais invadiram a casa de Carlos procurando o seu sobrinho, Marcos, considerado pelos policiais suspeito da morte de um motorista da polícia civil. Mesmo Carlos afirmando que Marcos não estava em casa, os policiais invadiram, reviraram a casa toda e atiraram no teto, causando pânico nos familiares.

Após discutirem com o líder comunitário, os policiais levaram-no na ‘marra’ para a viatura, acusando-o de ter dado fuga a seu sobrinho. Sua

companheira, ao ver aquela cena, questionou a atitude dos policiais e foi agredida verbal e fisicamente, levando dois tapas no rosto dados por um policial. Nesse momento Carlos, que estava sendo detido, 'esperneou-se' e chamou o policial que agrediu sua companheira de covarde. Este policial apontou uma escopeta para cabeça de Carlos, ameaçando-o de morte.

Em seguida, levaram Carlos para a Delegacia da Cremação. Lá, o Delegado responsável falou que o líder comunitário e seu sobrinho não tinham nada a ver com o assassinato do motorista, mas, mesmo assim, o delegado mandou levar Carlos para a Seccional Urbana da Cremação. Chegando na Seccional, Carlos pediu para fazer uma ligação para sua família para dizer onde estava, mas o pedido lhe foi negado. Colocaram Carlos no corredor atrás de grades, mesmo após ele ter se identificado como engenheiro elétrico. Ele só foi solto no dia seguinte, por volta das 7:30h da manhã, através do advogado da família”.

O engenheiro denunciou o fato na Corregedoria de Polícia. Ele disse que nesse órgão não foi bem atendido e que tentaram convencê-lo a não denunciar. Mas como o líder comunitário insistiu e fez a denúncia, o corregedor geral, depois de dois meses de apuração, deu punições de suspensão por transgressão disciplinar de trinta dias ao policial que agrediu fisicamente Neth e de cinco dias ao delegado que mandou prender Carlos. Entretanto, a Coordenadoria Jurídica da Polícia Civil foi contra o posicionamento do corregedor geral, alegando que seus policiais não tinham infringido a lei, e assim suspendeu a punição aos policiais.

Carlos e Neth, apesar de conhecerem seus direitos, foram agredidos. Carlos foi detido e humilhado, sem direito a qualquer contato com seu advogado. E, mesmo tendo denunciado prontamente a agressão, não conseguiram a responsabilização dos policiais. Após esse episódio, a Associação dos Moradores da Vila da Barca elaborou um dossiê sobre outras situações de abuso policial no bairro. Segundo o documento, existem pelo menos outros 12 casos de invasão domiciliar registrados pelos moradores.

Esses casos de invasão domiciliar pela polícia são tão comuns que muitas pessoas põem grades nas suas casas para se proteger de possíveis invasões de policiais em ronda pelo bairro. A estratégia foi citada pelo observador Alex: “*Minha família decidiu gradear a casa para ‘fugir’ das invasões de policiais a caça de bandidos*”.

É ainda importante atentar que o policial que agrediu Neth é o mesmo envolvido no assassinato do tio de Nilde (caso relatado anteriormente) e que, mesmo com todas essas graves ocorrências denunciadas, este policial recebeu promoção profissional, como chefe de equipe de polícia.

OS JOVENS E A POLÍCIA

Como observamos, na comunidade todos estão expostos à violência policial, mesmo as lideranças locais. Porém, também percebemos que os jovens parecem ser as principais vítimas desses tipos de abusos.

“Três adolescentes, idades entre 15 e 16 anos, moradores da Vila da Barca, numa segunda feira às 20:30h tentaram assaltar um ônibus da linha Águas Linda, na Avenida Pedro Álvares Cabral, esquina com a travessa Djalma Dutra. Eles renderam o motorista e começaram a tirar os pertences dos passageiros. Um dos passageiros era um investigador de polícia da Delegacia do Meio Ambiente (Dema), que reagiu atirando com uma pistola 40 mm contra os adolescentes dentro do ônibus. Os três jovens levaram tiros nas costas, dois morreram na hora e o outro tentou fugir. Nesse momento o motorista abriu as portas e os corpos dos dois jovens mortos foram atirados para fora do ônibus. O jovem sobrevivente tentou correr, mas foi perseguido pelo investigador que novamente o atingiu com um tiro em sua perna esquerda. Quando os outros policiais chegaram, pegaram esse jovem e o arrastaram até o local onde estavam os corpos dos dois jovens para que ele visse seus primos mortos. Um dos policiais falou: ‘Vem ver o que fizemos com teus amigos’. Segundo curiosos que já estavam no local, o delegado que chegou, apertou a mão do investigador e o parabenizou dizendo: ‘Menos dois’

O único remanescente do trio foi levado ao Pronto-Socorro Municipal, em estado grave. Enquanto isso, os corpos dos dois adolescentes mortos ficaram jogados na rua à espera do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves. Dias depois, o laudo confirmou que os jovens foram executados, contrariando a versão do investigador que teria atirado em legítima defesa.

O investigador de polícia apresentou-se espontaneamente ao delegado da Seccional Urbana da Sacramento e deverá responder ao inquérito policial em liberdade. Segundo o diretor desta Seccional, o investigador não deverá ser indiciado na Corregedoria de Polícia Civil, a não ser que testemunhas denunciem algum tipo de excesso na conduta dele, mas não acredita que isso possa acontecer, pois ele ‘agiu em defesa de cidadãos’, disse o diretor da Seccional”.

O primeiro ponto a se destacar nesse episódio é que, ao contrário do que acontece normalmente, o caso foi rapidamente denunciado. Houve uma mobilização imediata da comunidade para denunciar e várias organizações e instituições foram envolvidas: a Associação dos Moradores comunicou o ocorrido ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca-Emaús), que, por sua vez, denunciou o caso à Ouvidoria de Polícia do Estado do Pará, que ainda o encaminhou para a Corregedoria e a Promotoria de Direitos Humanos.

Outro fato que chama a atenção foi o posicionamento da comunidade, que ficou dividida. Enquanto parte da população se mobilizou para denunciar o crime, alguns moradores apoiaram o assassinato, afirmando que os adolescentes mereciam o trágico fim como punição pelo delito que tinham cometido.



Essa visão de que os jovens deveriam ser mortos está ainda muito presente na nossa sociedade, contribuindo para a continuidade dos abusos por parte da polícia. Esse posicionamento é ainda reforçado abertamente pela fala do próprio delegado de polícia, que, ao constatar as mortes dos adolescentes, teria parabenizado a ação do investigador.

Entretanto, parte da comunidade se indignou com o fato. Muitos moradores já conheciam a história de violações de direitos que esses jovens sofreram durante a sua trajetória de vida, os quais eram parentes do ex-presidiário assassinado há sete anos, cujo caso foi relatado no início desse texto: um deles era sobrinho e outro era seu filho que, na época com dez anos, presenciou o assassinato de seu pai.

Um outro caso de violência praticada por policiais militares teve novamente os jovens da Vila da Barca como vítimas, quando desfrutavam de seu direito ao lazer em uma escola local.

“Em 05 de fevereiro de 1996, o adolescente Mário e seus amigos, todos moradores da Vila da Barca, foram espancados e humilhados por policiais militares, quando se divertiam jogando bola na quadra da Escola Técnica Estadual do Pará.

Segundo Mário, na escola havia três quadras e todas estavam ocupadas por jovens com autorização da própria escola. Entretanto, na quadra mais ao fundo da escola, havia alguns ‘pichadores’ sem autorização para estarem no colégio e foi por esse motivo que o vigia acionou os policiais e alertou para o grupo de Mário que a polícia viria.

Quando os policiais chegaram na escola não procuraram informações e, com armas em punho, foram logo ordenando que os adolescentes deitassem de barriga para o chão e rastejassem como jacarés. Quando não eram atendidos, os policiais davam chutes violentos, além de os insultarem verbalmente.

Segundo uma moradora, a brutalidade policial durou mais de duas horas, o que chamou a atenção da vizinhança, que comunicou a imprensa. Segundo ela, só com a chegada da imprensa na escola foi que os policiais interromperam a cessão de tortura. Em depoimento para a imprensa, o sargento que comandou a ação disse que não houve nenhum tipo de agressão. Após quatro dias do ocorrido, o laudo do Instituto Médico Legal (IML) constatou a agressão física nos corpos dos adolescentes”.

Esse caso foi denunciado dois dias depois de ter ocorrido na rádio Marajoara. O apresentador da rádio incentivou os adolescentes a fazerem suas denúncias no Comando Geral da Polícia Militar. Os adolescentes foram interrogados e encaminhados para o IML. Entretanto, como alguns jovens foram fazer a denúncia apenas quatro dias depois do acontecimento, o exame só constatou parte das agressões.

Os adolescentes não quiseram levar a denúncia adiante e

mesmo seus familiares se desinteressaram, devido ao medo de que seus filhos ficassem “marcados” nas mãos dos policiais. É importante ainda perceber que, mesmo em frente a um grande número de moradores, em plena escola, os policiais não se intimidaram na sua atuação violenta.

A partir de discussões com outros grupos de jovens, percebemos que esse não é um caso isolado e não acontece somente na Vila da Barca. Infelizmente, muitos jovens moradores de bairros periféricos podem relatar experiências muito parecidas como as que destacamos. No Bairro da Terra Firme, também em Belém, o grupo de observadores registrou uma outra situação de tortura de jovens.

“Há três anos, três amigos se programavam para ir a uma festa em uma boate. Depois de terem se arrumado, um deles disse que estava com fome e convidou os outros dois para comprarem açaí. Eles procuraram barracas de açaí próximas de suas casas, porém as mesmas estavam fechadas. Ao voltarem, os jovens foram abordados por uma viatura policial próximo à Av. Perimetral, ocupada por três policiais sem identificação, que chegaram logo derrubando os três garotos no chão e cada um dos policiais pisou nas costas de um dos jovens. Um desses jovens tentou falar, mas o policial lhe calou com um chute em seu rosto. Depois de um tempo, os policiais mandaram que os garotos se levantassem e os jogaram no camburão da viatura. Os três entraram sem falar nada.

Quando a viatura parou, os garotos perceberam que estavam no terminal de ônibus localizado em frente à UFPA (Universidade Federal do Pará) e um dos policiais explicou que eles eram suspeitos de terem assaltado um ônibus. Depois de algum tempo, chegaram ao local, encapuzados, o cobrador e o motorista do ônibus assaltado a fim de fazerem o reconhecimento dos suspeitos. O cobrador identificou os jovens como sendo os assaltantes do ônibus e, nesse momento, um dos jovens tentou falar que ele e seus amigos eram inocentes, mas recebeu um soco e iniciou-se a agressão física contra os três rapazes, com socos, tapas e pontapés, que foram jogados novamente no camburão e levados à Delegacia do Guamá.

Ao chegarem à Delegacia, o delegado solicitou que o cobrador e o motorista do ônibus fizessem o reconhecimento dos suspeitos e eles afirmaram que haviam se enganado. Logo, os jovens pensaram que seriam liberados, mas o delegado mandou que eles fossem colocados na cela.

Depois de algum tempo, chegou um investigador e perguntou quem eram os acusados do assalto ao ônibus e os três se apresentaram, achando que seriam liberados. O investigador mandou que eles saíssem da cela e

tirassem as roupas, ficando apenas de cuecas, e novamente mandou que eles entrassem na cela. Quando eles estavam voltando para a cela, um dos jovens se atrapalhou para abrir a grade e levou vários socos na boca até conseguir abri-la.

Na madrugada, chegou uma delegada que mandou os três jovens à sala de reconhecimento, na qual há apenas espelho ao seu redor e quem está do lado de fora pode ver através do espelho e falar por alto-falante. A delegada mandou que os três ficassem de frente e de lado para o espelho. Depois voltaram para a cela.

Ao amanhecer, eles foram liberados e receberam seus pertences. Ao verificarem suas carteiras, perceberam que havia sido tirado todo o seu dinheiro”.

Esse caso não foi nem sequer denunciado. O jovem que o relatou disse que já estava acostumado a ser preso arbitrariamente, pois no trecho da Av. Perimetral, onde ele reside, acontecem freqüentes assaltos a ônibus, que levam os policiais a freqüentemente abordar os jovens transeuntes como se fossem suspeitos.

No relato, percebemos a ampla prática de tortura e abusos por parte de diferentes agentes policiais, também não foram denunciados pela vítima que, provavelmente, desconhecia tanto qualquer canal para denunciar os abusos como seus próprios direitos. Além disso, não bastando o abuso da prisão e as agressões físicas, os jovens tiveram seu dinheiro roubado enquanto estiveram nas mãos da polícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos aqui apresentados são retratos do cotidiano de muitas comunidades consideradas “periféricas”. Parece que só o fato de ser “periférica” já é motivo para que ocorram inúmeras discriminações, e não apenas por parte dos policiais. As entrevistas, tanto com os moradores como com as próprias autoridades, revelaram que a Vila da Barca carrega o rótulo de local violento, o que acaba alimentando uma atuação mais agressiva dos próprios agentes de segurança pública. Isso foi reconhecido inclusive por um delegado entrevistado: “Na mentalidade de alguns colegas essa é a regra. Tem colegas que acham que na Vila da Barca só moram bandidos”.

Com base nos diversos relatos colhidos no bairro, fazemos algumas proposições no sentido de melhorar a relação entre a polícia e a comunidade. Sugerimos que os responsáveis pela segurança pública invistam mais na prevenção da violência policial, através de formação permanente dos agentes de segurança, inclusive daqueles que estão nas corregedorias de polícia e na justiça militar, a fim de se evitar o corporativismo que ainda impede que casos de transgressão da função policial sejam apurados com isenção, estimulando assim a impunidade.

Também, propomos que sejam criados canais de aproximação entre a polícia e a comunidade: possivelmente a implantação de uma polícia comunitária, mais presente no dia-a-dia da população; ou ainda a realização de audiências públicas na própria comunidade para se debater a situação da segurança.

Percebemos também que a falta de informação por parte da população pode alimentar a prática de ações abusivas de alguns policiais. Além disso, observamos que, mesmo aqueles que conhecem seus direitos e denunciam as violações sofridas, têm pouco sucesso nessas tentativas e, muitas vezes, continuam sendo desrespeitados. Porém, acreditamos que somente o fato de já se ter denúncias registradas é um sinal de que a comunidade está se mobilizando em busca de soluções. E são as denúncias que têm impulsionado a criação e atuação de órgãos como a Ouvidoria de Polícia e ONGs, como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), que acompanham casos de violência policial ocorridos na Vila da Barca. Na própria comunidade, existe uma iniciativa de jovens moradores chamada *Núcleo de Defesa da Vila da Barca*, que atua na formação e mobilização dos moradores acerca dos Direitos Humanos.

Acreditamos que esses e outros órgãos devem ser popularizados na comunidade para estimular as denúncias, através de campanhas em TVs e Rádios e ainda em mídias alternativas, como as rádios comunitárias alcançando, assim, um número maior de moradores.

Compartilhamos da idéia de que, se houver esforços de ambos os lados (comunidade e polícia), é possível haver uma mudança de atitudes. Assim obteremos melhoras não só na garantia do direito à segurança, mas em todos os direitos pelos quais tanto lutamos.

“Direitos Humanos são para todos os seres humanos. Não importa se o ser humano ganha um real ou um milhão de reais, se nasceu negro, branco, oriental, indígena, não importa se mulher ou homem, se é analfabeto ou doutor. Não importa se é pobre, se mora no fim do mundo, se fala um português certo ou errado. Não importa se é um atleta ou um portador de deficiências. Não importa se é um homem que gosta de homem ou mulher que gosta de mulher. Não importa se é criança, jovem ou idosa. Não importa se é um gênio ou alguém que raciocina mais devagar. Se os Direitos são para determinadas pessoas ou determinados grupos, isso não é Direito, é privilégio. E quando a gente exige que um Direito seja respeitado a gente está lutando contra os privilégios, e estamos lutando para que haja justiça para todos, pois todos perante a lei são iguais.” (Fernanda Pompeu – 100% Direitos Humanos – IBEAC 2002)



VIOLÊNCIA POLICIAL

Para falar de violência policial é necessário refletir sobre a Segurança Pública de uma forma ampla e contextualizada historicamente. Desde a segurança pública durante o Regime Militar no Brasil, quando o governo mais se utilizou da violência policial como instrumento de controle político. Os órgãos policiais eram submetidos a coordenação das forças armadas, que naquela ocasião exerciam o controle político do país e tinham como missão institucional defender o governo e as classes dominantes dos protestos populares.

Até fazer o comparativo deste período com o da democratização da sociedade brasileira. A partir da Constituição de 1988, muitas coisas foram mudadas até mesmo porque o Estado teve que se adequar à Carta Magna. Fazem 16 anos que terminou o Regime Militar e os governantes foram desafiados a responder aos questionamentos de entidades nacionais e internacionais acerca da observância dos direitos humanos no Brasil e por conseguinte a mudança das práticas das polícias.

Os movimentos sociais e as organizações não governamentais não tardaram em perceber que a perspectivas da radical oponencialidade que agrupava os “bons” de um lado e os “maus” do outro, seria inadequada para analisar a nova conjuntura sócio política. O processo de democratização exigiu que os atores sociais ousassem deslocar-se para o campo das ambigüidades onde as discussões seriam travadas entre Governo e Sociedade Civil. Portanto, violência policial, na conjuntura atual é um tipo de violência que vem preocupando órgãos responsáveis pela segurança pública e a sociedade de maneira geral, não tanto pelo índice apresentado, mas por tratar-se de agentes do Estado que têm a obrigação constitucional de garantir a segurança pública e por lhe ser confiada a responsabilidade do controle da violência.

Na Constituição Federal a segurança é reconhecida como um dos direitos fundamentais num Estado Democrático de Direito que parece ter como preocupação principal os direitos dos cidadãos. Essa Carta Magna diferente das que a antecederam, inicia seu texto com o direito do cidadão (Art. 1º Parágrafo Único “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos da Constituição”). Enquanto que as Constituições anteriores iniciavam seu texto com a organização do Estado brasileiro.

Outro ponto marcante desta Carta Magna é que ela define as competências, finalidades e ainda para quais objetivos deverão estar voltados os órgãos públicos. (Ex. defini o papel das polícias – PC, PM, CB, PF, PRF, PFF Art. 144). Ao mesmo tempo ela descentraliza os poderes e subordina os órgãos de segurança pública aos governos estaduais e territoriais, permitindo que os Estados se organizem internamente e criem leis que venham disciplinar sua organização interna.

Mesmo com o novo regime e as mudanças na Carta Magna e outras Legislações Estaduais, as polícias, na prática, continuam sendo regulamentadas pela concepção da Doutrina de Segurança Nacional, caracterizado pela inexistência de uma política clara de segurança pública comprometida com a segurança social, e terminam por atuar na defesa do patrimônio, e a ação violenta contra os cidadãos termina por se tornar uma prática comum no cotidiano de alguns desses agentes.

Portanto, pode-se afirmar que a violência policial não desapareceu ainda e é utilizada principalmente como instrumento de controle social e mais especificamente no controle da criminalidade, e em nome da preservação da segurança pública, policiais continuam invadindo casas, espancado e cometendo outras arbitrariedades.

A Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública do Pará recebe denúncias diárias de arbitrariedade e até crimes cometidos por agentes do Sistema, perfazendo um média de 450 protocolos abertos por ano, ou seja, 37 por mês e mais de uma denúncia por dia.

Mesmo com todos esses novos mecanismos, a violência policial é um constante no cotidiano da sociedade paraense, não se constitui em fatos eventuais e terminam por contribuir para o surgimento de um sentimento de descontrole e insegurança nos cidadãos e terminam por dificultar qualquer tentativa de controle podendo até mesmo contribuir para o surgimento de outras formas de violência.

O texto apresentado pelos jovens observadores de Vila da Barca retrata esta realidade de violações, possibilitando a reflexão sobre a necessidade de fortalecer os organismos já existentes como também apresentar novas possibilidades de intervenção para mudar tal realidade.



PARTE II

RECIFE

PERNAMBUCO

COELHOS • ENTRA APULSO • SÍTIO GRANDE E DANCING DAYS

AGRADECIMENTOS

Aos moradores das comunidades de Coelhos, Entra Apulso, Sítio Grande e Dancing Days que tanto contribuíram com esse levantamento.

A todos os colegas do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC) pelo apoio em dar vida a essa experiência.

Ao apoio da Empresa de Urbanização do Recife; da Câmara de Vereadores da Cidade do Recife; do Departamento de Cinema da Fundação Joaquim Nabuco e do Gabinete de Assessoria Jurídica as Organizações Populares (GAJOP).

Ao José Carlos Lima de Medeiros, à Ronidalva de Andrade Melo e Walfrido Menezes pelos comentários aos textos sobre temas específicos.

Ao professor Danilson, que nos ajudou em nosso processo de aprendizagem.

Pelo apoio ao grupo de Coelhos, agradecemos à Creche Vovô Artur, em especial ao seu diretor João, por ter cedido o espaço para realizarmos nossas atividades e pelas contribuições. Agradecemos também à Obra de Frei Francisco, ao Movimento Pró-Criança, à Organização de Auxílio Fraternal – OAF e ao Centro Leão do Norte.

Em Entra-Apuso agradecemos à Creche Comunitária Nossa Senhora da Boa Viagem e a Escola Inalda Spinelli, pela acolhida em todos os instantes que nos dispensou, através do espaço físico tão necessário para a realização das nossas atividades na comunidade. Como também, aos grupos culturais Abada Capoeira e Rosa dos Ventos e aos líderes comunitários que tiveram a boa vontade de nos fornecer seus relatos.

Nas comunidades de Sítio Grande e Dancing Days, agradecemos ao Espaço Educacional e Cultural Luiza Matias por ter nos recebido e cedido seu espaço para realização dos nossos trabalhos.

Agradecemos às instituições Centro de Artes da Salina, Conselho de Mães Castelo Branco, Associação Protetoras das Mães Desamparadas e Associação da Vila Dancing Days, que nos deram informações sobre os trabalhos que realizam. Agradecemos aos Postos de Saúde de Sítio Grande na pessoa da enfermeira Betânia, por ter nos informado sobre os atendimentos que são prestados nas comunidades. E à Dra. Iêda, que prestou informações sobre o PROSAD – Programa de Saúde e Assistência do Adolescente.



Indicadores Gerais – Recife

RECIFE

População:	1.422.905 habitantes
Área:	218 Km²
População até 18 anos:	517.769
Taxa de alfabetização:	89,80
Hospitais:	53
Leitos hospitalares:	8.132
Salário Médio (Salário/Pessoal Ocupado Assalariado) nas unidades locais:	650,61
Empresas com CNPJ:	33.146
Taxa de desemprego: de junho/julho/agosto de 2002:	7,0 (IBGE)
Taxa de desemprego: de junho/julho/agosto de 2002:	20,8 (DIEESE)
Taxa de homicídios por 100.000 habitantes:	95,8
Taxa de homicídios para jovens de 15 a 24 anos:	221,3
Taxa de homicídios para jovens de 15 a 24 anos/ Sexo Feminino:	28,7
Taxa de homicídios para jovens de 15 a 24 anos/ Sexo Masculino:	424,5

Fonte: IBGE

Dados sobre homicídios: Waiselfisz, Jacobo. Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH - 2002



Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC

O Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC foi fundado em 1989. Atua na área de proteção jurídico-social e psico-social dos direitos da criança e do adolescente, e na defesa do direito à cidade da população das comunidades de baixa renda.

O CENDHEC nasce sobre os princípios da constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, e pela defesa ampla e irrestrita dos direitos humanos, sobretudo, das crianças e dos adolescente. As suas estratégias de atuação consistem na defesa de direitos, mediante o atendimento à população, e na educação para o exercício da cidadania. Através da inserção nos espaços públicos institucionais, a entidade procura, junto a outras entidades, intervir na elaboração, controle e avaliação das políticas públicas.

Conformam a linha de atuação do CENDEHEC o “Programa de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescente” e o “Projeto Direito à Cidade”. O primeiro desenvolve ações no campo do atendimento jurídico-social e psico-social, da erradicação do trabalho infantil doméstico, de combate ao abuso e exploração sexual a crianças e adolescentes, de educação em direitos humanos e de capacitação sobre defesa dos direitos da criança e do adolescente. Participa dos espaços públicos institucionais de controle e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, além de estimular a mobilização comunitária para a promoção e defesa desse direitos.

O segundo desenvolve ações voltadas à promoção de ações de usucapião e defesa de moradores em ações de reintegração de posse, mobiliza as comunidades em torno do direito à moradia e preservação do meio ambiente, participa dos espaços institucionais de formulação e controle das políticas públicas e de articulação da sociedade civil, referentes ao tema da reforma urbana e da democratização do acesso ao solo, além de capacitação sobre direito à moradia.

O trabalho do CENDHEC na promoção e defesa dos direitos humanos concretiza-se através de ações de acompanhamento e assessoria técnico-político, social e jurídica, junto às comunidades dos Coelhos, Jardim Uchoa, Torrões, Entra Apulso, Sítio Grande e Dancing Days, Campo do Vila e comunidades da Região Metropolitana do Recife consideradas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Esta intervenção vem sendo efetivada através da articulação entre as ações dos projetos, visando atender a uma das suas diretrizes: conexão da formação em direitos humanos com a defesa jurídica e social do direito.

A intervenção do CENDHEC nestes últimos 13 anos é legitimada pela sociedade, órgãos governamentais e não governamentais. Atualmente é considerada, para imprensa local, uma das principais fontes de informação sobre a temática dos Direitos Fundamentais de Crianças e Adolescentes, e dos Direitos Humanos. Esse reconhecimento é resultado das ações desenvolvidas nos principais espaços institucionais de articulação social, deliberação e de controle de políticas públicas, onde o CENDHEC se faz presente em âmbito nacional, estadual e municipal.



Cendhec
Centro Dom Helder Câmara
de Estudos e Ação Social



PERNAMBUCO

COELHOS



Quem Somos?

MARCIO ROBERTO PINTO SOARES

Meu nome é Marcio Roberto Pinto Soares, nasci em Recife onde moro até hoje. Tenho 23 anos, sou solteiro e resido, atualmente, na rua Maria Tereza Freitas da Paz, número 07, na comunidade dos Coelhos. Sou extrovertido, tranquilo e procuro sempre me relacionar bem com as pessoas. Reconheço que sou um pouco inconstante.

Minha mãe se chama Maria do Socorro Pinto Soares, nasceu em Campina Grande/PB. Meu pai se chama Arnaldo Alfredo Soares, nasceu em Passira, a "terra do bordado", que fica no interior de Pernambuco. Eles se conheceram em uma escola do Recife, localizada no bairro de Campo Grande, onde residiam, e não concluíram o 1º grau. Casaram-se e continuaram morando no mesmo bairro. Após 10 anos, já com 2 filhos, eu e minha irmã, Claudia, que hoje está com 28 anos, meus pais decidiram se separar. Na época, eu estava com 4 anos e minha irmã com 8. No final de 1983, minha mãe casou novamente e nos mudamos para a comunidade dos Coelhos.

Meu pai até hoje mora em Campo Grande e, sempre que posso, vou visitá-lo. Ele trabalha em uma padaria. Minha mãe é uma ótima cozinheira e fornece "quentinha" para uma pequena empresa. Minha irmã, junto com duas amigas, montou um atelier de artes plásticas, mas ainda não estão tendo retorno financeiro.

Aos 14 anos, comecei a estagiar pela FUNDAC em um supermercado. Estágio só no papel, porque eu trabalhava "pra caramba" e não aprendi uma profissão que pudesse me garantir um futuro melhor. Acredito que era estágio apenas para não garantir os direitos trabalhistas. O bom é que eu recebia incentivo para estudar e, para que isso fosse possível, o "estágio" era apenas meio expediente. Com sacrifício, conclui o ensino médio aos 17 anos, em uma escola da Rede Pública, onde estudei desde o primário.

Embora nunca tenha sido reprovado, não saí bem preparado para concursos devido às limitações do ensino. Depois de um tempo, escutei de um amigo o seguinte comentário: "a educação no Brasil existe para que o indivíduo possa ser capaz de produzir para o governo, mas há uma preocupação em manipular e limitar as informações para que o indivíduo não abra os olhos e queira ir contra o sistema".

Enquanto estava na escola, vivenciei muitas histórias e fiz muitas amizades. Lamento o fato de algumas dessas pessoas terem partido para o mundo do crime, pois tiveram suas vidas ceifadas ou foram para presídios. Com 18 anos, comecei a es-

tudar música - violão e percussão - no Movimento Pró-Criança, da Arquidiocese de Olinda e Recife. Logo depois, consegui uma bolsa para estudar contra-baixo elétrico no Conservatório Pernambucano de Música. Paralelamente, comecei a trabalhar no comércio para ajudar em nossa renda familiar. Trabalhei 4 anos nas Lojas Americanas do Shopping Guararapes, que fica em Jaboatão, município vizinho. Trabalhar com pessoas foi uma boa experiência, pois fiz muitas amizades e adquiri um bom jogo de cintura. Mas, chegou um momento em que eu já não estava tendo condições de estudar e como a loja não possuía um plano de carreira, resolvi pedir demissão. Além disso, produzi um evento de rock em Recife, com bandas da região.

No mês de maio deste ano, conquistei uma das vagas do projeto observatório de Direitos Humanos e, como estou me envolvendo mais na área social, pretendo prestar vestibular para Sociologia na UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco). Pretendo continuar a estudar música, que é uma das minhas paixões.

Nunca tive ligações com Associações Comunitárias e o que gosto em meu bairro é a sua localização, bem no Centro do Recife. O que não gosto é da política utilizada para solucionar a questão da violência, não aqui, mas em todo o País. Também falta investimento na cultura e lazer para diminuir a ociosidade das crianças.

Sempre que tenho tempo livre, aproveito para namorar, ir ao teatro, cinema, passear pelas ruas do Recife Antigo, que é um dos pontos mais belos da cidade. Gosto de ouvir rock progressivo, metal, punk, hard core e música Pernambucana. Minhas bandas preferidas são *Rush*, *Rage Against the Machine* e *Mundo Livre S/A*. Aqui em Pernambuco, a cena musical é muito forte. Eu, inclusive, já toquei com algumas bandas cheguei gravar um CD com a *Submundo 3*. Freqüento shows de rock, mas, como minha namorada não gosta, vou sozinho ou com amigos. Gosto também de tocar violão e baixo e de jogar xadrez.

Em maio de 2000, participei do Encontro de Jovens com Cristo, da Igreja Presbiteriana, no qual tive um encontro pessoal com Cristo que foi fundamental para que eu pudesse entender qual era o sentido da minha vida, rever meus valores e definir minhas prioridades, pois, até então, eu era apenas um ouvinte da palavra de Deus. Hoje, pela graça e misericórdia, sou um discípulo de Cristo.



LEDINILZA SANTANA DO NASCIMENTO

Caro amigo (a)

Eu me chamo Lednilza Santana do Nascimento, tenho 23 anos, sou solteira, mas tenho um filho de 2 anos chamado Júnior. Nasci em Recife-PE, na comunidade dos Coelhos, moro na rua Everaldo Garba, nº 23. Sou morena, cabelos pretos encaracolados, tenho 1,56m, olhos pretos e sou católica.

Sou uma pessoa muito amiga, companheira e muito verdadeira. Adoro dançar qualquer tipo de música, tanto que já fiz parte de grupos de dança. Dançar é a minha maior habilidade pessoal. Eu gosto muito da música "Deixa a vida me levar", de Zeca Pagodinho, pois acho que ela tem a minha cara.

Estou cursando o quarto ano do magistério do 2º grau, no Colégio Municipal Reitor João Alfredo, de que gosto muito. Trabalho há dois anos na creche Vovô Artur como estagiária no berçário, cuidando de crianças de 0 a 1 ano de idade. Com o que recebo, ajudo no sustento da casa, até porque, no momento, só eu e meu pai estamos trabalhando. No entanto, no final deste ano, vou deixar a creche, não porque eu queira, mas pela convivência que já tenho com as crianças. Por mim, eu ficaria até como voluntária, porque trabalhar com crianças é a minha vida.

O meu pai se chama Severino Antonio do Nascimento, ele nasceu no interior de Tamandaré. Ele foi criado por uma tia aqui no Recife, na comunidade dos Coelhos, onde mora até hoje. Ele faz parte da associação de moradores como delegado e também é sócio de uma liga de dominó. Meu pai já trabalhou em uma distribuidora de leite, estudou até a oitava série do primeiro grau e hoje exerce a profissão de marceneiro.

Minha mãe chama-se Edilma Severina de Santana e também nasceu no Recife. Ela já trabalhou no Colégio Salesiano como porteira, mas hoje se encontra desempregada – como tantas outras – e só estudou até a quinta série do primeiro grau.

Tenho duas irmãs que se chamam Sandra e Lediuzza, ambas já são casadas. Sandra mora com uma filha e o marido e ajuda no sustento da casa de meus pais como pode. Já minha outra irmã, Lediuzza, seus dois filhos e o marido moram com meus pais e não estão podendo ajudar no sustento da casa porque meu cunhado está desempregado.

Não tenho e nunca tive nenhuma ligação com a associação comunitária. No meu bairro, eu gosto de tudo, porque é um lugar bom de se morar, mas, infelizmente, tem alguns moradores que não sabem dar valor e tem vergonha de dizer onde vivem. Eu não tenho esse problema, ao contrário, tenho orgulho do meu bairro. Até porque, qual é o lugar que não tem violência ou que não tenha problemas parecidos com os da minha comunidade?

No meu tempo livre, gosto de ir ao parque 13 de maio, que fica perto de onde moro, com meu filho e com meus sobrinhos.

O meu objetivo de vida é cursar uma faculdade, pretendo fazer Pedagogia ou Jornalismo. Apesar das dificuldades, nunca vou deixar de buscar esse objetivo, porque, enquanto existir esperança dentro de mim, vou estar sempre em busca de meus sonhos. Já no projeto do CENDHEC (Centro Dom Helder Câmara de Ação e Social), meu objetivo é desenvolver mais os meus conhecimentos sobre direitos humanos para com isso, poder ajudar minha comunidade, passando para os moradores tudo aquilo que tenho aprendido.

Tive muitas conquistas em minha vida, como ser mãe, ter sido selecionada para o curso que estou fazendo no CENDHEC, estar trabalhando na creche Vovô Artur e ter feito parte de alguns grupos de dança.

É preciso proteger o que temos de bom, tanto quanto é preciso aceitar as boas idéias vindas de fora. Por que a humanidade é uma só.

JUSIANE JERÔNIMO DA SILVA

Meu nome é Jusiane Jerônimo da Silva, mas gosto que me chamem de Juci. Tenho 18 anos e moro na comunidade dos Coelhos, em Recife-PE, na rua Enedino Campelo. Tenho pele morena, cabelos lisos, olhos castanhos escuros e sou descendente de índios. Gosto de fazer novas amizades, especialmente com garotos, pois as garotas de minha comunidade são muito fofoqueiras e não gostam de ver a felicidade dos outros.

Atualmente, estou cursando magistério, no Colégio Municipal Reitor João Alfredo. Vou ser bem sincera, não gosto de estudar porque estudo no pior turno, à noite. Mas, espero concluir meus estudos e tentar um concurso público para a Polícia Militar. Eu também espero que, no futuro, eu possa conseguir tudo aquilo com que sempre sonhei.

No meu tempo livre, gosto de jogar futebol com minhas amigas. Formamos até um time, o "Expressinha Futebol Clube dos Coelhos", fundado no dia 28 de novembro de 1999. Gosto também de ouvir música, passear e ver meu time de coração jogar, o Santa Cruz.

Tenho quatro irmãos, Joseane, George, Joiceane e Josemar. Os dois primeiros ajudam no sustento da casa, como eu, que trabalho como estagiária de desenvolvimento infantil na creche vovô Arthur. Meu pai se chama Jorge Jerônimo e minha mãe, Maria José Gomes. Meu pai nasceu em Casa Amarela, outro bairro aqui do Recife. Ele só cursou o ensino médio e, há 25 anos, trabalha como funcionário público. Já minha mãe, nasceu no interior de Pernambuco, em Vicência. Ela é dona de casa e não trabalha.

Nunca tive nenhum tipo de ligação com a associação comunitária de meu bairro, mas sempre estou por dentro do que acontece porque meu pai participa. Mas agora que estou no Projeto Observatório de Direitos Humanos, pretendo começar a participar das reuniões e até dar a minha opinião sobre o que acontece de bom e de ruim por aqui.

No momento, não tem nada de interessante em meu bairro, só o campo de futebol, onde passo horas e horas conversando com meus amigos. Mas, espero que com o tempo isso mude um pouco e que nossos direitos sejam um pouco mais respeitados.

JULIANA FERREIRA DA SILVA

Oi, amigo(a)! Me chamo Juliana Ferreira da Silva, tenho 1,63m, 19 anos, 57quilos e sou morena clara. Nasci em Recife/PE, na comunidade dos Coelhos. Atualmente, estou cursando o 3ª ano do curso normal médio (antigo magistério) no Colégio Municipal Reitor João Alfredo, um dos mais conhecidos do município.

Eu trabalho na creche Vovô Artur. Na verdade, é um estágio por contrato que termina no final de 2002. Sou auxiliar de desenvolvimento infantil, no período da tarde, de segunda a sexta-feira. Com o dinheiro que recebo ajudo minha família, pago algumas contas e gasto o que sobra com minhas necessidades. Gosto do meu trabalho, mas não é meu forte, pois, na verdade, eu gosto mesmo é de trabalhar com pesquisas e é por isso que estou no projeto Observatório de Direitos Humanos.

Moro com minha mãe, irmã, irmão e uma sobrinha de 10 meses. Meus pais são separados, na verdade, não chegaram a se casar. Meu pai mora com outra família, que já existia antes da nossa, e sempre vem nos visitar para ajudar no que precisamos. Ele nasceu no interior de Pernambuco, estudou até a 4ª série do primário, era carreteiro e hoje está aposentado. Minha mãe nasceu no interior de Alhandra, na Paraíba, é cabeleireira e estudou até 5ª série.

Fora os dois irmãos que moram comigo, tenho mais dois que são casados.

Gosto do bairro onde moro, aqui é uma comunidade heterogênea que tem um pouco de tudo, como escola, farmácia, creche, centro de cultura, hospital, maternidade. O que eu não gosto é da praça, que, infelizmente, não atende a demanda da população porque não tem infra-estrutura como bancos, área calçada, vegetação, lazer para as crianças e iluminação. Também não gosto das casas de palafitas às margens do Rio Capibaribe, que banha a cidade do Recife, além da violência, que cresce a cada dia, e dos jovens que estão se envolvendo com o mundo das drogas e da prostituição. Em relação à nossa associação comunitária, eu conheço a liderança, mas não tenho ligação com eles.

No meu tempo livre, gosto de sair com meu namorado, ir ao cinema, praia, shopping, pizzaria e à igreja. Sou evangélica e faço parte da Primeira Igreja Batista do Recife.

Sou muito feliz e agradeço sempre a Deus pelas oportunidades que tenho recebido. Tenho muitos sonhos e um deles é ver uma sociedade mais justa, sem desigualdade e com direitos garantidos para todos. Por meio do projeto Observatório de Direitos Humanos, espero colaborar para a conscientização dos moradores de minha comunidade sobre os seus direitos para que não continuem omissos em relação aos problemas.

RICARDO HENRIQUE DE AGUIAR

Meu nome é Ricardo Henrique de Aguiar, tenho 22 anos, sou moreno e tenho cabelos pretos. Sou uma pessoa descontraída e amigável. Nasci em 05/05/1980 e moro na 2ª travessa dos Coelhos, na comunidade dos Coelhos, onde vivo desde 1 ano de idade. Sou católico não muito praticante. No momento, estou estagiando em uma creche, como auxiliar administrativo, e estou cursando a 2ª série do ensino médio, magistério, no Colégio Municipal Reitor João Alfredo.

Minha mãe se chama Marli, tem 50 anos, nasceu em Natal/RN, trabalha em uma escola na comunidade e concluiu o 1º grau. Logo que chegou no Recife, foi morar em um bairro chamado de Brazilit, onde ficou por dois anos, quando então se mudou para os Coelhos por motivo de trabalho. Meu pai se chama Menezes, nasceu em Palmares, estudou até a quinta

série do primeiro grau e era comerciante. Tenho 5 irmãos, 3 mulheres e 2 homens. Só os homens, Fábio, 17 anos, e Marcelo, 26 anos, moram com minha mãe aqui no Recife e ajudam financeiramente no sustento da casa.

Sou casado, tenho dois filhos, um menino, que se chama Rhicchard, de 1 ano e 8 meses, e uma menina, que se chama Rhicchelly, de apenas quatro meses. Minha esposa se chama Daniela.

Nas minhas horas vagas, gosto de jogar futebol com meus colegas da rua. Já tive ligações com a associação de moradores dos Coelhos, na área de eventos, durante dois anos. O que eu gosto mais no meu bairro é a facilidade de se deslocar, pois ele fica no centro do Recife. Mas a violência, o tráfico e a criminalidade tornam minha comunidade um lugar de difícil convívio.

Onde Estamos?

A comunidade dos Coelhos está localizada no Bairro da Boa Vista, à margem do Rio Capibaribe, à cerca de 2 km do mar, próximo ao centro comercial da cidade do Recife. Coelhos existe há mais de 100 anos e pertence à Região Política Administrativa (RPA) 1 e à Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) 27.

As ZEIS surgiram no ano 1983, quando o governo do Estado decidiu dividir a cidade do Recife em zonas diversas, considerando aspectos como proteção ambiental, patrimônio histórico, áreas industriais e comunidades de baixa renda. O objetivo dessa divisão é proteger, através do PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social), as comunidades de baixa renda contra a especulação imobiliária, garantindo, assim, a permanência das pessoas no local onde moram.

Antes de a comunidade ser o que é hoje, a região era coberta de manguezais, como todo Recife. Com o tempo, junto com o desenvolvimento, veio a devastação do mangue e o aterro à margem do rio. Em nossa comunidade, os manguezais e pés de coqueiros deram lugar às moradias de madeira e palafitas (barracos de madeira as margens da maré).

Moradores antigos dizem que a comunidade passou a se chamar Coelhos pelo fato do antigo dono do terreno ter o seu sobrenome Coelho. Já outros dizem que foi porque depois do desmatamento dos manguezais e dos coqueiros o terreno passou a servir para criação de coelhos.

Comparando com a cidade do Recife, percebemos que há uma grande diferença no que diz respeito ao comércio, às edificações, à segurança, à infra-estrutura, ao transporte, à cultura e aos espaços de lazer, já que nossa comunidade possui uma qualidade e uma oferta muito menor.

A comunidade tem a população estimada em 16.000 habitantes que, em sua maioria, trabalham como pedreiros, marceneiros, lavadeiras, estagiários, militares, serralheiros e empregadas domésticas. Por isso, no geral, são profissionais que não tem atividades fixas.

Coelhos possui cinco ruas principais e o comércio é composto por casas de alvenaria e tábua e pequenos estabelecimentos.

A comunidade passou por várias modificações ao longo do tempo. No início, a maioria das casas era feita de tábuas e, depois, passaram a ser de alvenaria, mudança possibilitada por incentivos do projeto Pró-Morar da Prefeitura do Recife. Além disso, algumas áreas foram desocupadas e os moradores indenizados para construção de uma ponte, o viaduto Poeta Joaquim Cardoso. As pessoas ficaram satisfeitas com a indenização recebida, uns foram morar em outras comunidades e bairros da Região Metropolitana do Recife, já outras resolveram comprar novas casas na própria comunidade.

Como Coelhos situa-se no centro comercial, existe o interesse por parte de alguns empresários de transformar o bairro num grande pólo médico que beneficiará, apenas, quem tem plano de saúde, como já vem acontecendo com alguns hospitais que foram construídos nas proximidades.

Em relação à infra-estrutura, os serviços de transporte, luz elétrica, telefones fixos e públicos e coleta de lixo são bons, já os serviços de esgoto e água encanada deixam muito a desejar, pois nem todas as ruas recebem esses serviços.

Na rua principal existem dois postos médicos e dois hospitais públicos (IMIP e Oscar Coutinho), cujo atendimento é regular, pois não atendem só a população dos Coelhos e, sim, toda a região metropolitana, além das cidades do interior.

Não há postos policiais em nossa comunidade. A delegacia mais próxima é a de Santo Amaro, que fica a 20 minutos daqui, onde são registradas as ocorrências que, majoritariamente, estão ligadas ao tráfico de drogas. Além disso, a comunidade não possui Fórum Judiciário e o mais próximo fica a 10 minutos da comunidade vizinha.

Coelhos possui duas escolas, uma comunitária e uma municipal, que oferece ensino fundamental e médio. O movimento Pró-Criança, a OAF (Organização de Auxílio Fraternal), a Agente Jovem, o CTC (Centro Trabalho e Cultura) e a Obra Frei Francisco desenvolvem projetos educacionais, como cur-

sos de capacitação, com objetivo de levar os jovens a se envolverem mais com os problemas da comunidade e se profissionalizarem. Todas essas instituições são coordenadas por técnicos e profissionais que não moram na comunidade.

Na comunidade existem alguns espaços culturais e de lazer como duas praças, dois centros culturais que ensinam crianças e jovens atividades e manifestações da cultura pernambucana, além de uma casa de shows, que funciona as sextas e sábados, é bastante freqüentada pelos moradores e, dependendo do evento, chega a atrair pessoas de outras localidades. Temos também duas Igrejas Petencostais, duas Assembléias de Deus, uma Igreja Católica e dois centros de Umbanda.

Um dos principais problemas da comunidade é a violência, que ainda incomoda e preocupa muito, embora venha diminuindo bastante de uns tempos para cá, devido à ronda policial. Mas, muitas vezes, a polícia abusa de seu poder e sai batendo nas pessoas da comunidade, o que torna a relação conflituosa. Além disso, a falta de lazer, o desemprego e a baixa renda, as drogas, que são compradas e vendidas em alguns lugares da comunidade conhecidos como focos ou pontos de drogas, também são problemas graves e constantes. Sem contar a educação, pois apesar da comunidade possuir duas escolas, elas não atendem à demanda, o que obriga muitos estudantes a procurar vagas em outras localidades, e não oferecem uma estrutura adequada para os alunos, pois falta material escolar, bancas etc.

Entre os pontos positivos da comunidade temos o transporte, que facilita o acesso a vários bairros, a localização, pois moramos muito próximo aos principais centros comerciais do Recife, e a cultura. A comunidade também vem desenvolvendo um excelente trabalho cultural, como o movimento Pró-Criança, que oferece cursos de capacitação em parceria com o Grupo Leão do Norte de dança popular, que já realizou, inclusive, apresentações no exterior.

Uma das conquistas da Comunidade é a Creche Vovô Arthur, que recebe 108 crianças de 0 a 4 anos, permitindo às mães trabalhar tranquilas.

Pelo fato dos Coelhos ser conhecido como uma comunidade que tem altos índices de violência e criminalidade, muitos moradores dizem que não moram aqui, negando sua identidade e tendo vergonha da sua origem. Isso, muitas vezes, reflete-se em um grande desinteresse por parte dos moradores em lutar pelos seus próprios direitos e pela melhoria da comunidade, esperando sempre a ação do poder público, das prefeituras sem preocupar-se em se mobilizar e reivindicar melhorias.

CRECHE VOVÔ ARTHUR

A Creche Vovô Arthur foi construída pela Prefeitura da Cidade do Recife em outubro de 1988, em parceria com o Conselho de Moradores e a Comissão Central da comunidade dos Coelhos. Foi criada a partir da luta comunitária devido à necessidade das famílias em deixar seus filhos, em horário integral, em alguma creche enquanto estavam trabalhando.

A Creche teve como patrono o Sr. Arthur Severino Ramos (1921-1988), que faleceu meses antes da inauguração da mesma. Vovô Arthur, como era conhecido na comunidade, era um homem muito bom e sempre solidário, ajudava a todos indistintamente. Criou 8 filhos legítimos, 7 netos e pelo menos 6 filhos adotivos, além de abrigar pessoas que o procuravam.

Atualmente, o quadro de funcionários da creche está composto por: 5 professores, 28 auxiliares de serviços gerais (04 faxineiras, 02 lavadeiras, 06 cozinheiras, 01 administrativo e 15 auxiliares do desenvolvimento infantil em desvio de função), 23 estagiários de magistério, 04 vigias (02 diurnos e 02 noturnos), obedecendo com flexibilidade uma rotina diária de 07:00 às 19:00hs, iniciando com a recepção da chegada das crianças, café da manhã, escovação, atividades pedagógicas em sala, recreação livre e dirigida, higiene corporal (banho), almoço, sono opcional, lanche, recreação, banho, jantar das 18:00 às 19:00 e saída.

A creche visa criar cidadãos críticos e livres, com uma visão de mundo diferente, tornando-os protagonistas de um mundo melhor e conhecedor de seus direitos e deveres, fazendo valer o exercício da cidadania.

João Gomes
Coordenador Pedagógico



MOVIMENTO PRÓ - CRIANÇA

O Movimento Pró-Criança é um órgão da Arquidiocese de Olinda e Recife, que busca promover a cidadania e a qualidade de vida tanto de crianças e jovens de comunidades de baixa renda como das que se encontram nas ruas. Apesar de estar localizado na Comunidade dos Coelhos, atende várias outras comunidades da Região Metropolitana do Recife (Coque, Ibura, etc).

O Movimento Pró-Criança oferece, por meio do Centro Comunitário de Artes, aulas de teatro, danças, canto, capoeira, percussão e artes plásticas, que atende cerca de 270 crianças e adolescentes. O Centro Técnico tem o objetivo de capacitar jovens para o mercado de trabalho, e oferece aulas de eletrônica, computação, serigrafia e marcenaria avançada, atendendo aproximadamente 160 alunos.

OBRA DO FREI FRANCISCO

A Obra do Frei Francisco trabalha com crianças e adolescente de comunidades de baixa renda, crianças que se encontram nas ruas e ex-internas. Em sua maioria, as crianças atendidas são das comunidades de Coelhos e Coque, embora atenda também crianças de outras comunidades.

A entidade oferece cursos de: percussão, dança, reciclagem, e aulas de reforço, com objetivo de resgatar a cidadania dessas crianças e evitar que elas permaneçam nas ruas. As atividades funcionam em dois expedientes, mas as crianças devem optar apenas por um, para que possam estudar no outro, já que estar matriculado na Rede de Ensino é um dos requisitos para participar dos cursos. Durante o período das aulas é oferecida uma refeição.

Sempre que possível, quando há interesse do aluno, é conseguido um estágio remunerado de monitor de dança e percussão. Dentro da própria instituição, crianças recebem ajuda de custo a cada dois meses do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. A obra recebe também, o apoio da prefeitura da cidade do Recife.

GRUPO LEÃO DO NORTE

O grupo surgiu em 1995, com objetivo de desenvolver trabalhos culturais com crianças e adolescentes da comunidade dos Coelhos, através da dança, teatro e percussão. Atualmente, o grupo também é frequentado por crianças e jovens de várias outras comunidades da Região Metropolitana do Recife. Através do Grupo Leão do Norte, surgiu a idéia de se formar novas agremiações, como o Maracatu Leão do Norte da Campina, e o Boi Fasseiro dos Coelhos, sempre com uma grande participação da comunidade.

Coelhos e o Direito à Segurança

O levantamento realizado pelos jovens da comunidade dos Coelhos teve como enfoque o direito à segurança, e para discutir o grupo escolheu como tema de reflexão e debate casos em que a própria polícia, em vez de garantir a segurança, abusa de sua autoridade, agredindo e violando o direito à segurança dos moradores da comunidade.

Conversando com muitos moradores, pôde-se perceber por vários depoimentos que, muitas vezes, a polícia representa medo no lugar de transmitir tranquilidade. Na leitura e discussão destes relatos, chamaram atenção os repetidos casos de revistas policiais e algumas agressões físicas e morais impostas a jovens moradores da comunidade. Além de registrar esses episódios, notamos que a maioria deles não foi denunciada pelos moradores, garantindo a impunidade dos agressores.

REVISTAS POLICIAIS

Dos jovens que entrevistamos, muitos afirmaram já terem sido revistados por policiais, cujo procedimento, em algumas dessas revistas, foi motivo de muitas queixas. Segundo vários deles, era comum os policiais exporem os revistados a situações de humilhação e grande constrangimento.

“Fomos abordados por uma viatura da Polícia Militar com três policiais, que nos mandaram encostar na parede, para que fôssemos revistados. No momento, iam passando dois outros jovens que também foram abordados e revistados. Esperamos que eles fossem revistados para então perguntar se poderíamos ir embora. Os policiais responderam que não e nos obrigaram a abaixar nossas bermudas até os joelhos. Mesmo discordando, obedecemos.

A situação complicou quando os policiais mandaram abaixar as nossas cuecas e que ficassemos de cócoras. Nós nos recusamos. Eles ficaram muito nervosos, colocaram a lanterna em nossos olhos e apontaram as armas em nossa direção. Ficamos alterados e questionamos: ‘Estamos sem armas e drogas, moramos aqui perto, e não há motivos para essa atitude’.

Quando percebemos que estávamos indefesos, já que eles eram os “chefões”, os “homens-da-lei”, tememos por nossa integridade física, abaixamos as cuecas, mas não acoramos. Fomos liberados sem sermos espancados, mas do jeito que os policiais estavam, se tivessem nos agredido, poderiam até nos matar, pois as ruas estavam desertas e escuras.” (relato de dois jovens moradores da comunidade dos Coelhos)

No relato acima, os policiais chegaram a apontar as armas para que os rapazes obedecessem às suas ordens. Em condições como essa, o temor de sofrer violência física é muito grande, o que, na maioria das vezes, leva as pessoas a se sujeitarem

a situações humilhantes e aos abusos praticados. Mesmo sem existirem agressões físicas diretas, o medo provocado pelas ameaças dos policiais obriga os jovens a serem submissos. Como esse relato, há outros que também narram formas truculentas e desrespeitosas de alguns policiais abordarem as pessoas e as tratarem durante a revista. Vejamos mais um caso:

“Três policiais da Cavalaria da Polícia Militar, com um tom de voz arrogante e agressivo, nos mandaram encostar na parede para a revista. Como não encontramos o que previam (drogas, armas), ficaram muito chateados e colocaram seus cavalos perto de um dos meus amigos para o que os animais pudessem mijar nele. Eu e meus outros amigos estávamos próximos do cavalo e também nos molhamos. Os policiais ficaram sorrindo com o que estava acontecendo e em seguida nos liberaram para que pudéssemos seguir o nosso destino.” (relato de um jovem morador da comunidade)

Pode-se também perceber, em casos como esse, que além do constrangimento da própria revista, os rapazes foram submetidos a outros constrangimentos graves. Situações como as relatadas acontecem com mais frequência com jovens do sexo masculino e alguns abusos mais graves são cometidos em revistas feitas longe das vistas do público, embora ocorram também constrangimentos em locais de pleno movimento. O medo parece predominar e são poucos os que resistem aos abusos, e menor ainda é o número dos que os denunciam.

Além desses casos de vítimas de abuso policial fora das imediações da comunidade, algumas outras pessoas também contaram que, dentro da comunidade, a abordagem policial costuma acontecer da mesma forma. A respeito disso, vejamos um caso:

“Os policiais desceram do carro e me abordaram perguntando o que eu estava fazendo no local, então respondi: ‘estou vindo do frigorífico, moro aqui na comunidade’.

Mesmo assim, eles pediram que uma polícia feminina me revistasse. Pensei que apenas eu iria ser revistada, mas de repente vi um dos policiais pegando minha filha e tirando sua calça plástica para ver se tinha drogas dentro dela. Como não encontraram nada, os policiais me liberaram. Achei um absurdo a atitude dos policiais, mas tive que ficar calada porque eles estavam muito irritados e poderiam bater em meu rosto.” (relato de uma moradora da comunidade dos Coelhos)

Como vemos, as mulheres também podem ser vítimas dos abusos. No caso, os policiais ainda revistaram a filha de colo da moradora. Esse tipo de comportamento mais abusivo e intran-



sigente é mais freqüente quando os revistados têm origem social mais pobre ou residem na comunidade dos Coelhos. Provavelmente, seria mais difícil esse tratamento ser dado a uma mãe oriunda de um bairro nobre.

AGRESSÕES FÍSICAS

Para além das situações de revista, alguns casos nos mostraram que ser usuário de drogas ou ser confundido com um usuário dentro da comunidade, muitas vezes implica sofrer agressões físicas da polícia. Conversamos com uma pessoa que foi apanhada pela polícia comprando cola em um dos pontos de droga da comunidade. Ela mesma nos contou o que aconteceu:

“Em fevereiro de 2002, eu e nove amigos estávamos indo comprar cola de sapateiro para cheirar, em um ponto de drogas da comunidade dos Coelhos, quando de repente chegou a polícia militar. Assustados, começamos a correr pelas ruas e becos, na tentativa de escapar dos policiais. Eu fui pego com cola e os demais conseguiram fugir.

Os policiais perguntaram o que eu estava fazendo no local e eu respondi que estava apenas passando. E eles gritaram: ‘como é que você estava apenas passando se você está portando cola e tentou correr da polícia?’ Um dos policiais bateu em minha perna com um cacete de madeira e mandou que eu gritasse para todas as pessoas presentes ouvirem a seguinte frase: ‘Eu vim comprar cola’. Mesmo pedindo para que eles não me batessem, continuaram a me espancar. Em um determinado momento, quando já me encontrava no chão os policiais me levantaram pela camisa deram uma tapa em minhas costas e mandaram que eu fosse embora.” (relato de um jovem de 19 anos)

Nesses casos, os policiais parecem se colocar na função de não apenas coibir o tráfico, mas também de julgar e punir brutalmente os usuários como forma de demonstrar sua desaprovação ao consumo das drogas. Essa função não apenas fere os direitos dos jovens agredidos, como dificulta ainda mais a sua situação já conturbada pelo vício. O estigma negativo carregado pelos jovens envolvidos com drogas ilícitas parece motivar o silêncio ou a aceitação desse tipo de violência policial por parte de outros moradores.

Ainda com relação à fiscalização do tráfico, discussões ressaltaram que alguns policiais agem também de forma discriminatória com pessoas de aparência diferente da média dos moradores e que estejam circulando pelos Coelhos. Somente por serem consideradas “de fora”, elas já seriam rotuladas de usuários de drogas.

Em outro relato, alguns moradores da comunidade foram considerados suspeitos por alguns policiais, apenas por estarem conversando na rua após as 22 horas. Vejam o que aconteceu:

“Os policiais chegaram perguntando para meus amigos o que faziam tão tarde na rua e meus amigos, muito assustados com os policiais,

responderam que moravam próximo ao local, que estavam apenas conversando. Foram obrigados a encostar na parede para que fossem revistados. Eles bateram em três dos meus amigos, sem permitir que eles se defendessem, enquanto os outros ficaram olhando os meninos apanharem e não puderam fazer nada.” (morador da comunidade)

A já difícil relação entre os jovens moradores e os policiais fica bastante marcada por situações como a relatada acima. Sem qualquer justificativa, muito freqüentemente, os policiais interrompem e revistam grupos de jovens por eles considerados suspeitos apenas por estarem circulando em grupo durante a noite. Mais uma vez, essa conduta discriminatória e violenta não foi contestada pelas vítimas. De modo geral, os abusos cometidos pelos policiais com os moradores da comunidade criam uma relação de constante desconfiança entre ambos, aumentando a insegurança presente.

DIFICULDADES EM DENUNCIAR

Muitas das pessoas com quem conversamos nos disseram que se sentiam indignadas e revoltadas com a violência que sofreram. Contudo, percebemos que a maioria dos moradores não denuncia a violência sofrida. Entre os diversos episódios relatados, apenas um deles foi denunciado. Alguns entrevistados disseram que não sabiam aonde ir e como proceder diante das agressões que sofreram:

“Revoltado, um dos meus amigos questionou: ‘Esses policiais deveriam ser punidos por abusar dos direitos das pessoas’. Mesmo assim, resolvemos esquecer o ocorrido e voltar para casa por termos medo de retaliações, pois não vale a pena denunciar polícia à própria polícia.” (relato de um jovem morador da comunidade)

“Cheguei na casa da minha mãe muito nervosa, chorando, e quando contei o fato, minha mãe ficou revoltada, querendo voltar ao local para tomar satisfação com os policiais, só que meu pai pediu para que deixasse o acontecido para lá, para não ter problemas depois.” (relato de uma moradora da comunidade)

“Ninguém pode fazer nada quando acontece esse tipo de comportamento, que vem sendo presente na comunidade. Como podemos denunciar a polícia se a queixa é feita para a própria polícia?” (relato de uma moradora da comunidade)

Nesses casos, chama a atenção o descrédito das pessoas de que denunciar casos de violência cometidos pelos policiais para a própria polícia possa surtir algum efeito, além de haver também uma certa percepção de que esse tipo de denúncia, em vez de resolver, pode complicar, ainda mais a situação das vítimas e de seus familiares. Esse descrédito nos mecanismos de apuração e o medo de novas retaliações do policial agressor

estimulam o silêncio dos moradores.

Infelizmente, no único caso observado em que foi feita uma denúncia, o sigilo sobre a identidade do denunciante não foi respeitado. Confirmando as impressões da maioria dos entrevistados, além de nenhuma investigação ter sido feita, o denunciante foi ameaçado:

“Uma certa vez fiz uma denúncia contra um determinado bombeiro a sua corporação. Durante a ligação me identifiquei dizendo o meu nome e solicitei que eles viessem resolver o problema, só que nada foi feito, nem por parte da polícia, nem do Corpo de Bombeiros.

Depois de três semanas do acontecido, o rapaz que denunciei veio falar comigo e me ameaçou dizendo: ‘Fiquei sabendo que você me denunciou para a corporação, se fosse um marginal, um matador, você não faria isso’. Nunca mais farei uma denúncia, fecharei os meus olhos para o que acontecer de hoje em diante para evitar confusão, pois na verdade não existe sigilo nenhum quando fazemos uma denúncia.

Acredito que esse seja o motivo pelo qual as pessoas da comunidade não denunciam os casos de violência que acontecem aqui, por terem medo de se expor.” (relato de um morador da comunidade dos Coelhos)

Assim, situações como a relatada pelo morador contribuem muito para que “os olhos se fechem” para as arbitrariedades vividas ou presenciadas pelos moradores. Não denunciar passa a ser uma estratégia de garantia da integridade da vítima, ao mesmo tempo que consolida a impunidade dos policiais violentos. Esse ciclo vicioso fortalece a sensação de medo e insegurança, distanciando os policiais da comunidade.

Em todos esses relatos, a polícia, como um órgão de recebimento e encaminhamento de denúncias contra os próprios policiais, nem sempre contribui para que tais denúncias sejam devidamente apuradas e seus agressores coibidos, portanto é importante que sejam criados outros canais fora da corporação a fim de se garantir um melhor encaminhamento dos casos. Além disso, percebemos a importância de que a segurança e o anonimato dos denunciante sejam completamente garantidos.

A criação de organizações independentes e a divulgação intensiva daquelas já existentes são fundamentais para que sejamos capazes de quebrar esse ciclo vicioso de medo e impunidade. A divulgação na comunidade de trabalhos como o desenvolvido pelo Gabinete de Assessoria Jurídica das Organizações Populares (Gajop), por exemplo, pode ser um caminho para que casos como esses sejam mais denunciados pelos moradores, porque ainda são poucos aqueles que conhecem ou têm acesso a qualquer mecanismo de denúncia que não sejam as delegacias mais próximas. É preciso também que a formação de policiais seja mais bem orientada para consolidar uma prática de policiamento mais humana e próxima da comunidade, respeitando os direitos humanos de todos os moradores.

JUSTIÇA E CIDADANIA

Extremamente impactantes são os relatos dos jovens da comunidade dos Coelhos, vítimas dos crimes de tortura, abuso de autoridade, violação dos seus direitos fundamentais que, efetivados com requintes de humilhação e crueldade, expõem a prática da polícia militar de Pernambuco quando se direciona a comunidades como a de Coelhos.

O relatório do grupo de Coelhos destaca algumas percepções sobre a atuação policial tanto suscita perplexidade como também estimula a ação organizada da comunidade para restaurar o respeito à sua dignidade e cidadania.

As atitudes de autoritarismo, o comportamento abusivo e a deformação da missão que é própria aos operadores da segurança e defesa social, há muito circulam no debate sócio-político que se desenvolve no país, sempre colocando em um crivo crítico o Estado, a própria polícia e a comunidade vítima dessa criminalidade. No centro da análise, destaca-se a cultura revelada através dos procedimentos e atitudes que cada um desses atores desenvolve.

1. Inicialmente, observa-se como a responsabilidade do Estado é colocada nesta questão. A prática policial que se supõe refletir o pensar político e gerencial do Estado para promover a defesa da sociedade e que se efetiva, preferencialmente, nas comunidade pobres como a dos Coelhos, advém basicamente de duas posturas culturalmente enraizadas nos governo:

- a) O Estado Democrático de Direito descrito na Constituição aparenta ser uma abstração maior que aquele descrito no seu formato de pessoa jurídica fictícia, o que efetivamente ele o é. A subordinação a uma prática de soberania jurídica que se justifica pelo discurso da lei – daí as belas e avançadas leis que o país possui – não garantem como contrapartida, o uso pelo Estado e a Sociedade de instrumentos desenvolvidos para possibilitar a aplicabilidade da lei, de forma capilar, em todo o tecido social e no âmbito da sociedade política.

- b) *A ideologia, mesmo que escamoteada, concebe a pobreza como fonte geradora de classes perigosas e, para elas, define uma política pública autoritária, repressiva e excludente que, consequentemente, interdita a construção de uma cidadania plena. A Polícia se mostra, então, como o agente primordial, uma vez que é braço armado do Estado para a sua materialização ideológica.*
2. *Deslocando o foco sobre os atores, é possível objetivar nessa análise a importância dos aspectos culturais que a prática policial registra. Dois aspectos merecem especial atenção:*
- a) *O visível despreparo técnico que os operadores da segurança demonstram ao definir suas estratégias de abordagem a partir de uma referência subjetiva de suspeição que, em nada, pode objetivar a escolha do cidadão a serem abordados. Ao fazê-lo, desencadeia um processo de atos ilegais e ilícitos que, se fiscalizados, implicaria necessariamente num processo punitivo previsto em lei. Em pesquisa realizada por pesquisadores da Fundação Joaquim Nabuco em 1994, denominada "O Retrato Falado do Suspeito", pode-se detectar a aleatoriedade dos indícios da suspeição, em sua maioria calcados numa subjetividade sem base nenhuma de sustentação racional. Olhar as características do suspeito, o modo de andar, a localização em determinados pontos da cidade em horas tidas como incomuns, o traje, chegando um dos pesquisados a afirmar que se visse um casal bem vestido, portando o homem colares, anéis e pulseira, conversando com algum gerente de banco, para ele, seguramente se trataria de estelionatário em ação, de forma que todo e qualquer cidadão, pode ser, antes de tudo, e a qualquer momento, considerado suspeito.*
- b) *além desse despreparo para a identificação do suspeito, há ainda a certeza da impunidade, uma vez que se sentem acobertados por seus parceiros, em função do corporativismo que a prática policial comporta. Nesse campo, a voz do cidadão é desqualificada e suas ações vulneráveis a retaliações advindas do agressor. Vê-se na desistência de oficializar denúncias, o medo, a preocupação de ser mais uma vez vítima da ação do agressor que tem a arrogância de vir falar com as vítimas, constringendo-as por denunciar seus abusos.*
3. *Por fim, cabe ainda destacar a conduta da comunidade. Vítima da sua condição de exclusão, afastada obrigatoriamente da participação do pacto político e do mercado econômico por se mostrar desprovida de empoderamento, e ainda, sem condições de conquistar o direito de pertencimento, esta comunidade se predispõe ao silêncio e à submissão imposta pelo autoritarismo que a prática policial detém.*

Considerando que o desenvolvimento do participar político, é caminho único para o cidadão inferiorizado pela hierarquia social injusta, que lhe interdita a possibilidade para se fazer sujeito moral e sujeito político realizador da sua própria história, o trabalho desenvolvido com os jovens da Comunidade dos Coelhos e sistematizado pelo Observatório dos Direitos Humanos, é um alento inestimável. E, as alternativas de enfrentamento a essa situação criminosa, efetivada pelos policiais pernambucanos, constui uma esperança dirigida ao ideal que todos defendemos: a liberdade, a igualdade e o direito de cidadania e, principalmente, que nos impulse à união que possibilite reivindicar o respeito a nossa dignidade de cidadão e a realização da justiça social, chave definitiva para a construção da paz social.

Ronivalva de Andrade Melo

Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco



PERNAMBUCO

ENTRA APULSO



Quem Somos?

WASHINGTON BARROS DO NASCIMENTO

Oi, tudo bem? Meu nome é Washington Barros do Nascimento, sou solteiro, tenho 19 anos e nasci em Recife. Moro na comunidade do Entra Apulso, no bairro de Boa Viagem. Estou cursando o 3º ano do ensino médio. Gosto de ir à escola para obter mais conhecimentos e, também, para encontrar meus amigos. Sou bastante extrovertido, não guardo rancor de ninguém e detesto a falsidade. Sou negro, olhos castanhos, cabelos pretos, 1,70 m e 59kg.

Trabalhei como controlador de estacionamento no Shopping Center Recife durante um ano e sete meses. Gostava de trabalhar ali, pois o ambiente era bastante agradável, todos eram amigos e, além disso, o serviço era tranquilo: ficávamos sentados o dia todo, apenas digitando as placas dos carros. Nunca tive ligação com associação de moradores, mas, hoje, estou cada vez mais interessado em participar.

No meu tempo livre, gosto de jogar bola no campinho da escola ou na praia de Boa Viagem com meus colegas. E meu principal objetivo para o futuro é terminar os meus estudos e ter um trabalho digno.

Moro com meus pais e três irmãos. Meu pai se chama Severino e tem 45 anos. Ele nasceu na cidade de Paudalho, no interior de Pernambuco, e cursou somente até a terceira série do primeiro grau, pois teve que trabalhar cedo para sustentar seus irmãos. Minha mãe se chama Maria José, tem 39 anos, nasceu em Recife, no bairro da Torre e concluiu até a quarta série do primeiro grau, pois se casou muito cedo com meu pai. Meu irmão mais velho se chama Wagner, tem 23 anos e é soldado da Força Aérea Brasileira. Meu segundo irmão, tem 22 anos, trabalha de jardineiro no Shopping Recife, é casado e tem um filho de três meses. Minha irmã, tem 29 anos, trabalha na administração do Shopping Plaza Casa Forte como recepcionista.

Em minha comunidade, os direitos à moradia e ao lazer são os mais violados, além da situação do saneamento básico não ser adequada. Por isso mesmo, meu objetivo no Projeto Observatório de Direitos Humanos é colaborar para melhorar a vida dos moradores da comunidade.

LAUDICEIA FERNANDES BEZERRA

Olá! Meu nome é Laudiceia Fernandes Bezerra, tenho 20 anos, sou católica e tenho cabelos louros tingidos. Moro na cidade do Recife/PE, em uma comunidade chamada Entra Apulso, que é muito carente em relação ao saneamento básico e à pavimentação das ruas. Adoro o lugar onde moro, pena que a mesma é um pouco violento!

Terminei os estudo há um ano. Gostava muito de estudar, porque o ensino é fundamental para o bom desenvolvimento de qualquer pessoa. Sou bastante crítica, mas tenho uma habilidade enorme de fazer amizades. Atualmente não estou trabalhando.

Meus pais chamam-se Severino Manoel Bezerra e Lindalva Fernandes Bezerra. Ambos nasceram na cidade de Passira/PE e estudaram somente até a quarta série. Minha mãe não trabalha, é dona de casa, e meu pai é porteiro de um edifício em Boa Viagem.

Sempre moramos em Recife, mas passamos por bairros diferentes como Ipsep e Pina. Acabamos nos mudando para o bairro atual, porque, antes, pagávamos aluguel. Tenho dois irmãos, mas só um deles trabalha, ele é operador de caixa de um

hipermercado há cerca de três anos. Minha irmã mais nova só tem 13 anos e, por isso, apenas estuda. Meu irmão ajuda na renda mensal da família que é de R\$ 800,00.

No meu tempo livre, gosto de ir a praia, ao shopping e ao parque de diversões, sempre acompanhada de alguns amigos.

Em relação ao meu bairro, o que gosto é a firmeza com que as pessoas encaram a realidade e o que não gosto é de algumas pessoas que adoram passar outras para trás e isso não é nada agradável, até porque moramos todos no mesmo bairro. Apesar de existir uma associação comunitária em meu bairro, eu nunca tive ligação com ela.

Tenho uma expectativa grande em relação ao meu futuro e espero crescer muito profissionalmente. Meu objetivo é trabalhar para ser uma cidadã respeitada. Na comunidade em que moro, graças a Deus, me dou super bem com as pessoas que vivem ao meu redor.

Gostaria de finalizar, dizendo aos jovens que estudem sempre, pois o estudo é a fonte da sabedoria.



PRISCILA CORREIA RIBEIRO

Olá, meu nome é Priscila Correia Ribeiro, tenho 18 anos, nasci no dia 15/06/84, em Recife/PE. Sou branca, não muito alta, sou forte, cabelos e olhos castanhos. Adoro me divertir, fazer novas amizades, sou sincera e adoro crianças. Não tenho religião definida, apenas creio em Deus.

Morei quase 2 anos no bairro de Piedade, em Jaboatão/PE. Daí, meus pais decidiram ir morar em São Paulo, onde ficamos durante 5 anos. Confesso que já tive muita vontade de voltar a morar lá. Eu, minha mãe e minha irmã, que nasceu lá, voltamos primeiro, enquanto meu pai ficou para trabalhar e só voltou um tempo depois.

Antes de morar em Entra Apulso, morei quase um ano em uma comunidade próxima, chamada Beira do Rio. Hoje, moro a quase 12 anos aqui e gosto muito dessa comunidade, pois tenho meus amigos, familiares e o meu namorado de quem também gosto muito. O nome dele é Charles, tem 26 anos e tenho certeza de que ele é o homem da minha vida.

Na minha comunidade, não tem muitas opções de divertimento, nem muitos lugares para onde ir. Temos o Shopping Center Recife e a praia de Boa Viagem, que ficam bem próximos. Tínhamos uma associação de moradores, que recebia crianças e jovens para debates e festas, mas, depois de um tempo, o trabalho desandou e a associação foi transformada em boate, fato que eu e muitos moradores achamos um absurdo. Depois de muitas confusões, a boate foi fechada e até hoje estamos sem uma associação.

Acho que na comunidade onde moro o direito mais violado é o direito ao lazer, pois as crianças não dispõem de nenhuma área de lazer, como pracinhas, quadras de esportes, campo de futebol etc. Apesar disso, temos um grupo cultural, o "Rosa dos Ventos", que faz apresentações de danças como frevo, maracatu, ciranda, afoxé e outros. Temos também o grupo "Abadá Capoeira" que envolve crianças e jovens da comunidade em suas atividades.

Minha mãe se chama Mônica e meu pai Antonio. Ela é doméstica, ele churrasqueiro e, no momento, está desempregado. Tenho também dois irmãos, Jaqueline, de 13 anos, e Eltom, de 10, e uma quase irmãzinha, Rayssa Emillym, 3 anos, que é minha prima, mas mora em minha casa desde novinha.

Um dia muito importante da minha vida foi o do meu aniversário de 15 anos, que aconteceu há três anos atrás. Foi uma festa maravilhosa! Outro momento marcante, foi quando conheci o meu namorado.

Eu sempre fui uma pessoa muito batalhadora, sempre corri atrás dos meus objetivos. Aos 14 anos, participei de um curso sobre técnicas de vendas, que foi promovido pelo Centro Dom Helder Câmara de Ações e Estudos Sociais (CENDHEC). Foi algo de que me orgulhei muito, pois sempre desejava participar de cursos, mas quase nunca eu podia, porque a idade exigida na maioria era acima de 16 anos. Terminei os estudos com 17 anos e sempre gostei muito de estudar. Estudei durante 8 anos em uma escola que existe na minha comunidade chamada "Inalda Spinelli" e 3 anos em outra, a escola "Santos Dumont". Gostava muito das duas escolas.

No momento, estou participando do Projeto Observatório de Direitos Humanos e espero poder ajudar as pessoas de minha comunidade.

Já trabalhei no Shopping Center Recife, aqui mesmo no bairro de Boa Viagem, e, durante 8 meses, no Hospital das Clínicas, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Foi um emprego que eu adorei, pois trabalhava com o público como recepcionista. Sinto que só terei uma grande conquista a partir do momento que eu conseguir um emprego para poder ajudar meus pais.

Quando tenho um tempinho livre, gosto de estar com meu namorado. Sempre vamos ao cinema, shopping e à praia.

ROSÂNGELA RODRIGUES DA SILVA

Olá, tudo bem? Eu me chamo Rosângela Rodrigues da Silva, tenho 21 anos, sou branca, tenho os cabelos cacheados e olhos castanhos escuros. Nasci no interior de Pernambuco, em uma pequena cidade chamada Camutanga, que fica na Zona da Mata. Atualmente estou morando na cidade do Recife, no bairro de Boa Viagem, que fica na zona sul da cidade. Embora seja um bairro nobre, a comunidade "Entra Apulso", onde estou morando há seis meses, é uma comunidade de baixa renda.

Nunca pensei em morar aqui. Conhecia bem a comunidade porque eu sempre vinha passar as férias na casa de minha tia, com que estou morando atualmente. Assim que terminei o segundo grau, vim para Entra Apulso sem nenhuma intenção de ficar morando. Foi aí que o CENDHEC (Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social) ofereceu para a comunidade

um curso de formação de gestores sociais em direitos humanos. Como eu tinha disponibilidade, fiz a minha inscrição. Retornei ao interior no carnaval de 2002 e, pouco depois, recebi um telefonema dizendo que eu havia sido chamada para participar do curso, que durou três meses. Logo após, veio o Projeto do Observatório de Direitos Humanos, do qual estou participando atualmente.

Quando tenho um tempinho livre, gosto de ir à praia ou, então, conversar com meus amigos.

Na minha comunidade, o que não gosto é da violência e o que gosto é a maneira como as pessoas se reúnem para fazer apresentações culturais, como são os casos do Grupo de Dança "Rosa dos Ventos" e do Grupo "Abadá Capoeira".

TATIANA BARBOSA

Oi! Meu nome é Tatiana Barbosa, tenho 18 anos, nasci na cidade do Recife e moro com os meus padrinhos no bairro de Boa Viagem, na comunidade do Entra Apulso, que é a porta de acesso do maior pólo comercial da cidade, o Shopping Recife. Meu padrinho nasceu em Santa Cruz do Capibaribe e minha madrinha, em Palmares/PE. Eles são dono de um restaurante. Tenho uma irmã e três sobrinhas.

Sou morena, tenho cabelos cacheados, olhos castanho escuro, sou amiga e compreensiva, quando precisam de mim. Considero-me uma pessoa bastante decidida, pois quando quero alguma coisa procuro lutar para conseguir e não desisto no primeiro obstáculo, até por que, sempre os encontrarei pela frente. Sou católica, mas não frequento muito a igreja, acho que o importante mesmo é crer em Deus. Tenho alguns defeitos, como todo ser humano: sou um pouco autoritária e gosto de mandar em determinadas situações.

Quando tenho tempo livre, gosto de desenhar, ouvir música e estudar. Concluí o segundo grau em 2001 e estou fazendo um curso pré-vestibular, pois pretendo prestar Serviço Social, curso pelo qual passei a me interessar a partir de minha participação no projeto Observatório de Direitos Humanos. Faço parte do Grupo Ação, que surgiu através de um curso de Formação de Gestores Sociais em Direitos Humanos, oferecido pelo CENDHEC (Centro Dom

Helder Câmara de Estudos e Ação Social). O grupo é formado por moradores e trabalha em prol da comunidade.

Você que está lendo minha história de vida deve ter ficado curioso quando viu o nome Entra Apulso. Vou lhes falar um pouco sobre ela. Essa comunidade é um pouco grande e está localizada em um bairro nobre da cidade, Boa Viagem, que é uma região muito valorizada financeiramente, por ser perto do Shopping Center Recife e da praia. Por ser tão valorizada, a área é muito visada pelas empresas imobiliárias, que querem construir seus enormes edifícios, e até pelo próprio Shopping. Todos eles querem tirar a nossa comunidade de onde ela está, mas, não tem sido uma briga muito fácil, pois estamos em uma área ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) o que nos dá alguma proteção e garantia contra esses interesses financeiros.

No entanto, apesar de bem localizada, a comunidade sofre com diversos problemas, como a falta de saneamento básico e a falta de uma educação de qualidade, sem contar a questão da legalização da posse da terra, que é o maior problema enfrentado pelos moradores.

Eu tenho vários objetivos de vida. Os principais são cursar uma faculdade e ver melhorar as condições de vida de minha comunidade.

Onde estamos?

Segundo moradores mais antigos, nossa comunidade era uma área de mangue e nas suas proximidades existia uma comunidade de baixa renda chamada “Mata Sete”. A origem desse nome apresenta duas versões: para alguns, o nome se refere à grande violência que havia no local, onde, dizem, uma pessoa era morta a cada dia da semana, e, para outros, o nome foi dado por seus moradores em homenagem a uma música muito tocada numa gafeira do local.

Os moradores de Entra Apulso foram chegando e aterrando o mangue, vindos de várias localidades diferentes, desde comunidades próximas até cidades do interior de Pernambuco. O nome **ENTRA APULSO** surgiu, segundo moradores mais antigos, pelo fato da prefeitura do Recife, a princípio, querer impedir a ocupação do local. Durante a noite, os moradores construíam os seus barracos que eram derrubados por policiais pela manhã. Mas, apesar das dificuldades, os moradores não desistiram, lutaram e ficaram “**apulso**”, ou seja, na força, na marra.

A comunidade fica a aproximadamente 40 minutos do centro do Recife e está situada em um dos bairros mais nobres da cidade da cidade, Boa Viagem. É perto do Shopping Center Recife e da praia de Boa Viagem. Por ser localizada em uma área nobre, é muito visada pelas empresas imobiliárias, que querem construir seus enormes edifícios, e até pelo próprio Shopping. Todos querem tirá-la de onde está. Mas essa briga não tem sido fácil para eles, pois a comunidade, desde 1987, passou a ser reconhecida pelo poder público como uma área ZEIS (Zona Especial de Interesse Social).

Entra Apulso existe desde 1950, tem cerca de 10 mil moradores e está limitada pelos canais Setúbal e Jordão, sendo o primeiro localizado a leste e o segundo a oeste. A comunidade tem ruas muito divididas e vários becos, que chegam a ser verdadeiros labirintos, por serem muito estreitos e não serem asfaltados. A comunidade ainda carrega muito de sua estrutura inicial, como é o caso de algumas ruas que continuam com o mesmo formato de anos atrás. A maioria de suas casas é de alvenaria, mas ainda existem casas de tábuas, que ficam localizadas na parte mais carente da comunidade.

A Zeis “Entra Apulso” é cortada por duas ruas principais, a Rua Visconde de Jequitinhonha e a Rua Ribeiro de Brito, que dão acesso ao Shopping. É nelas onde há a maior concentração comercial, com



bares, restaurantes, cabeleireiros, lojas de estofados, serralharias, bancas de jogos, mercearias, marcenarias, lanchonetes etc, que, em sua maioria, pertencem aos próprios moradores. Outra rua importante, a Rua Tenente Domingos de Brito, serve como saída principal do Shopping.

A comunidade é bem estruturada em relação aos serviços de luz elétrica, transporte coletivo, coleta de lixo e telefones públicos. Já no caso dos telefones fixos, nem todos os moradores têm condições financeiras para usufruir desse serviço. Em relação ao abastecimento de água, as condições também não são muitas boas, uma vez que a distribuição e a qualidade da água deixam muitas a desejar. A falta de saneamento básico e a má qualidade de moradia de algumas pessoas, são alguns dos nossos maiores problemas.

A comunidade dispõe de um Posto de Saúde, situado bem próximo, mas que não atende as necessidades de todos os moradores, pois não tem profissionais suficientes. No Entra Apulso não existe Delegacia ou Posto Policial. Quando os moradores necessitam desses serviços, vão até a delegacia mais próxima, que fica a aproximadamente 15 minutos da comunidade. Entretanto, na comunidade há frequentes rondas policiais, principalmente por causa do Shopping Center.

Existem três escolas na Entra Apulso. A Escola Estadual Inalda Spinelli, que oferece o ensino fundamental, a Escola Municipal Abílio Gomes, atende do ensino infantil à 4ª série do fundamental e a escola particular "Academia Cristã", atende do ensino infantil à 8ª série.

A comunidade não possui muitas atividades culturais e espaços de lazer. Existem cinco centros religiosos, sendo dois centros de Candomblé, dois templos da Assembléia de Deus e uma Igreja Presbiteriana. Existem dois grupos culturais que trabalham sem recursos e com muitas dificuldades, o grupo de capoeira "Abada Capoeira" e o Grupo de Danças "Rosa dos Ventos".

Os moradores de Entra Apulso trabalham em diversas atividades: como ambulantes na praia de Boa Viagem, outros têm seu próprio negócio na comunidade, alguns trabalham no Shopping Center como vendedores (as) ou em serviços gerais, e outros fazem pequenos bicos para ajudar na renda familiar. Uma grande partes das mulheres da comunidade trabalham como lavadeiras (lavam roupas para fora).

Na comunidade do Entra Apulso, o direito mais violado tem sido o direito à moradia, por isso, no imaginário dos seus moradores está sempre presente a luta histórica pela legalização e posse da terra.

Desde 1987, após a lei do PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social), a comunidade tem estado sempre presente no Fórum do Prezeis, através da participação dos seus dois representantes na COMUL (Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra). Com isso, continuamos a luta para conquistar o direito à moradia e continuamos fazendo a história de nossa comunidade.

CRECHE COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM

A Creche Comunitária Nossa Senhora da Boa Viagem foi inaugurada no dia 1º de maio de 1991. Surgiu como resultado da mobilização de moradores, sobretudo das mulheres, preocupadas com o alto índice de miséria e marginalidade existente na comunidade de Entra a Pulso. A Creche iniciou suas atividades com 11 funcionários(as), proporcionando um serviço em tempo integral a 50 crianças, filhos(as) de mulheres da comunidade que precisavam ser inseridas no mercado de trabalho.

Em 1993, visando contribuir na definição de políticas públicas na área de educação infantil, a Creche iniciou sua participação política. Esse envolvimento ampliou as articulações da Creche com as entidades que trabalhavam com essa questão e com o Poder Público Municipal, o que acabou resultando em um convênio com a Prefeitura da Cidade do Recife, em 1994. Através dessa parceria, a Prefeitura passou a fornecer toda alimentação perecível e não perecível, além de material de limpeza para a Creche.

Em 1996 e 1998, a entidade passou a contar com o apoio voluntários da área de psicologia e pedagogia. A fim de compor essa equipe, a Creche contratou uma fonoaudióloga. Estes apoios vieram contribuir para a construção da concepção de atendimento infantil da Creche, facilitando a integração com família-escola-comunidade.

Nossos Parceiros

Em 1999, a Creche foi pioneira na formação do Grupo Associativo de Entidades Sociais (GAES), participando ativamente de suas reuniões desde a fundação, sempre com o objetivo de contribuir na definição da política na área de educação infantil.

Preocupadas com o desenvolvimento físico, emocional e mental das crianças atendidas, todas as funcionárias da entidade participaram de estágios em creches populares e institucionais, assim como de cursos de formação promovidos pela Assessoria 5, uma ONG que dava apoio à construção, implantação e funcionamento de creches, com o objetivo de preparar a equipe para um atendimento integral as crianças.

A Creche vem se constituindo, ao longo desses anos, como um ponto de encontro e de apoio às mulheres da comunidade. Esses encontros vêm promovendo momentos de discussão e reflexão sobre os problemas comunitários e das próprias mulheres, além de gerar oportunidades de trabalho, uma vez que muitas funcionárias são moradoras do local.

Foi a partir desse contexto e da iniciativa de funcionárias e mães usuárias da Creche Comunitária Nossa Senhora da Boa Viagem que surgiu o Grupo de Mulheres. Esse grupo foi formado com objetivo de buscar melhorias para a comunidade, em defesa do direito a saúde, ao trabalho, a moradia e a educação. Ao mesmo tempo em que tem por objetivo fortalecer o papel feminino na comunidade, através do resgate de sua auto-estima. Como resultado desse trabalho, foi implantado na comunidade o Programa Saúde na Família (PSF) em 2001/2002.

Atualmente, a creche atende a 110 crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos, oferecendo 5 refeições diárias, serviço de guarda e programa educacional. Tem como compromisso encaminhar as crianças na faixa de 4 a 6 anos para a escola. Como missão, busca contribuir para a formação integral e o bem estar da criança de 0 a 6 anos, moradoras da comunidade do Entra a Pulso, articulando-se com os conselhos de gestão na prática de Educação.

GRUPO ABADA CAPOEIRA

O Grupo Abada Capoeira foi uma iniciativa de Edvanilson, um morador que chegou em 1989 no Entra Apulso. Em seus passeios à feirinha do bairro de Boa Viagem, Edvanilson foi se interessando pela capoeira ali existente e criou o grupo Abada Capoeira (sigla da Associação Brasileira de Apoio ao Desenvolvimento da Arte Capoeira). Nas apresentações, o grupo sempre contou com o apoio das Escolas Públicas (Inalda Spinelli e Abílio Gomes) e da Creche Comunitária Nossa senhora da Boa Viagem, todas elas localizadas na comunidade do Entra Apulso.

Atualmente, o Abada Capoeira assiste a 30 crianças e 40 jovens, buscando sempre trabalhar a cultura e o lazer.

Iniciativa Positiva

GRUPO AÇÃO

Grupo Ação Entra Apulso surgiu em 2002 a partir de um curso de formação de gestores sociais em direitos humanos, oferecido pelo Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), que capacitou 30 moradores da comunidade do Entra Apulso. A partir deste curso, estes moradores perceberam que a comunidade precisava de melhorias, surgindo assim a idéia de formar um grupo que lutasse por políticas públicas.

Por ser um grupo novo, ainda está se estruturando. Entretanto, algumas ações já foram realizadas pelo grupo, tais como: conscientização dos problemas gerados pelo acúmulo de lixo na comunidade (panfletagem, peça de teatro); e mobilização da comunidade para a eleição de representantes da COMUL (Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra). Atualmente, o grupo é composto por 15 pessoas.



Entra Apulso e o Direito à Moradia

POR QUE ESCOLHEMOS ESSE DIREITO?

Após diversos debates sobre os direitos humanos, chegamos ao consenso que a questão mais relevante a ser trabalhada na comunidade do Entra Apulso é o da “Legalização da Posse da Terra”. Para justificar a escolha dessa questão, relacionada ao direito à moradia, foram apresentados os seguintes argumentos: 1) a existência de um movimento de luta dos moradores da comunidade para permanência na área de ocupação; 2) a ausência de títulos de posse da terra na comunidade; 3) a história de vida de cada morador da comunidade.

Desde a ocupação da área, os moradores do Entra Apulso lutam para permanecer ali. O próprio nome “Entra Apulso” – que significa “entrar na força”, “entrar na marra” – reflete isso. Hoje, o espaço na comunidade é escasso. As vias muito estreitas e constituídas por vários becos que formam verdadeiros labirintos. As pessoas são obrigadas a viver em condições subumanas, com infraestrutura inadequada – sem saneamento básico, com esgotos a céu aberto – e com a presença de muitas doenças infecto-contagiosas provocadas pelo acúmulo de lixo.

Apesar de ocuparem a área desde a década de 50, até hoje os moradores não conseguiram a legalização da posse da terra e se sentem inseguros pela falta dos títulos de posse. Como a comunidade está localizada numa área nobre, o bairro de Boa Viagem, os moradores do Entra Apulso imaginam que, se a legalização não for conquistada nos próximos dez anos, não existirá mais a comunidade. Por isso, a comunidade e suas lideranças lutam para ter o seu direito à moradia assegurado.

Finalmente, outro fator que justifica essa escolha é a possibilidade de obter relatos no local com facilidade, pois a história de cada morador é a própria história de luta pela legalização da posse da terra.

O RECIFE E O CRESCIMENTO URBANO

Na década de 50, a cidade do Recife cresceu bastante. Esse crescimento urbano provocou uma especulação imobiliária, ou seja, a valorização dos terrenos da cidade. À medida que crescia, também desalojava as pessoas mais pobres para outras áreas, geralmente para a periferia da cidade.

No bairro de Boa Viagem, por exemplo, os terrenos começaram a ser supervalorizados, uma vez que para lá se dirigia uma parte da classe média, ao mesmo tempo, as classes mais pobres vieram, sobretudo, para ocupar algumas áreas de mangue.

A ORIGEM DOS MORADORES DO ENTRA APULSO

O crescimento desordenado da cidade do Recife e, consequentemente, do próprio bairro de Boa Viagem, foi empurrando as ocupações espontâneas (irregulares) para as áreas dos alagados. Assim, muitas pessoas chegaram, aterraram uma grande parte do mangue de Boa Viagem e ocuparam a área que deu origem à comunidade do Entra Apulso.

Esses primeiros moradores da comunidade são originários de várias localidades, desde comunidades e bairros próximos,

até mesmo de outros municípios pernambucanos, conforme observamos nos seguintes relatos:

“Meus pais saíram da comunidade Ilha do Destino (comunidade próxima ao Entra Apulso) e vieram para o Entra Apulso há cerca de 40 anos.” (Lucas Celestino, morador da comunidade há 32 anos)

“Aos 14 anos de idade vim arribada do Pina (bairro do Recife que fica próximo ao bairro de Boa Viagem) por causa do meu padrasto que quando bebia ficava muito bravo.” (Mônica Calumbi, moradora da comunidade há 12 anos)

“Viemos de um interior chamado Tanque do Vieira que é localizado na cidade de Passira, interior de Pernambuco.” (Maria Lindalva Bezerra, moradora da comunidade há 21 anos)

POR QUE AS PESSOAS VIERAM PARA O ENTRA APULSO?

Além da origem dos moradores da comunidade do Entra Apulso, também investigamos as principais razões da vinda para o Recife. Nos relatos, ficou claro que tanto as pessoas que aterraram o mangue e ocuparam as terras do Entra Apulso quanto as que chegaram depois vieram em busca de uma vida melhor. Muitas delas enfrentaram o desafio de sair do seu local de origem em direção a uma cidade desconhecida que estava crescendo desordenadamente, sem nenhum planejamento. Algumas dessas pessoas vieram na esperança de conseguir um emprego, outras para fugir do castigo das secas no meio rural. Mas todas elas vieram em busca de uma melhor qualidade de vida, como se constata nos depoimentos abaixo:

“Aos 16 anos decidi vir morar no Recife, pois as condições de vida em Santa Cruz do Capibaribe (Município da Zona do Agreste de Pernambuco) eram ruins. Não havia empregos e a seca era muito forte.” (Luiz Paulo Bezerra, morador da comunidade há 22 anos)

“Quando me casei, resolvi vir para o Recife com meu esposo, pois a situação de quem mora no interior é muito injusta.” (Maria Lindalva Bezerra, moradora da comunidade há 21 anos)

A HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DO ENTRA APULSO

Enquanto em uma parte do Recife a apropriação do solo foi feita pelas classes mais ricas, as camadas de baixa renda da população criaram meios próprios para satisfazer a sua necessidade de moradia, como o aterro dos alagados e dos manguezais. No caso do Entra Apulso não foi diferente. Os moradores, à medida que aterravam o mangue, construíam suas casas de forma muito precária.

As primeiras habitações da comunidade eram bastante simples, sendo as casas construídas de palhas de coqueiro e de pé-de-mangue (árvore do manguezal), porque os primeiros moradores estavam apenas chegando e ainda não tinham idéia de que iriam permanecer por muito tempo no local. Mas, com o passar do tempo, essas pessoas foram percebendo cada vez mais a necessidade de uma permanência mais longa, uma vez que a cidade do Recife continuava a sua expansão desorganizada e sem nenhuma política pública habitacional consistente proposta pelo governo. Assim, as casas passaram a ser construídas com material mais durável: primeiramente tábuas e, por fim, areia, tijolo e cimento. Vejamos alguns relatos:

“Cheguei para morar na comunidade do Entra Apulso quando tinha seis anos de idade e ainda existia o mangue. Nossa casa era feita de palha de coqueiro. No local, pegávamos caranguejo, siri e aratu para comer.” (Vera Lúcia, líder comunitária, moradora da comunidade há cerca de 45 anos)

“Depois de algum tempo morando aqui, no Entra Apulso, as casas começaram a ser melhoradas. Depois das casas de palha vieram as casas de tábuas e hoje a maioria é de alvenaria.” (Maria José Barros do Nascimento, moradora da comunidade há cerca de 39 anos)

Os moradores do Entra Apulso enfrentaram muitas dificuldades para a ocupação, pois além de precisarem aterrar o mangue, como já foi dito, passaram a conviver com situações bastante precárias, como a falta de saneamento básico, as ruas cheias de lama e a falta de energia elétrica.

“Não havia energia, nem água encanada. Nós íamos pegar água na antiga Mata Sete (comunidade próxima extinta com a especulação imobiliária).” (Vera Lúcia, líder comunitária, moradora da comunidade há cerca de 45 anos)

“Muitas eram as dificuldades para permanecer na comunidade. Primeiro, foi o saneamento básico, porque toda aquela área era de mangue. Por isso, as ruas eram cheias de lama.” (Maria José Barros do Nascimento, moradora da comunidade há cerca de 39 anos)

“Quem chegasse para morar ia aterrando sua parte, tudo era tão precário que nossa casa era cheia de água. Nós pegávamos peixe dentro dela mesmo e comíamos!” (Lucas Celestino, morador da comunidade há 32 anos)

A perspectiva de permanência no local foi retratada pela necessidade de luta dos moradores por melhores condições de vida na comunidade. Assim, muitas vezes, mesmo sem condições financeiras, com dificuldades, eles foram modificando a estrutura física de suas casas. Em outros casos, alguns moradores compraram suas casas já construídas de tábuas e, quando puderam, fizeram as mudanças necessárias. Os relatos abaixo confirmam isso:

“Na época em que comprei a casa, as ruas da comunidade eram só lama, as casas eram todas de tábuas, inclusive a minha, onde eu vendia de tudo um pouco – bebidas, frutas, verduras. Foi vendendo essas coisas que com muito trabalho consegui melhorar as minhas condições de vida, e com o tempo, também a minha casa, levantei-a de alvenaria.” (Luiz Paulo Bezerra, morador da comunidade há 22 anos)

“Só pude comprar uma casa de tábuas. Era grande, mas muito velha. Meu marido não se importava muito em me ajudar e eu passei cinco anos juntando dinheiro com o meu trabalho. Mas como a casa era muito velha, um dia o telhado de um dos quartos caiu. Daí, meu marido se orientou e me ajudou. Aí, sim, conseguimos construir a nossa casa de alvenaria.” (Mônica Calumbi, moradora da comunidade há 12 anos)

“Com o passar do tempo, fomos construindo a casa de alvenaria. Como ninguém podia construir de uma só vez, fazíamos aos pouquinhos. Uma hora era metade de alvenaria, metade de tábuas, até podermos fazer tudo”. (Lucas Celestino, morador da comunidade há 32 anos)

A CHEGADA DO SHOPPING CENTER RECIFE

A comunidade do Entra Apulso, ao longo de sua história, continuou e continua enfrentando mudanças. Por estar localizada num bairro nobre da cidade, o de Boa Viagem, onde o metro quadrado é um dos mais caros do Recife, a comunidade também passou a conviver com os efeitos da especulação imobiliária e com outras mudanças. Um grande impacto sobre a comunidade foi causado pela chegada do Shopping Center Recife (SCR), no final da década de 70. Considerado um dos maiores pólos comerciais da América Latina, o SCR foi construído numa área vizinha ao Entra Apulso.

A vinda desse shopping modificou ainda mais a vida da comunidade. Com o objetivo de beneficiar o seu próprio comércio, o SCR promoveu algumas melhorias nas ruas principais do Entra Apulso, aquelas que servem de entrada e saída do shopping. Entretanto, essa empresa multinacional acabou, algumas vezes, provocando conflitos de poder com os moradores da comunidade, o que foi constatado no seguinte relato:

“Com a chegada do shopping center, várias melhorias foram feitas, a começar com o asfaltamento da rua onde moro, que é hoje a rua principal que dá acesso ao shopping. Há alguns anos ele causou um pequeno problema com alguns moradores, pois o shopping estava querendo construir fachadas em todas as casas das ruas principais, tanto as que dão acesso ao shopping, quanto as da saída dele. Alguns não queriam, até pela forma que foi imposta pelo shopping, pois os moradores não tinham direito de dizer se queriam



ou não aquelas mudanças. Resolvi deixar que eles construíssem a fachada, mas avisei que não iria ficar lá por muito tempo, uma vez que pretendia reformá-la logo. Eu deixei que fizessem mas na primeira oportunidade quebrei toda a fachada.” (Luiz Paulo Bezerra, morador da comunidade há 22 anos).

A LUTA PELA PERMANÊNCIA NA ÁREA

Diante da valorização do solo no bairro de Boa Viagem e por não possuírem o título de posse da terra, os moradores do Entra Apulso convivem hoje com uma preocupação muito grande que é a de serem expulsos da área, mesmo existindo a comunidade há mais ou menos 50 anos. Os depoimentos abaixo mostram as pressões que existem sobre os moradores:

“Hoje sinto dificuldade em permanecer aqui, pois chegaram familiares, pessoas dizendo serem os herdeiros do terreno. A dona de verdade já faleceu. Eles entraram na justiça querendo a posse do terreno... Vamos perder nossa moradia assim depois de tanto tempo? Vamos morar onde?” (Lucas Celestino, morador da comunidade há 32 anos)

“Têve uma certa vez que um antigo morador da minha casa atual chegou e me falou que eu não podia habitar aquela casa. Eu falei que ninguém tinha o documento da casa e então ele foi embora e não pôde fazer nada.” (Maria Lindalva Bezerra, moradora da comunidade há 21 anos)

Motivada pelas constantes ameaças de expulsão da área, em razão da chegada do shopping, da especulação imobiliária e do aparecimento de pessoas que se diziam proprietárias das áreas, a comunidade do Entra Apulso procurou se organizar cada vez mais para a permanência no local e para a conquista do direito à moradia. A mobilização dos moradores e de suas lideranças levou a comunidade a buscar o apoio de organizações da sociedade civil, como o Cendhec. Essa aproximação permitiu à comunidade conhecer a Lei do Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social da Cidade do Recife (Prezeis), como se nota nos depoimentos abaixo:

“Em 1995 houve um processo de reintegração de posse da terra. Foi quando passei a conhecer o Cendhec e pedi ajuda porque a situação dos moradores da comunidade estava muito grave, pois eles estavam prestes a serem expulsos.” (Vera Lúcia, líder comunitária, moradora da comunidade há cerca de 45 anos)

“Outra dificuldade que enfrento até hoje é a legalização da terra. As organizações que trabalham com isso são o Cendhec e a Comul (Comissão de Urbanização e Legalização) que às vezes realizam reuniões com os moradores da comunidade para falar sobre a importância de

ser uma área Zeis (Zona Especial de Interesse Social).” (Maria José Barros do Nascimento, moradora da comunidade há cerca de 39 anos)

“Com a ajuda da vice-presidente da associação e da Comul entramos nesta luta. Vamos perder nossa moradia assim depois de tanto tempo? Vamos morar onde? Passei a conhecer e saber que nós morávamos em uma área Zeis depois de participar de reuniões no Cendhec, em que discutimos e lutamos pela legalização e posse da terra”. (Lucas Celestino, morador da comunidade há 32 anos).

A LEI DO PREZEIS, UM INSTRUMENTO DE LUTA.

A história da criação da Lei do Prezeis está associada a luta do movimento popular em defesa de uma moradia digna e com qualidade social. Em 1980, através do decreto municipal n. 11.670, um total de 26 comunidades pobres do Recife foram reconhecidas como áreas especiais. Em 1983, a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) estabeleceu uma divisão da cidade do Recife em zonas, dentre elas as chamadas Zeis (Zonas Especiais de Interesse Social), com a finalidade de promover a regularização jurídica e integrar essas áreas na estrutura urbana da cidade. Assim, como resultado das pressões da sociedade civil organizada e da população dos assentamentos habitacionais, o poder público municipal foi levado a editar a Lei Municipal n. 14.947/97, conhecida como Lei do Prezeis.

A Lei do Prezeis tornou-se um instrumento de luta dos moradores do Entra Apulso para a conquista do direito à moradia. Essa lei trouxe diversas vantagens para as comunidades que foram reconhecidas como áreas Zeis: inibiu a especulação imobiliária, colocou o direito à moradia acima do direito à propriedade, reconheceu a existência de assentamentos de baixa renda, garantiu a permanência dos moradores nessas áreas.

Como já foi dito, na sua luta para conquistar a legalização da posse da terra, a comunidade do Entra Apulso também conta com a assessoria de uma organização não-governamental, o Cendhec, que faz o acompanhamento social e jurídico dos instrumentos necessários ao processo de regularização fundiária, que envolve também a organização comunitária, visando fortalecer a luta dos seus moradores. Dentre tais instrumentos jurídicos, destacam-se as ações de usucapião (para a aquisição, pelos moradores, da propriedade dos terrenos ocupados) e as de CDRU (Concessão de Direito Real de Uso) que, neste caso, são utilizadas para garantir a permanência daqueles que ocupam áreas públicas municipais ou cedidas em aforamento pela União ao município. A CDRU é firmada através de um contrato entre o município e o morador.

O ENTRA APULSO CONTINUA SUA HISTÓRIA DE LUTA

A comunidade do Entra Apulso continua a construir a sua história de luta. Cada vez mais ela tem se organizado. Sua participação no Fórum do Prezeis (localizado na sede da Companhia de Urbanização da Cidade do Recife) tem sido muito importante para a conquista de melhorias (urbanização) para o bairro e para a conquista dos títulos de posse da terra, que pode ser considerado o maior sonho da comunidade.

É no Fórum do Prezeis que a comunidade está representada por dois moradores eleitos pelo voto direto para a Comissão de Urbanização e Legalização da Terra (Comul). As reuniões da Comul são realizadas duas vezes ao mês, sendo uma na própria comunidade, no horário noturno, para proporcionar a maior participação comunitária, e outra no Fórum do Prezeis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste levantamento, tivemos a oportunidade de conhecer melhor e de apresentar para todo o Brasil o trabalho dos moradores do Entra Apulso na luta pelo direito à moradia.

A história dessa comunidade é também a história de muitos brasileiros excluídos socialmente, segregados espacialmente – os sem-direito à cidade, os sem-casa, os sem-teto, os sem-

terra. É a história daqueles que ocuparam e ainda ocupam terrenos livres; daqueles que, mesmo morando em condições precárias, encontram forças para lutar por seus direitos, enfrentando muitas vezes a repressão policial, as ameaças jurídicas e, até mesmo, as ações criminosas das sociedades imobiliárias. A fala de uma moradora da comunidade expressa e resume o orgulho dessa luta pelo direito à moradia no Entra Apulso:

“As pessoas que trabalham na Comul sempre lutaram pela permanência, pois ninguém deseja sair do local onde mora há muitos anos. Entramos a pulso e esperamos ficar para sempre a pulso!” (Maria Lindalva Bezerra, moradora da comunidade há 21 anos)

A LEGALIZAÇÃO DA POSSE DA TERRA COMO GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

O direito de propriedade inserido na Constituição de 1988, sofreu significativa modificação em relação ao ordenamento jurídico anterior. Através do art. 182, § 2º, da CF/88, se estabeleceu que a propriedade urbana teria que cumprir sua função social. A função social referida, deve ser entendida como elemento pelo qual a propriedade não sirva somente ao seu dono, mas a toda coletividade, produzindo riquezas como elemento indutor de desenvolvimento social, que possibilite, dentre outros aspectos, a criação de emprego, renda e moradia.

Neste contexto é importante destacar a questão do direito a moradia nas grandes metrópoles do nosso país, onde se proliferam de forma desordenada a ocupação dos espaços urbanos, dando origem as denominadas “favelas”, chamadas particularmente de comunidades, que se estabelecem em espaços públicos e privados, causando conflitos acerca do direito de propriedade.

Em geral, estas comunidades de baixa renda, constituem-se em espaços insalubres e de risco, sem infraestrutura urbana, a partir do qual o Poder Público, motivado pela pressão social, intervém no melhoramento urbano e de habitabilidade. Ocorre que, após referidas intervenções públicas, ante a ausência de garantias do direito a posse dos seus moradores, os detentores formais da propriedade se manifestam em busca do domínio pleno da propriedade, causando conflitos jurídicos que fragilizam os reais detentores da posse.

*Diante desta realidade é indispensável que a mesma luta travada em busca da qualidade do espaço urbano da área, seja implementada em defesa da legalização da posse da terra. Durante muito tempo se debateu no Congresso Nacional a implementação do Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 2001, que trata da reforma urbana e, nesta, inclui como um dos principais temas a legalização, incluindo instrumentos para legalização como **Usucapião Coletivo**, com o objetivo de agilizar a regularização em áreas privada e **Concessão de Uso Especial para fins de moradia**, que não faz parte do Estatuto, em razão de veto da Presidência da República, que através da Medida Provisória regulamentou o mencionado instrumento. Além dos instrumentos de legalização propriamente dito, existem outros como Direito de Preempção, Parcelamento, Edificação ou utilização Compulsória e IPTU Progressivo no Tempo, que sendo instrumentos de política destinada a reforma urbana, interfere diretamente sobre o direito de propriedade, e conseqüentemente sobre o processo de legalização da posse da terra.*

Não há dúvida sobre a importância dos instrumentos de legalização expostos. No entanto, é indispensável que a sociedade e, sobretudo, os beneficiários diretos, assim como, influenciaram na elaboração e aprovação do Estatuto da Cidade, envolvam-se para se apropriarem do domínio sobre os instrumentos apresentados, que deverão estar inseridos no Plano Diretor de cada cidade. O desafio, portanto, é não permitir que o Estatuto vire “letra morta”, ou seja, que haja pressão social sobre os administradores públicos municipais que, em última instância, é quem viabilizará os avanços contidos na mencionada Lei, indispensável a legalização da posse da terra o que, por sua vez, está diretamente relacionada ao direito a moradia, direitos humano fundamental.

José Carlos Lima de Medeiros

Advogado, integrante do Projeto Direito à Cidade do Centro Dom Hélder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC)

PERNAMBUCO

SÍTIO GRANDE E DANCING DAYS



Quem Somos ?

MICELANE DOS SANTOS RIBEIRO

Oi! Meu nome é Micelane, tenho 24 anos, cabelos e olhos castanhos escuros e 1,56 m de altura. Sou solteira, mas namoro há 3 anos e, no dia 26 de outubro, estarei noivando. Tenho personalidade forte, sou sensível, amiga, atenciosa e não gosto de mentira e falsidade. Sou católica praticante, participo de um grupo religioso, chamado Legionários de Maria, no qual rezamos o terço, visitamos pessoas doentes, além de conseguirmos doações de roupas e alimentos não perecíveis para distribuir para pessoas necessitadas da minha comunidade e de outras.

Passsei parte da minha infância morando em casas de aluguel em bairros como Pina e Jordão (ambos em Recife). Nos mudamos algumas vezes, porque sempre os aluguéis aumentavam para um preço que não podíamos pagar. Até que um dia, aconteceu uma tragédia em minha família: meu avô paterno foi atropelado por uma Kombi da Aeronáutica (órgão para qual ele trabalhava), não resistiu aos ferimentos e veio a falecer. Com o dinheiro da indenização do acidente, conseguimos comprar uma casa na comunidade de Dancing Days, no bairro da Imbiribeira, onde moramos até hoje.

Gosto da minha comunidade, em especial dos serviços oferecidos pelo posto de saúde e pela escola municipal. Porém, não gosto da quantidade de jovens viciados em drogas, que geram violência e, às vezes, até mortes. Não participo de nenhuma atividade ligada a Associação dos Moradores, pois não existe nenhum trabalho com jovens.

Já trabalhei em vários lugares: em um restaurante, durante 8 meses, em uma lanchonete, por 6 meses, e também em uma creche, como estagiária, durante 3 meses. Além disso, trabalhei outros 3 meses como voluntária e fui coordenadora de divulgação de um curso de informática, que era um trabalho do qual eu gostava muito, apesar de ser cansativo.

Nessa época, estava concluindo o ensino médio na escola Santos Dumont, localizada no bairro de Boa Viagem, da qual

sinto falta dos amigos e professores, e fazia cursinho pré-vestibular, para tentar uma vaga no curso de enfermagem obstétrica. Infelizmente, não consegui passar, mas pretendo, no próximo ano, tentar novamente o vestibular, só que desta vez para o curso de Serviço Social, pois me identifiquei com o trabalho realizado pelas assistentes sociais do CENDHEC (Centro Dom Hélder Câmara de Estudo e Ação Social).

No meu tempo livre, gosto de livros românticos e sugiro que, se tiverem oportunidade, leiam *Iracema: a virgem dos lábios de mel* e *A marca de uma lágrima*. Gosto de músicas internacionais e do grupo *Back Street Boy's*, e também, gosto muito de ir ao cinema com meu namorado Artur, a quem amo muito. Assim que eu conseguir uma situação financeira estável, pretendo construir uma família com ele e ser feliz, diferente de meu pai que se separaram antes de eu nascer.

Meu pai se chama Milton, mora em Carpina e possuía uma frota de táxi, mas, por não ser cuidadoso com seus bens, acabou perdendo tudo e passou a trabalhar para os outros, como motorista. Juntou dinheiro e hoje tem uma mercearia. Meu relacionamento com ele é ruim, porque nos vemos pouco e não existe laço afetivo entre nós, pois ele não me dá carinho, nem está presente quando preciso. Com minha mãe meu relacionamento é bom, mas existem algumas divergências, pois não tenho abertura para conversar determinados assuntos ligados a minha sexualidade com ela.

Minha mãe se casou novamente, e, do segundo casamento, nasceram 6 filhos. Todos estudam. Meu irmão mais velho, que tem 17 anos, participava de um curso de informática onde recebia uma bolsa de R\$50.00 que servia para ajudar no sustento da filha e da mulher, mas o curso já acabou.

No momento, participo do Projeto Observatório de Direitos Humanos. Tenho perspectivas futuras de ajudar minha comunidade e continuar o trabalho iniciado no Observatório.

MARIA EDVÂNIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA

Meu nome é Maria Edvânia, tenho 18 anos, sou solteira, morena, baixinha e tenho olhos e cabelos castanhos escuros. Sou evangélica há 3 anos e frequento a Igreja Adventista do Sétimo Dia, onde me sinto muito feliz. Sou muito sorridente e gosto de fazer amizades. No meu tempo livre, gosto de sair, conversar, ler e escutar música com os meus amigos da igreja, da comunidade e com os meus primos. Aos sábados, saio com meu namorado, Jáuresson, que também é evangélico, e que considero muito importante para mim, pois ele já faz parte da minha vida.

Eu era uma menina muito caseira, pois, devido à criação que meus pais me deram, eu não gostava muito de sair. Só saía de casa acompanhada por eles ou por pessoas de confiança e nunca com amigos da escola ou da comunidade. Passei a sair de casa apenas quando comecei a participar das reuniões na igreja, mas, mesmo assim, meu irmão me levava até lá porque era longe. A quantidade de reuniões foi aumentando, começaram a surgir passeios e os meus pais começaram a me liberar para sair, não só para a igreja, como também com alguns ami-



gos e meu namorado, mas isso só nos finais de semana.

Sou estudante do 2º ano do ensino médio, gosto de estudar, pois acho fundamental para ter um bom futuro. Meu sonho é cursar a faculdade e me formar em veterinária, pois gosto muito de animais. Atualmente, estou participando do Projeto Observatório de Direitos Humanos, do qual estou gostando muito, além de me sentir feliz com o que faço, pois percebo que adquiri bastante conhecimento e fiz amizades com pessoas legais. Meu objetivo neste projeto é desenvolver um bom trabalho e mostrar para minha comunidade seus direitos, pois só assim poderemos melhorar nossa condição.

Minha família é formada por mim, meu pai, que se chama Luiz, minha mãe, Zenilda, e meus dois irmãos, Edson, o mais velho, e Edilton, o mais novo. Meu pai é carpinteiro, nasceu em São José do Egito, Pernambuco, estudou até a segunda série e começou a trabalhar aos 13 anos. Já a minha mãe, nasceu em Sertânia e estudou até a quarta série, pois morava em um sítio e a escola ficava muito distante, o que a obrigou a parar de estudar. Hoje, é dona de casa. Meu irmão mais velho trabalha como pedreiro, ganha pouco mas, ainda, ajuda em casa. So-

mos uma família unida, apesar das dificuldades e necessidades. Mas, como nem tudo é perfeito, acontecem às vezes algumas discussões entre meu pai e meu irmão mais velho, por motivo de bebida. Apesar disso, existe respeito entre eles.

Eu sempre morei na mesma cidade, mas em bairros diferentes. Morei no Jardim São Paulo, por 4 anos, em casa de aluguel, depois, na Estância, numa pequena ocupação, em um pequeno barraco de madeira, por 3 anos, e em Boa Viagem, também numa casa de aluguel, por quatro anos. Porém, a falta de condições fez com que nos mudássemos para o bairro da Imbiribeira. Graças a Deus, meu pai recebeu uma boa indenização de um emprego e conseguiu comprar uma casa na comunidade de Dancing Days, onde moro há 7 anos.

Na minha comunidade, não gosto da distância para pegar ônibus (o ponto fica de 10 a 20 minutos a pé) e também da falta de atividades para os jovens. Gosto dos líderes comunitários, porque são prestativos, dos agentes de saúde e dos meus vizinhos. Não tenho nenhuma ligação com a associação comunitária, mesmo porque não há nenhuma que desenvolva trabalho com jovens.

FLÁVIA CRISTIANE FERREIRA DA SILVA

Oi, meu nome é Flávia Cristiane, sou evangélica, tenho 23 anos, 1,66m de altura e peso 58kg. Sou morena, de olhos e cabelos castanhos escuros e noivei recentemente.

Estou terminando o ensino médio e atualmente desenvolvo apenas o trabalho de Jovem Observador, mas já trabalhei no CCME (Centro Comercial do Micro Empresário), desempenhando a função de vendedora. Eu gostava do que fazia, mas o salário não compensava, apesar de conseguir ajudar um pouco em casa sempre que precisava.

A história dos meus pais é bem interessante. Minha mãe se chama Edilene, nasceu no bairro de Afogados, na cidade do Recife, onde morou até casar-se com meu pai, aos 19 anos. Meu pai se chama Severino, nasceu na cidade de Moreno, onde mora até hoje. Os dois se conheceram, casaram e tiveram quatro filhos, Ana Paula, Marcelo, Sandra e eu. Mas Ana Paula, que era a mais velha, morreu devido a uma doença conhecida popularmente como sapinho que aparece na boca, como se fosse uma afta. Mas, no caso dela, a doença se desenvolveu também no estômago, causando infecção generalizada e, como ela só tinha um mês e quinze dias de nascida, não resistiu e veio a falecer. Meu irmão Marcelo, hoje com 24 anos, é casado, pai de um filho e trabalha em um supermercado como separador de mercadorias. A minha irmã, Sandra, só estuda, mas já trabalhou de babá em uma casa de família.

A união dos meus pais durou 10 anos. Eu e meus irmãos viemos com mãinha morar em Recife, na casa de minha avó materna, onde ficamos por quatro anos. Depois, conseguimos, com muito esforço, comprar uma casa na comunidade de Sítio Grande, no bairro da Imbiribeira, onde moramos até hoje. Minha mãe vive com outra pessoa há 16 anos, o nome dele é Marcos e eu o chamo de pai. Ela já trabalhou em vários lugares, entre eles uma fábrica, uma granja, em casa de família. Hoje,

ela faz faxina e lava roupa pra fora. Já Marcos, que eu considero meu pai, é um homem muito esforçado. Trabalhou na Companhia Obedrecht, Tupi, Borborema, Zé Albuquerque e, atualmente, trabalha na Enterpa como gari. Por conta da situação, minha mãe estudou até a segunda série, meu pai parou na terceira série, mas voltou a estudar por causa do trabalho.

Tenho uma irmã de criação que tem três anos e se chama Isabele. É uma história um pouco complicada, mas vou contar como ela chegou em nossas vidas. Os pais dela eram nossos vizinhos, freqüentavam a mesma igreja que a nossa e acabamos ficando amigos. Quando Karla (mãe de Isabele) ficou grávida, a minha mãe passou a ser uma espécie de mãe para ela. Quando Isabele nasceu, passou a ser sobrinha que eu não tinha e se apegou muito a nós, assim como nós a ela. Quando estava com seis meses, sua mãe adoeceu e precisou ficar hospitalizada. Enquanto durou a internação, Isabele ficou em casa conosco. Karla se recuperou, mas, um mês depois do aniversário de um ano da filha, teve uma recaída e precisou ser hospitalizada novamente, mas, dessa vez, ela estava ainda pior e, depois de um mês, acabou morrendo. Como Isabele estar muito apegada a nós, seu pai, Marcos, resolveu deixá-la com nossa família, mesmo porque Karla, antes de morrer, fez este pedido.

Tenho poucos amigos, alguns da igreja, outros, de fora. Tenho uma grande amiga que se chama Jardiene, com quem me divirto muito sempre que saímos juntas. No meu tempo livre, gosto de ir à pizzaria, ao shopping, ao cinema e estar em companhia do meu noivo. Um fato marcante para mim, foi, justamente, ter conhecido Fábio e com ele ter noivado recentemente. Posso dizer que pretendo passar o resto da minha vida com ele.

Sou uma pessoa muito amiga e vou até o fim com minhas amigas. Não gosto de falsidade e mentira. Considero a comunidade onde moro um lugar calmo, mas já foi muito violento.

to. Poderia ser um lugar melhor se tivéssemos uma área de lazer, pois, assim, não precisaríamos nos deslocar para outros lugares. Não tenho nenhuma ligação com as organizações comunitárias, pois elas não desenvolvem nenhum trabalho com jovens.

Tenho sonhos e pretendo concretizá-los. Gostaria de cursar uma faculdade enfermagem e me especializar na área de nefrologia, além de constituir uma família.

GIRLENE BATISTA

Olá, meu nome é Girlene Batista, tenho 23 anos, cabelos e olhos castanhos escuros, 1,63m de altura e peso 59kg. Sou solteira, mas tenho namorado com quem estou há 3 anos. Não tenho nenhuma religião, mas acredito em Deus. Sempre morei em Recife, na comunidade Sítio Grande.

Meus pais se chamam Isaquiel e Ana Cristina, ambos têm 45 anos e nasceram em Recife. Mãinha chegou a concluir o 2º grau em contabilidade. Ela começou a trabalhar quando foi morar com meu pai para ajudar no sustento de casa. Trabalhou em um supermercado, como caixa e como fiscal de caixa, trabalhou também na Casa de Carolina, como ADS, teve outros empregos temporários e atualmente trabalha como balconista em uma loja. Painho parou no 2º ano do 2º grau em contabilidade, pois teve que trabalhar. Começou trabalhando no Pão de Açúcar, depois foi pra Genord, passou um tempo desempregado e atualmente trabalha como vigia pela LAR (Legião Assistencial do Recife).

Minha relação com meus pais até a adolescência foi um pouco complicada, pois sempre entrávamos em conflito. Hoje, mantemos um bom relacionamento, tenho liberdade e recebo apoio dos meus pais em quase tudo que faço. Tenho duas irmãs, Gisele, 24 anos, com quem tenho mais afinidade, e Giselda, 22 anos, que está grávida de 3 meses. As duas concluíram o ensino médio, mas só Giselda trabalha em uma creche.

Eu também já concluí o ensino médio em contabilidade. Não estou estudando, mas estou fazendo um curso de informática. Na época em que estudava, gostava da escola por causa das festas, dos colegas, pois fazíamos muita bagunça, e também dos professores que eram bons profissionais, apesar de não me relacionar bem com alguns.

No momento, não estou trabalhando, mas já trabalhei durante três anos como balconista em uma sorveteria que ficava

no Aeroporto Internacional dos Guararapes. Não gostava muito, pois era cansativo, trabalhava de domingo a domingo, inclusive feriados, e o salário não compensava. Só não foi pior por causa das amizades que fiz e por ter sido lá que conheci meu amor, Rogério. Gosto de trabalhar, pois posso comprar minhas coisas e ajudar em casa.

No meu tempo livre gosto de ir à praia, ler, ouvir música, passear, ir a shows e, principalmente, namorar. Gosto de ser companheira, amiga, prestativa, sincera e me considero uma pessoa responsável. Gosto de pessoas sinceras e não suporto falsidade e inveja.

Um fato que me marcou e me deixou muito triste foi a morte dos meus avôs. Meu avô materno faleceu em fevereiro de 1997 e meu avô paterno em novembro do mesmo ano. Porém, senti mais a morte deste último, pois era com ele que eu tinha mais convivência.

Sobre o futuro, não sou muito de planejar, prefiro viver o hoje e deixar o amanhã pra depois, mas sonho em cursar uma faculdade (não decidi ainda qual curso vou fazer), ter minha independência financeira e de constituir uma família.

O que eu gosto no meu bairro é o transporte. Mas sinto falta em minha comunidade de uma farmácia, lanchonete e áreas de lazer, pois temos que nos deslocar para outros lugares quando precisamos desses serviços. A comunidade onde moro já foi violenta, existiam mortes, brigas de gangues, mas hoje, devido a existência do Núcleo de Segurança Comunitária, considero que a violência diminuiu muito.

Participar desse Projeto pra mim está sendo um aprendizado, pois estou aprendendo muito e espero poder multiplicar meus conhecimentos e colaborar para que os direitos humanos sejam respeitados em minha comunidade.

LUCIANA RAMOS

Minha história talvez seja parecida com a sua. Meu nome é LUCIANA RAMOS, nasci na cidade de Jaboatão dos Guararapes, às 10h30m do dia 06 de Abril de 1982. Tenho 20 anos, sou evangélica moro na cidade de Recife, na comunidade de Sítio Grande. Sou solteira, tenho 1.60 m, tenho olhos e cabelos castanhos escuros. Não estudo, pois já terminei o ensino médio. Fiz vestibular para pedagogia o ano passado, mas infelizmente não consegui passar e este ano não me sinto preparada para enfrentá-lo. Não gostava muito da escola em que estudei, pois os professores não eram qualificados e faltavam muito. A parte boa, foram as amizades que fiz e a bagunça no horário de recreio.

Desde a minha infância, sempre senti necessidade de carinho, pois quando tinha 10 meses minha mãe precisou viajar para ganhar meu irmão mais novo. Fiquei com meu pai que, logo cedo, saía para trabalhar, e minha irmã mais velha que ficava comigo. Por causa disso, vivia muito doente, acho que para ver se alguém me dava atenção. Na escola, sempre fui uma aluna aplicada e tirava notas boas. Gostava muito das amizades que fazia e procurava sempre agradá-las, tanto que, às vezes, vivia em função delas e esquecia da minha vida. Sempre fui muito ciumenta e odiava quando alguém me trocava para conversar com outros colegas.

Minha adolescência não foi muito tranqüila. Aos 15 anos, arrumei um namorado, que tinha a mesma idade que eu. Ficamos juntos 1 ano e 7 meses e, nesse período, perdi minha virgindade. Não tive coragem de contar para meus pais, pois sabia que eles não aceitariam. Assim, que eles souberam, queriam que eu casasse, mas essa não era a minha vontade, pois já não gostava dele como no começo. Minha mãe me expulsou de casa, porém meu pai não deixou, disse que “eu não seria nem a primeira nem a última”, mas ficou magoado comigo e passou um bom tempo sem me dirigir a palavra. Hoje, ele já me perdoou, e mantemos uma relação normal. Já com a minha mãe, de vez em quando, discutimos, mas nada que não possa ser resolvido.

No ano passado, aconteceu algo que me deixou triste. Passei henê no cabelo que caiu quase todo e eu tive que fazer *Mega-hair* (aplicação de cabelos para aumentar o volume ou o comprimento) que custou R\$350,00. Agora em dezembro, faz um ano que isso aconteceu. Na época, eu estava fazendo cursinho e sentia muita vergonha, pois ficou uma falha bem na frente. Muitos diziam que eu estava ficando careca e isso às vezes me angustiava, até cheguei a pensar em desistir do cursinho. Hoje, meu cabelo está bem maior, mas ainda pretendo ficar um bom tempo com *Mega-hair* no cabelo.

No momento, trabalho no supermercado do meu pai, junto com meu irmão, na parte da tarde, e pela manhã, participo do Projeto Observatório de Direitos Humanos. Já trabalhei por 3 meses como vendedora autônoma e mais 3 em uma lanchonete, onde o pagamento não era satisfatório, pois além de sair atrasado, era pouco, apenas R\$100,00.

Minha avó paterna teve 3 filhos, todos de parto normal, em casa, na comunidade Beira Rio em Boa Viagem, Recife. Ao caçula, deu o nome de Severino. Após o nascimento do meu pai, meus avós se separaram, ele foi morar com outra mulher e ela ficou com os três filhos. Ela trabalhava como lavadeira para poder arcar com as despesas da casa, mas o que ganhava não era suficiente.

Meu pai viveu com minha avó até os 16 anos, quando passou a morar com minha mãe. Ele cursou até a sétima série do ensino fundamental. Começou a trabalhar aos 17 anos em uma fábrica de bolas. Passou um tempo desempregado e, anos depois, começou a trabalhar na Alimba Indústria de Alimentos S/A, que, depois, foi comprada pela Parmalat. Nela, meu pai trabalhou como carregador, conferente, encarregado e, por último, como chefe de expedição. Foram 21 anos dedicados a esta empresa. Hoje ele é comerciante, tem um mini- supermercado que ele construiu com o dinheiro da indenização.

Minha avó materna teve 5 filhos e criou um sobrinho. À caçula, que também nasceu de parto normal em casa, no inte-

rior de Palmares – PE, deu o nome de Socorro. Depois que minha mãe nasceu, meu avô saiu de casa para assumir o romance que ele mantinha com outra mulher. Minha avó não tinha como criar os filhos pois lavava roupa dos outros para comprar comida. Muitas vezes, eles iam dormir com fome e, outras, tinham que comer banana verde com sal.

Minha mãe só cursou até a segunda série e, aos 8 anos, veio para o Recife, onde começou a trabalhar como empregada doméstica. Casou-se aos 11 anos com um adolescente de 15 anos, com quem viveu durante 11 anos. Dessa união nasceram 4 filhos com quem mantenho contato, apesar de não morarem comigo. Todos são casados e me deram 8 sobrinhos, Lucila, Pedro, Rayssa, Nadja, Poliana, Isaac, Bárbara e Sulamita. Depois de muitas brigas, minha mãe se separou e começou a namorar meu pai, que na época tinha 16 anos e ela 23. Nesta época, ela saiu da casa onde trabalhava, e passou a trabalhar em outra, onde ficou por 17 anos. Depois que saiu de lá, trabalhou 2 anos no Hotel Fórum, no qual exercia a função de cozinheira. Hoje, ela é a rainha do nosso lar. Do relacionamento com o meu pai, nasceram 2 frutos, eu e meu irmão mais novo.

Moro na comunidade desde que nasci. Só meu irmão mais novo mora comigo, os outros moram distante, em Maceió, São Paulo, Olinda- PE. Além dele, uma sobrinha de 10 anos, Lucila, filha da minha irmã do meio, que meus pais criam desde que saiu da maternidade. Ela é a única que usufrui estuda em escola da rede privada e está cursando a quarta série do ensino fundamental.

Não participo de atividades comunitárias devido ao fato de haver trabalho com jovens. No tempo livre, saí com minhas amigas, Calyr e Zoraide, que são as únicas a quem conto todos os meus segredos. Sempre vamos ao shopping. Amo ler, escrever, conversar, fazer e cultivar amizades. Não gosto de gente egoísta e falsa porque sou muito sincera.

No meu bairro, quase não tem diversão, só contamos com a Lagoa do Araçá que é uma área de lazer onde ocorrem vários eventos. Além disso, não existem farmácias, bares, restaurantes ou sorveterias. O que gosto é a facilidade de transporte.

No decorrer de minha vida, ocorreram várias conquistas e a mais recente foi ter sido selecionada para participar do Projeto Observatório. Não planejo muita coisa para o futuro. Pretendo fazer vestibular novamente para área de saúde e exercer a profissão de ortodontia ou odontopediatria. Também espero me casar, ter um filho e construir uma família. Com relação ao projeto, espero alcançar o meu alvo que é mostrar e sensibilizar a comunidade sobre os direitos que estão sendo violados e, juntos, lutarmos para tentar mudar o cotidiano local.

Onde Estamos?

Antes de contarmos as histórias de nossas comunidades, gostaríamos de dizer que nosso grupo é formado por duas comunidades, a de Sítio Grande e Dancing Days, que, devido à proximidade entre elas, foram consideradas uma única área ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), denominada Sítio Grande.

As ZEIS surgiram em 1983, com a criação da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), que legalizou as antigas ocupações irregulares. Nessa época, algumas favelas da cidade também foram consideradas ZEIS, o que possibilitou a regularização fundiária e promoveu ações de urbanização, a fim de integrá-las à estrutura urbana. No entanto, as normas das ZEIS só foram institucionalizadas em 1987, com a criação do PREZEIS (Plano de Regularização das ZEIS).

Agora que já foi explicado, um pouco do que são ZEIS, podemos falar da história de nossas comunidades:

COMUNIDADE DE SÍTIO GRANDE

No início da década de 1930, surgia a comunidade de Sítio Grande, localizada na zona Sul da cidade do Recife, no bairro da Imbiribeira que possui um numeroso comércio, indústrias, revendedoras de automóveis, armazéns de construção etc. Como a comunidade é praticamente uma área de moradias, aconteceram várias tentativas de expulsão dos moradores, que resistiram lutando muito pela sua permanência. Agora estamos seguros, pois nos tornamos uma área **ZEIS**.

O nome Sítio Grande vem do fato de a área de ocupação ter sido um grande sítio, com uma paisagem composta por árvores frutíferas, mangues e um curso d'água onde existia um viveiro de peixes. Hoje, no entanto, não contamos mais com essa paisagem, pois, no lugar dela foram construídas moradias, o que exigiu o aterramento do mangue e a derrubada das árvores.

A comunidade tem uma população de 6.479 habitantes e 2.220 famílias. Na maioria, os moradores são trabalhadores autônomos, como faxineiras, empregadas domésticas, comerciantes e outros, pois o comércio que existe no nosso bairro, não oferece oportunidades de emprego para os moradores.

Com muita luta, conseguimos algumas melhorias urbanas que beneficiaram muito a comunidade como pavimentação de algumas ruas, construção e melhorias de casas etc. Em relação aos serviços públicos, não somos bem atendidos. A iluminação pública não agrada, existem postes nas ruas, mas nem todos funcionam; a água, apesar de ser encanada, é imprópria para o consumo, além de não chegar todos os dias. Além disso, nem todas as casas têm esgoto sanitário e, por isso, na maioria o esgoto corre a céu aberto.

O serviço de telefonia prestado pela Telemar (antiga TELPE, empresa pública do Estado que foi privatizada), também não é de boa qualidade, pois, como acontece em Terra Firme (um dos grupos de Belém do Pará), os aparelhos engolem os cartões, os telefones, às vezes, ficam mudos, há interferência e linhas cruzadas.

Quanto à coleta de lixo, não temos do que reclamar, pois todos os dias os garis varrem as ruas e, à noite, o carro recolhe o lixo. O transporte no bairro da Imbiribeira é bom, mas a comunidade não dispõe de linhas de ônibus, pois não tem estrutura para circulação de transporte coletivo e, por isso, não tem como reivindicar esse serviço.

Com relação ao atendimento médico na comunidade, contamos com um posto de saúde, que só realiza consultas (atendimento simples) e, em casos mais graves, nos encaminhamos para o PAM de Areias, que fica a 30 minutos de ônibus.

A segurança é feita pelos policiais do Núcleo de Segurança Comunitário da lagoa do Araçá (localizado no bairro da Imbiribeira), que sempre fazem rondas, pois não contamos com delegacias e nem postos policiais. Mas, vale dizer que a violência tem diminuído depois da criação deste Núcleo, já que,

antes, a comunidade era bem mais violenta, havia mais homicídios e mais roubos.

A educação na comunidade é precária, só existe uma escola municipal, que oferece do ensino infantil à 4ª série do fundamental, e duas particulares, uma do maternal à 8ª série, e outra do maternal à alfabetização. Contamos ainda com uma creche que atende crianças de 0 a 4 anos, tanto da nossa comunidade, como também de Dancing Days, mas que é insuficiente para atender toda a demanda. Para freqüentar o ensino médio, os moradores têm que se deslocar para outras localidades, pois a única escola de ensino médio que existe no bairro não é de boa qualidade.

Existem duas universidades privadas, a Universo e Fater, que ficam próximas à comunidade. Já a universidade pública, a UFPE, fica a 1 hora de ônibus.

Contamos com o projeto Capacitação Solidária, que está sendo executado pelo Centro Educacional Luiza Matias com o apoio da FIAT Italiana, no qual são oferecidos cursos de informática e manutenção de micro. Nesses cursos, os jovens têm direito a almoço e janta e recebem uma bolsa de R\$50 por mês.

O lazer na comunidade praticamente não existe, pois faltam espaços apropriados. Quando queremos diversão, temos que nos dirigir para outros lugares. Apenas contamos com alguns espaços culturais, como Centro Educacional Luiza Matias, que trabalha com um grupo de dança, e o Centro de Artes da Salina, onde, todo ano, são formadas uma escola de samba e uma quadrilha, que são ótimas opções de lazer para quem gosta.

Temos cinco entidades que trabalham em prol da comunidade: a Associação dos Moradores de Sítio Grande, o Centro Educacional e Cultural Luiza Matias, o Centro de Artes da Salina, o Conselho de Mães do Conjunto Castelo Branco e a Associação Protetoras das Mães Desamparadas. Contamos também com vários centros religiosos: três Assembléias de Deus, uma Igreja Católica, uma Casa da Benção, um Centro Espírita e quatro centros de umbanda.

Além dos problemas comentados anteriormente, há ainda a falta de conscientização de alguns moradores que insistem em jogar lixo no canal. Mas, apesar de todos os problemas, nos consideramos privilegiados por morar aqui, pois contamos com segurança e não temos problemas de tráfico de drogas, diferente do que ocorre em outras comunidades de baixa renda, onde o tráfico e a violência são grandes. De um modo geral, consideramos nossa comunidade um lugar bom para viver, entretanto precisamos agir em relação aos problemas que nela existem para, assim, melhorá-la cada vez mais.

COMUNIDADE DE DANCING DAYS

Nossa comunidade surgiu no ano de 1978, na época que estava passando na rede Globo a novela Dancing Days, daí a origem do nome. A comunidade está situada no bairro da Imbiribeira entre a Av. Marechal Mascarenhas de Moraes e a Av. Jean Emile Favre.

Em Dancing Days quase não existem oportunidades de emprego, ao contrário do bairro que possui vários tipos de estabelecimentos comerciais, além de indústrias, que, no geral, não contratam moradores de nossa comunidade.

No início, no local onde hoje está nossa comunidade, só existiam canteiros, pés de araçá, lama e mangues. Com o tempo, os pés de araçá foram sendo arrancados e os mangues aterrados pelos próprios moradores para construção de barracos feitos, a princípio, de materiais precários como tábuas, lonas e papelão.

Mas, hoje, depois de muitas lutas, houve grandes conquistas. As ruas são pavimentadas e com infra-estrutura, as casas são, na maioria, de alvenaria, construídas pelo projeto da Diaconia ou pelos próprios moradores. Temos fornecimento de água encanada, luz elétrica, coleta de lixo, esgoto sanitário. Existem também telefones públicos, pois nem todos moradores podem possuir um telefone fixo.

A paisagem apresenta mangues ao redor da comunidade e um sítio que está sendo desmatado e loteado e que não nos beneficia, pois é uma área privada. Segundo a última pesquisa realizada pela EMHAPE, no ano de 2001, Dancing Days possui, aproximadamente, 3.521 moradores e 486 famílias.

A comunidade dispõe de um posto de saúde, mas que não é suficiente para suprir a necessidade de todos os moradores da área. O serviço é precário, tendo apenas uma médica para prestar atendimento clínico, ginecológico e pediátrico, uma técnica de enfermagem e oito agentes de saúde. Quando os moradores precisam de um atendimento de urgência, deslocam-se para o Hospital Geral de Areias, a cerca de 30 minutos daqui.

A segurança é ruim, não temos delegacia, nem posto policial. Nos casos de queixas, temos que nos deslocar para a delegacia mais próxima, que fica no bairro do Ipsep. Apesar disso, temos rondas policiais constantes, pois contamos com o serviço do Núcleo de Segurança Comunitário, que fica próximo da

comunidade, na Lagoa do Araçá, à 40 minutos a pé.

Temos uma escola municipal de ensino fundamental e outra comunitária, além de outras cinco escolinhas particulares que funcionam nas próprias residências. O que falta é uma escola que ofereça vagas de ensino médio, pois, atualmente, ou procuramos escolas em outras localidades ou paramos de estudar. No momento, não existe nenhum projeto educacional na comunidade, mas consideramos que seria importante, pois, certamente, colaboraria para melhorar a educação dos jovens.

A comunidade tem apenas duas igrejas, uma católica, que não tem dia certo para celebração das missas, pois não possui padre fixo, e uma evangélica.

Não temos nenhum tipo de lazer e, por isso, as crianças e adolescentes quando querem diversão, tem que se deslocar para a Praça da Mauricéia ou para a Lagoa do Araçá.

Consideramos que a nossa comunidade é boa, mas que poderia ficar melhor se as propostas de pavimentação, melhorias habitacionais e legalização da terra, forem realmente realizadas, como previsto pelo projeto Morada Nova, que está sendo executado na área, mas que ainda falta muito para ser concluído.

ESPAÇO EDUCACIONAL E CULTURAL LUIZA MATIAS

Nossos Parceiros

O Espaço Educacional e Cultural Luiza Matias foi fundado no dia 14 de outubro do ano de 1997. Foi criada a partir da necessidade de intervir na ociosidade das crianças, e de jovens e adolescentes carentes e dependentes de entorpecentes.

Tem por objetivo trabalhar com crianças, adolescentes e jovens que estejam em situação de risco social, preenchendo seu tempo livre com atividades de danças, músicas e artes plásticas. Dessa forma, busca a integração desse público através de elementos culturais, no processo de formação do senso crítico e da independência dos mesmos, para que possa exercer a cidadania plena.

A entidade está localizada no bairro da Imbiribeira, região bastante povoada, onde existe um alto índice de adolescentes e jovens desempregados. Existem apenas três escolas públicas para atender a demanda da comunidade. O nosso público alvo são as crianças, os adolescentes e os jovens, na faixa etária de 06 aos 21 anos.

Os projetos que estão sendo atualmente desenvolvidos pelo Espaço Educacional e Cultural Luiza Matias são: aulas de dança e a distribuição de leite, através do Programa Leite de Pernambuco, que beneficia 350 pessoas da comunidade, entre elas crianças desnutridas, portadores de deficiência e gestantes. Projetos como a Escolinha Comunitária para crianças de três a quatro anos, atendimento psicológico e palestras para crianças e jovens e a escolinhas de futebol feminina para cerca de 30 adolescentes com idades entre 13 e 18 anos, estarão sendo implementados a partir do mês de novembro de 2002.